

O Destino Camponês

Fernando Oliveira Baptista

100LIZ



Ficha Técnica

Título: O Destino Camponês
Autor: Fernando Oliveira Baptista

Capa: Joaquim Rosa
Design: João Branco | 100LUZ

Edição: 100LUZ | editora@100luz.pt | www.100LUZ.pt
Castro Verde - Alentejo (Portugal)

1ª edição: 2013

Impressão: 100LUZ \ Oficina Digital - Impressão e Artes Gráficas, Lda

ISBN: 978-989-8448-20-0

Depósito Legal:

Apoio: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD)
Centro de Estudos Tropicais do Instituto Superior de Agronomia da
Universidade Técnica de Lisboa (CENTROP)

O Destino Camponês

Fernando Oliveira Baptista

1ª edição

100LUZ



INDICE

11 - Introdução

11 - O destino camponês

11 - Dos primeiros projectos ao socialismo pela economia

11 - Camponeses, populismo e marxismo

11 - A colectivização

11 - As *viagens* camponesas no capitalismo

11 - O *projecto camponês* e as propostas de hoje

11 - A inviável *economia moral*

11 - A *economia moral* e a dissociação consumidor-cidadão

11 - A *economia moral* e a legitimidade

11 - Sociedade e economia: a *falha* do projecto

11 - Sociedade e economia: a inviável *economia moral*

11 - Terras de mandioca. A economia de camponeses de Malange

11 - A população, percurso e actividades

11 - As últimas décadas

11 - Agricultura e outras actividades

11 - Mercados, camponeses e tecnologias

11 - Bens e serviços

11 - Mercado de trabalho

11 - Meios de produção, políticas e tecnologias

11 - Um inquérito às atitudes face à tracção mecânica e animal

11 - Terra e trabalho

11 - Trabalho e família

11 - Rendimento e consumo

11 - Diferenciação, aldeias e Estado

11 - Diferenciação

11 - As aldeias e o Estado

11 - Conclusão

11 - Anexo – Diferenciação das classes de rendimento por pessoa/dia

11 - **Perspectivas sobre o desenvolvimento rural**

11 - Economia e desenvolvimento rural

11 - Desenvolvimento rural. Perspectiva e referencial

11 - O debate sobre a tecnologia

11 - Os camponeses e os limites do desenvolvimento rural

11 - Alimentação e desenvolvimento rural

11 - Estado e mercado

11 - Conclusão

11 - **Notas**

11 - **Bibliografia**

INTRODUÇÃO

No século passado, foram diversos os percursos dos camponeses ao largo do mundo. Nestes trajectos, muitos deixaram mesmo de o ser, mas muitos outros continuam nas suas aldeias, em especial nos países do Sul. Destes, a grande maioria pretende apenas resistir, sobreviver e, se possível, viver nos territórios onde se enraíza. Procuram fazê-lo entre a submissão aos estados e a difícil, mas incontornável, relação com os mercados. Esta só é menos imperativa nos poucos casos em que recebem um subsídio do Estado como apoio ao rendimento familiar. Parece, de facto, não haver outras alternativas para viabilizar a consolidação de economias familiares que assegurem uma vida digna, e permitam a conquista de *voz social e política*.

Este tema remete para o debate sobre as vias possíveis que se abrem ao destino dos que continuam camponeses. É um debate onde avultam, com frequência, relatos de episódios e de movimentos que pretendem dar aos camponeses um lugar central na gestão e no governo da sociedade.¹ Deles se esperariam “respostas a perguntas que ainda ninguém formulou”², as quais permitiriam lançar as sementes de *novas sociedades*.

Sucedem, no entanto, que o horizonte possível da grande maioria dos camponeses do mundo é resistir nos territórios onde se localizam as suas aldeias. A propósito desta atitude defensiva é esclarecedor o comentário do autor de uma história da rebelião camponesa no sul do México, conduzida por Emiliano Zapata nas primeiras décadas do século vinte, ao notar que o seu livro é sobre camponeses que fizeram uma revolução para que nada mudasse³.

Acresce que aqueles movimentos evidenciam, por vezes, contornos internos menos favoráveis quando analisados sem empenho militante. Pode ainda notar-se que, com frequência, se foram isolando no interior dos respectivos países, não só pelas opções que tomaram como, sobretudo, pelo

facto dos principais movimentos sociais permanecerem fiéis às tradicionais práticas reivindicativas e de luta, e por não se reconhecerem nos novos ideários⁴.

É certo que, em muitos países, sobretudo nos espaços urbanos, têm vindo a impor-se movimentos claramente diferentes e distanciados da herança operária, como os que se alicerçam na defesa das práticas da vida quotidiana para resistir às ofensivas dos interesses dominantes, e como os que se centram em torno de questões de emancipação e de identidade (mulheres, homossexuais, minorias,...). Ou, ainda, os que crescentemente combatem, dissociados dos aparelhos existentes, contra a precaridade laboral⁵. Todos estes movimentos, nas sociedades onde actuam e no interior delas, lutam pelos seus objectivos específicos, mas também pelo direito à dignidade e a uma vida decente. São estes, afinal, os objectivos da grande maioria dos camponeses. É esta a perspectiva dos textos que se integram neste livro.

Estes trabalhos centram-se no campesinato, ou seja, em “pequenos produtores agrários”⁶ que trabalham “com a ajuda de equipamento simples”. Esta delimitação não diferencia os camponeses pelas modalidades de acesso à terra e portanto inclui tanto os que trabalham a sua própria terra, como os parceiros e os rendeiros. Exclui, no entanto, os assalariados sem terra ou seja, os trabalhadores agrícolas que vendem a sua força de trabalho e que não têm acesso ao cultivo de terra.

Postos estes esclarecimentos, convém ainda avançar na distinção entre camponeses e outros grupos que, com frequência, são também designados como pequenos produtores agrícolas ou seja, os “primitivos” e os agricultores familiares. Relativamente aos primeiros, a fronteira passa pela relação com o Estado: os camponeses são “rurais submetidos à lei de um Estado super organizado”; os “primitivos”, “vivem fora de uma tal estrutura política”⁷.

A segunda distinção, entre camponeses e agricultores familiares, vai ser abordada segundo três perspectivas. No plano sociológico, podem considerar-se cinco características diferenciadas entre as comunidades camponesas e as dos agricultores familiares⁸. A autonomia da colectividade local face à sociedade englobante é relativa no caso dos camponeses e inexistente na dos agricultores familiares. Nas sociedades camponesas, o grupo doméstico tem uma importância estrutural na organização da vida económica e social muito maior do que nas colectividades de agricultores familiares. Em ambos os casos, há uma relação com a economia englobante, mas no caso dos camponeses há uma maior autarcia relativa, e a separação

entre produção e consumo nem sempre é pertinente para a análise da economia da unidade agrícola. Nos povoados de camponeses, há um maior interconhecimento interno e relações mais débeis com as colectividades vizinhas. Finalmente, na comunidade camponesa, os notáveis locais são os mediadores na relação desta com o exterior, enquanto que no caso dos agricultores familiares não se verifica esta mediação.

No plano da economia da unidade de produção agrícola, o que diferencia a exploração camponesa da agricultura familiar é a relação com o mercado, não relativamente aos bens produzidos, mas aos meios de produção adquiridos fora da exploração. No caso do agricultor familiar, esta segunda relação é mais acentuadamente mercantilizada. Este indicador traduz-se num acesso mais amplo a tecnologias que conferem à agricultura familiar uma maior liberdade na sua relação com o meio ambiente. Inversamente, os camponeses estão muito mais dependentes dos condicionalismos da natureza⁹.

Por último, a terceira dimensão é a relação mágica com a vida e com a natureza¹⁰: esta é incompatível com a modernização económica e tecnológica dos camponeses e com a transformação destes em agricultores familiares¹¹.

Apesar das características comuns, convém recordar que a situação dos camponeses, à escala do mundo, é muito diversificada, quer em relação às condições de vida, quer às de trabalho. São também variadas as dinâmicas sociais, económicas e de acesso aos recursos naturais. Muitos vivem processos de transformação tecnológica e produtiva que os aproximam dos agricultores familiares. No entanto, esta transição é difícil de franquear para os próprios, ao nível da identidade, e só ocorre, geralmente, na passagem de uma geração a outra¹².

Dos textos que se seguem só o do último capítulo foi publicado anteriormente¹³. Este, e os dos dois primeiros capítulos, foram elaborados para seminários académicos¹⁴; o do terceiro capítulo, sobre a economia de camponeses de Malange (Angola), corresponde a um relatório do Projecto de Apoio ao Programa de Desenvolvimento Agrícola e Rural de Angola¹⁵.

O facto dos trabalhos reunidos neste volume terem origens diversas explica algumas diferenças formais, de um capítulo a outro, em particular, no modo de citar. Apesar da revisão efectuada persistem também algumas pequenas repetições, o que se tornou difícil evitar.

Este livro beneficiou de contributos e apoios que agora se agradecem, e de que se destacam os comentários e sugestões de Carlos Amaral,

O Destino Camponês

Carlos Cabral, Eladio Arnalte, Henrique Alves Primo, Joaquim Cabral Rolo, José Ferragolo da Veiga, José Fialho Feliciano, Maria João Canadas e Raul Jorge, bem como de Alexandra Guillemin Neves e de Maria de Deus Geadas, a quem se deve ainda o empenho no tratamento e organização dos elementos quantitativos utilizados no terceiro capítulo. Ana Novais aconselhou e acompanhou a análise da diferenciação dos camponeses de Malange. Finalmente, como sucede desde há muito, a colaboração de Ana Moreira da Silva permitiu elaborar e concluir este trabalho.

O DESTINO CAMPONÊS

No século passado, os camponeses das diferentes partes do mundo tiveram destinos diversos. Dois deles resultaram da aplicação de projectos dos estados, e um terceiro foi, em larga medida, consequência do abandono a que foram votados. Os primeiros decorreram, com resultados bem diferentes, nos países capitalistas desenvolvidos e nos países do socialismo pela economia¹⁶. O outro foi o dos camponeses do Sul. Houve ainda projectos que merecem menção, mas que não vingaram. Actualmente, para a grande parte da humanidade que se mantém camponesa, destacam-se duas propostas distintas.

Neste capítulo, começa-se pelo projecto socialista e pela realidade da sua aplicação. Entre os dois intercala-se a proposta dos populistas russos (*narodniks*)¹⁷, que acabou quebrada pelas vicissitudes da história. Referem-se depois, sempre em relação aos camponeses, os dois percursos pelo capitalismo, os contornos do seu próprio *projecto* e, por último, as vias que hoje se lhes propõem.

DOS PRIMEIROS PROJECTOS AO SOCIALISMO PELA ECONOMIA

A palavra socialismo fez o seu caminho desde que foi utilizada, na terceira década do século XIX, ainda com contornos imprecisos, numa publicação ligada a Robert Owen. Remetia para uma visão alternativa da sociedade relativamente ao mundo burguês, capitalista e industrial que se consolidava desde finais do século XVIII.

Muitos homens e mulheres lutaram e escreveram para tornarem possível aquela visão, que se centrava em três temas: liberdade, reformas sociais, comunismo/socialismo. Eram propostas e lutas optimistas relativamente à marcha da história, em que se acreditava que o trabalho vivido sem opressão quotidiana, a educação não repressiva e a emancipação da mulher contribuiriam

decisivamente para uma sociedade melhor. Defendiam ainda que a mudança da sociedade poderia ser favorecida pelo exemplo de colectividades modelo, em que se vivesse e trabalhasse de acordo com as propostas de uma nova organização social.

As cidades e a população industrial eram os destinatários e os actores a quem se confiavam estes projectos de mudança da sociedade, que poderiam ser concretizados pelo exercício voluntarista e deliberado de viver e trabalhar de outro modo ou seja, seria a prática social, e não a economia, a via da transformação social.

Foi com o populismo russo, cuja principal figura foi Herzen (1812-1870), seu “criador” e “herói epónimo”, segundo Venturi, que o projecto socialista se afastou do universo industrial e urbano e tomou os camponeses como seus destinatários e agentes. O socialismo decorreria da conservação e desenvolvimento da comuna rural russa (*obschina*), a par de uma evolução moderna do Estado e da sociedade. Era uma via russa para o socialismo, que deveria evitar as fases por que tinham passado os países europeus modernizados.

A confiança dos populistas nos camponeses decorria também da avaliação que deles faziam: carácter generoso e espontâneo, afastamento das dúvidas e da decadência moral dos países europeus mais desenvolvidos.

Os autores que começaram a dar conteúdo à palavra socialismo, centrados nas cidades e na população da indústria, e os populistas russos, atentos aos camponeses, tinham em comum a convicção de que a sociedade podia, com a estrutura e dinâmica económicas em que assentava, evoluir e modificar-se no sentido dos seus projectos socialistas. Tanto uns, como outros, vieram a ser afastados pelos autores que colocavam a economia como a base da construção do socialismo. Os primeiros como utópicos, os segundos como um obstáculo.

Marx e Engels transferiram para a economia a construção do socialismo. Kautsky, que foi testamenteiro intelectual de Engels, viria a resumir este projecto de forma lapidar: “Nós partimos do princípio de que a evolução da indústria moderna conduz necessariamente ao socialismo”. Realizar esta convicção pressupunha, obviamente, que o comando político e social estivesse nas mãos do proletariado.

As formulações de Marx sobre este poder, cujo destino seria construir o *homem socialista* para além do *homem-que-existe*, continham uma carga messiânica, como mostrou Jones, que obrigaram mais tarde Lenine, com pragmatismo, a esclarecer que, afinal, era ao Partido e não ao proletariado

que cabia a responsabilidade do projecto socialista. O proletariado entregue a si próprio não ultrapassaria o horizonte sindical. Só um Partido, portador da *ciência da sociedade e da revolução*, poderia conduzir a construção do socialismo.

Lukács viria mesmo, em 1934, a formular a transferência do carácter messiânico do proletariado para o Partido, ao escrever: “O Partido é a personificação histórica e a encarnação activa da consciência da classe revolucionária” ou, noutra passagem, “a encarnação da ética do proletariado em luta”. Esta avaliação do Partido tende, como nota Berman, a torná-lo inquestionável e legítima também que apenas tenha como referencial o corpo donde emana, o proletariado. Os camponeses estavam completamente arredados desta mística política.

Contudo, não foi necessário esperar pelas actuações dos partidos forjados na matriz defendida por Lenine para se tornar evidente que os camponeses não cabiam neste projecto socialista.

No plano da economia, a sentença de Engels, de 1894, tornava evidente o destino dos camponeses: “nós prevemos o desaparecimento inelutável do pequeno camponês”; “o essencial em todo o caso, é fazer compreender aos camponeses que não podemos salvar e conservar a sua propriedade, a não ser transformando-a numa propriedade e numa exploração cooperativas”. Ou seja, os camponeses, enquanto tais, não teriam lugar no projecto socialista.

Esta sentença apenas evidencia, de modo clarificador, as indicações que decorriam do conjunto da obra dos fundadores deste projecto socialista. A este destino, no plano da economia, acrescentavam a rejeição do campesinato como interlocutor político.

O célebre diagnóstico de Marx, de 1852, na publicação *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* deixou, a este propósito, um rasto definitivo: “a grande massa da nação francesa é constituída por uma simples adição de grandezas do mesmo nome, aproximadamente da mesma maneira que um saco cheio de batatas forma um saco de batatas”; “(...) não existe entre os camponeses parcelares senão um laço local e onde a similitude dos seus interesses não criou entre eles nenhuma comunidade, nenhuma ligação nacional nem nenhuma organização política. É por isto que eles são incapazes de defender os seus interesses de classe em seu próprio nome (...). Eles não se podem representar a si próprios, eles devem ser representados. Os seus representantes devem ao mesmo tempo aparecer-lhes como os seus senhores, como uma autoridade superior, como um poder governamental

absoluto, que os proteja contra as outras classes e lhes envie do alto a chuva e o bom tempo”. A citação é longa, mas esclarecedora.

Convém notar, de qualquer modo, que esta posição de Marx era filha do tempo em que foi proferida. Os acontecimentos de 1848 em França, que Marx analisa no texto de onde se retirou a citação, coincidem com a instauração do sufrágio universal, mas num contexto em que os camponeses ainda mantêm, no plano político, as suas dependências. De resto, mais de um século depois, autores como Wolf e Mendras, que evidenciaram a coerência e consistência do campesinato e das civilizações camponesas, referiram também a sua dificuldade em se auto-representar.

A análise de Marx continua, no entanto, uma outra dimensão, atribuída por E. Weber a uma leitura do mundo camponês com base em “noções urbanas”, que viria a contribuir decisivamente para dificultar o relacionamento do movimento socialista com os camponeses. De facto, a visão destes como “uma simples adição de grandezas do mesmo nome”, escamoteia a dimensão do campesinato como um modo de vida, como uma civilização que mesmo com incapacidades de inserção autónoma em universos políticos amplos, tem uma consistência social e uma coerência cultural que não permitem encará-los como meros objectos de projectos políticos.

Esta miopia inicial contaminou irremediavelmente a relação do movimento socialista com os camponeses levando a que, nos seus desígnios, nunca os considerasse como *sujeito* mas apenas como *objecto*.

Este lastro político e ideológico foi ainda, frequentemente, acentuado por um grande desconhecimento. Lukács, que foi um notável teórico marxista e também um destacado dirigente da efémera República dos Conselhos, na Hungria de 1918, reconheceu nas suas memórias, a propósito do modo desastroso como foi conduzida a relação com os camponeses, que não “tinha estudado esta questão a sério”.

CAMPONESES, POPULISMO E MARXISMO

O socialismo pela economia descartou, como utópicos, os autores e projectos que o antecederam mas, no caso da Rússia, teve de se confrontar com o populismo que colocara os camponeses no centro das suas propostas. Deste confronto vão referir-se três episódios esclarecedores: a pergunta *errada* de Vera Zassulitch; o debate sobre a diferenciação; a *utopia camponesa* de Chayanov.

Vera Zassulitch (1849-1919) ganhou notoriedade no movimento populista ao disparar, em 1878, contra o governador de São Petesburgo. O seu percurso político levou-a, mais tarde, a aderir ao marxismo. Em Fevereiro de 1881, dirigiu uma carta a Marx em que o questiona sobre o futuro da comuna rural russa — “desenvolver-se numa direcção socialista” ou “destinada a perecer” — e lhe solicitava uma indicação sobre o seu possível destino.

A questão de Vera Zassulitch não decorria da perspectiva populista. Para esta, a pergunta certa teria sido: como pode a comuna camponesa russa caminhar para o socialismo? De qualquer modo, a pergunta, embora *errada* pelos critérios de ortodoxia populista, evidencia que a realidade camponesa suscitava dúvidas nos debates políticos e ideológicos.

Na resposta, datada de Março de 1881, Marx refere o seu convencimento “de que a comuna é o ponto de apoio para a regeneração social da Rússia”, e acrescenta: para “que ela [a comuna russa] possa funcionar como tal, seria primeiro necessário eliminar as influências deletérias que a assaltam por todos os lados e, em seguida, assegurar-lhe as condições normais de um funcionamento espontâneo”.

A possibilidade da via camponesa para o socialismo, defendida pelos populistas e questionada pelos marxistas russos, não tardou, contudo, a ser afastada. A própria Vera Zassulitch, menos de um ano depois da carta dirigida a Marx, já afirmava que “não há forma de escapar à progressiva dissolução da propriedade comunal”¹⁸. Engels, doze anos depois da resposta de Marx, numa carta dirigida a N.F. Danielson, manifestava também o seu cepticismo. Finalmente, Lenine no *Desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, publicado em 1899, concluía pela impossibilidade da passagem directa da comuna rural a formas socialistas, devido à amplitude da economia de mercado no país.

O debate sobre os campos da Rússia não cessou com a revolução de 1917. Tendo como pano de fundo o relacionamento do novo regime com os camponeses, veio a ganhar a sua maior expressão nos anos vinte. Os termos centrais do debate eram claros: os camponeses constituíam uma realidade social, económica e cultural relativamente homogénea ou, pelo contrário, havia entre eles grandes diferenças sociais e económicas associadas a interesses e objectivos divergentes e mesmo opostos.

Os defensores da primeira posição — os neo-populistas — argumentavam que a redistribuição periódica de terras operada na comuna russa permitia a cada família ajustar a dimensão das parcelas que cultivava à sua capacidade de trabalho e às suas necessidades de consumo. As diferenças registadas

entre os camponeses decorreriam assim principalmente do momento do ciclo de vida (número de unidades de trabalho e de consumo) em que se encontravam e não de irredutíveis diferenças estruturais e patrimoniais. Os defensores da outra posição procuravam evidenciar como o relacionamento com o mercado ia erosionando a estrutura tradicional da comuna russa e se associava a uma diferenciação acentuada e estrutural do campesinato. Esta apresentação do debate é demasiado simplificada e esquemática, mas permite evidenciar o que estava em causa: o novo poder soviético deveria procurar um relacionamento favorável com o mundo camponês no seu conjunto, ou devia tomar como aliados os camponeses definidos como pobres e remediados, remetendo os que não cabiam nestas categorias para o lado dos inimigos da revolução.

As opções tomadas pelo poder soviético passaram por quatro etapas. A primeira, logo em 1917 após a tomada do poder, traduziu-se no apoio às repartições dos grandes domínios fundiários pelos camponeses. Era uma posição que contrariava o programa do partido bolchevique, onde se privilegiavam as unidades agrícolas de grande dimensão. A opção de apoio à repartição visava evitar a hostilização dos camponeses ao novo regime.

A segunda etapa inicia-se logo em 1918. Ao tornar-se mais agudo o problema do abastecimento às cidades, é iniciada uma violenta política de requisições. Esta alteração da política foi justificada por Lenine, em Março de 1919, de modo esclarecedor: “Esta [nossa] obra de construção [nos campos] conheceu duas fases essenciais. Em Outubro de 1917, tomámos o poder *com o campesinato no seu conjunto*. Era uma revolução burguesa pelo que a luta de classes no campo não se tinha ainda iniciado. Como disse, não foi senão em 1918 que começou a verdadeira revolução proletária nos campos. Se nós não tivéssemos sabido desencadear esta revolução, o nosso trabalho não teria sido completo. A primeira etapa foi a tomada do poder na cidade, a instituição de um governo do tipo soviético. A segunda etapa — a que é essencial para todos os socialistas, e sem a qual eles não seriam socialistas — foi a diferenciação dos elementos proletários e semi-proletários nos campos, a sua reunião com o proletariado das cidades tendo em vista lutar contra a burguesia rural”.

Dois anos depois desta justificação, iniciava-se a terceira etapa das opções do poder soviético para com o campesinato. As dificuldades decorrentes da situação de guerra, a necessidade de regularizar o abastecimento e as perturbações sociais e políticas internas obrigaram a medidas que não hostilizassem o campesinato e que favorecessem a sua economia. Foi assim

lançada a NEP (Nova Política Económica) que conferia aos camponeses mais liberdade na relação com o mercado e maior capacidade de decisão nos seus sistemas de produção, e simultaneamente diminuía o montante a pagar obrigatoriamente ao Estado. Não era, no entanto, a base para uma nova aliança com o *campesinato no seu conjunto*, tratava-se apenas de uma concessão imposta pelas circunstâncias.

O sucesso económico desta concessão, com efeitos decisivos no abastecimento e na produção agrícolas, associou-se ao reanimar do debate sobre a diferenciação camponesa e, conseqüentemente, sobre a melhor via para integrar os camponeses no regime soviético.

Esta concessão foi, no entanto, apenas um curto intervalo. A colectivização lançada, de modo brutal, na segunda metade dos anos vinte, retomava as formulações fundadoras do socialismo pelo mercado e tomava, radicalmente, os camponeses como um mero objecto das políticas do Estado. Esta foi a quarta etapa, cujo quadro de relacionamento com os camponeses se impôs nas opções do socialismo, dado o modo acritico como o modelo soviético foi imitado e defendido pelos outros partidos comunistas.

O triunfo da colectivização — que se retomará no próximo ponto — liquidou qualquer debate sobre as vias camponesas. Os projectos e os autores neo-populistas tiveram um destino similar ao dos camponeses. O caso de Chayanov evidencia-o com nitidez.

Chayanov (1888-1939), pertenceu a uma brilhante geração de economistas agrários soviéticos que, nas duas primeiras décadas da Revolução de 1917, se dedicou ao estudo dos temas agrícolas e rurais, nomeadamente da economia das explorações camponesas. Sob o pseudónimo de Ivan Kremnev, escreveu um pequeno livro intitulado *Viagem do meu irmão Alexei ao país da utopia camponesa*, onde relata uma viagem imaginária, em 1984, ao que seria a República Camponesa da Rússia.

A *Utopia camponesa* foi desde logo classificada, por responsáveis soviéticos, como uma teoria do socialismo camponês, obra de um opositor. Quando anos mais tarde Chayanov começou a ser perseguido, os seus detractores apontaram a *Viagem* como o “manifesto Kulak”¹⁹, ou uma “utopia Kulak”. Chayanov era assim identificado com a camada do campesinato que o poder soviético se propunha então abater.

O personagem que Chayanov elege para nos conduzir na apresentação do seu projecto do socialismo camponês é Alexei Kremnev. Adormeceu no Moscovo bolchevique, numa noite de finais de Outubro de 1921, depois de ler umas páginas de Herzen escritas em meados do século XIX — “ (...) o

socialismo ocupará o lugar do conservadorismo actual e será vencido pela revolução a vir, que nós desconhecemos” — e acordou nos primeiros dias de Setembro de 1984, na República Camponesa da Rússia, acolhido pela família de Alexei Minin que, por um conjunto fortuito de circunstâncias, o tomou por Charlie Man, um visitante americano.

A transformação da velha Rússia bolchevique na nova República tornara-se irreversível desde 1932, quando o campesinato conseguiu a maioria absoluta no renovado congresso dos soviets. Depois, num processo com os seus percalços, foi-se constituindo uma democracia tolerante e descentralizada que aceitava como critério supremo “o enriquecimento do conteúdo da vida do homem, a plenitude da pessoa humana”. Os estímulos que explicavam a marcha da sociedade eram agora, nas palavras de Alexei Minin, “As centelhas do fogo prometiano da criação”.

Neste “Éden camponês” só tinham lugar as cidades de pequena dimensão — as outras tinham sido destruídas — e a população, em muitas regiões, espalhava-se indefinidamente pelos campos em teias contínuas de casas, hortejos e explorações agrícolas.

Na economia privilegiavam-se os rendimentos do trabalho relativamente ao de outras fontes, o mercado impusera-se ao Plano e, na indústria, coexistiam alguns monopólios do Estado com empresas geridas colectivamente e iniciativas do tipo capitalista. A agricultura, que era a base de toda a estrutura económica, estava organizada em explorações agrícolas individuais e em cooperativas agrícolas.

Mas, neste ponto, vale a pena transcrever as palavras de Alexei Minin: “Na base do nosso sistema económico, tal como na Rússia antiga, existe a exploração camponesa individual. Considerámo-la e consideramos ainda como o tipo mais complexo de actividade económica. Nela o homem é confrontado com a natureza, o trabalho efectua-se num contacto criador com todas as forças do cosmos e forja novas formas de existência. Cada trabalhador é um criador; cada manifestação da sua individualidade, uma obra de arte do trabalho”.

Apesar desta posição, Alexei Minin acrescenta que “desde o início do século XX, o campesinato tinha colectivizado e levado ao estatuto de grande empresa cooperativa todos os ramos da sua produção em que a grande exploração tinha vantagem sobre a pequena e, na sua forma actual, é a estrutura mais estável e mais perfeita do ponto de vista técnico”.

Na República Camponesa da Rússia de Chayanov verificava-se uma relativa igualdade social, ainda como consequência da Revolução de 1917

que corrigira os grandes desequilíbrios patrimoniais e económicos, e a agricultura era o sector social e economicamente dominante. Neste sector, todo o trabalho nas explorações familiares era manual e, portanto, mesmo numa economia de mercado, a diferenciação existente entre as unidades de produção familiares dependia apenas do trabalho disponível e não era potenciada pelo capital utilizado: “A agricultura — explica um filho da família Minin — nunca foi tão manual como agora”. Esta opção era aceite, num país tecnicamente evoluído, pelos próprios camponeses que prevaleciam no sistema político da República. A conciliação da liberdade e da igualdade na República Camponesa de Chayanov assentava, assim, no facto do campesinato, como sujeito político e económico, ter aceite e assumido, no plano político, um modelo de organização social em que as opções económicas se subordinam às escolhas políticas e ideológicas, como é o caso da generalização do trabalho manual nas unidades de produção familiares.

Chayanov viria a ser preso na década de trinta, e assim começou o processo que conduziu à sua execução em 1939. O Partido dos Trabalhadores do Campo, que havia imaginado na *Viagem*, foi uma das chaves da acusação. As *viagens* camponesas do século XX ficavam agora entregues ao socialismo pela economia e ao capitalismo. Neste último, com dois destinos bem diferentes: o dos países capitalistas desenvolvidos e o que Shanin designou por *pauperização cumulativa* dos camponeses.

A COLECTIVIZAÇÃO

A colectivização foi a principal via que o socialismo pela economia impôs aos camponeses. Era um modelo que decorria directamente das ideias fundadoras. No plano da economia, permitiria aumentar a escala de produção, para a tornar mais eficaz e com elevados índices de produtividade, o que não se coadunaria com a pequenez e a debilidade das unidades agrícolas camponesas.

Para alcançar estes objectivos, defendia-se o recurso aos sistemas tecnológicos que conduziriam a uma agricultura industrializada em grande escala. Não se tratava de nenhum modelo tecnológico especificamente socialista, mas apenas da aplicação do projecto tecnológico que propunham, desde o século XIX, os defensores do desenvolvimento com acento na industrialização e os cultores da agronomia científica. Correspondia, ainda,

à adaptação para a agricultura da fórmula de Lenine que definia o socialismo como a entrega do poder aos soviets²⁰ e a electrificação de toda a Rússia.

Fazer de *cada exploração uma fábrica* foi, afinal, o lema de um importante fabricante americano de máquinas agrícolas nos anos vinte do século passado e, também, a orientação da primeira fase do desenvolvimento, com grande amplitude, da industrialização da agricultura americana, nos anos posteriores à guerra de 1914-18. A ambição soviética era precisamente importar este modelo e foi o que literalmente tentou: entre 1927 e 1932, mil a dois mil técnicos agrícolas americanos que tinham participado naquele desenvolvimento, alguns deles em posições destacadas, foram para a União Soviética apoiar as transformações agrícolas que a colectivização devia promover. Os próprios técnicos não viriam a avaliar como um sucesso esta sua intervenção, o que atribuíram ao facto do governo soviético só privilegiar a mecanização e esquecer o lado da gestão. De qualquer modo, puderam efectuar experiências que seriam difíceis de fazer nos Estados Unidos sem desenvolver vivas reacções²¹.

Além dos desígnios económicos, a colectivização permitia ainda promover um actuante enquadramento político, institucional e administrativo da população camponesa. Este objectivo ajustava-se também às ideias fundadoras do socialismo pela economia, que negavam àquela população capacidade de actuar como *sujeito* social e político.

A colectivização, apesar da sua ortodoxia relativamente ao modelo do socialismo pela economia, provocou ainda um debate centrado nos camponeses, no seio do regime soviético, cujos protagonistas foram Boukharine, de um lado, e Trotsky e Preobrajenski, do outro.

A proposta de Boukharine, formulada em 1925 (e a que se manteve fiel apesar de alguns acertos), associava-se seguramente à avaliação que fazia dos resultados da NEP (Nova Política Económica). A sua mensagem não deixa dúvidas: “Temos de repetir a todas as camadas do campesinato: enriquecei, acumulai, desenvolvei a vossa economia”. De todas as camadas, era a dos camponeses médios que devia merecer particular atenção dada a sua importância económica e política nos campos soviéticos: “Ganhar esta camada para o poder soviético, deve ser o eixo da nossa política” (citado por Cohen, 1979).

Boukharine não tinha, no entanto, quaisquer ilusões sobre a dificuldade do que propunha e, na análise que fazia do campesinato, sublinhava a ambiguidade da sua natureza sociológica e as questões decorrentes da sua diferenciação interna. Relativamente à natureza, não identificava uma alma

socialista no campesinato mas também não o situava do lado capitalista e considerava que, com uma política adequada, era possível conquistá-lo para o socialismo. Sobre a diferenciação argumentava, no quadro da sua concepção global de socialismo, que viria a ser reabsorvida com a integração do campesinato na marcha da economia socialista.

Para Trotsky e Preobrajenski, pelo contrário, deveria dar-se prioridade absoluta às necessidades da indústria, o que impunha que as economias camponesas fossem sacrificadas às necessidades da *acumulação primitiva socialista*. A política decorrente desta subordinação, nomeadamente ao nível dos preços agrícolas e dos meios de produção, levou a uma perturbação no processo produtivo, que se associou ao crescente autoconsumo de um campesinato agora mais numeroso²². As consequências destes factores no abastecimento, bem como as difíceis relações do poder com os camponeses levariam, em 1928, à sentença de Staline que depois de enunciar que o regime soviético se apoiava em duas bases não equivalentes — “uma indústria unificada *socializada* e (...) as explorações *individuais* de pequenos camponeses, que assentam sobre a propriedade *privada* dos meios de produção” — concluía: “O regime soviético pode manter-se muito tempo sobre estas bases heterogéneas? Não, não pode” (citado por Lewin, 1976). Seguiu-se a colectivização.

Este modelo estendeu-se depois a outros países onde também desencadeou a oposição e a resistência dos camponeses que, no entanto, acabaram por sucumbir à violência e à repressão desencadeadas pelos estados. Os contornos que a colectivização assumiu, tanto no próprio processo da sua concretização, como nas formas em que se traduziu, foram, em cada país, condicionadas pelas características sociais, culturais e económicas, e pelo contexto político em que se desenrolou. Referem-se, de seguida, três exemplos de políticas de colectivização: o modelo soviético; a excepção polaca e o caso da China.

Em 1950, ou seja, vinte e um anos depois de ter sido lançada a colectivização forçada na União Soviética, 97,8% da superfície agrícola útil estava integrada em empresas estatais (*sovkhozes*) e em cooperativas de produção (*kolkhozes*). Em 1967, esta percentagem tinha subido para 98,5%. Nesta última data, a colectivização também já estava consolidada nos países da Europa de Leste, onde tinha avançado na sequência das reformas agrárias que marcaram os primeiros anos da influência soviética. A percentagem de superfície agrícola colectivizada era então de: 84,2% na Alemanha Democrática; 89,2% na Bulgária; 84,0% na Hungria; 84,6% na

Roménia e 86,2% na Checoslováquia²³.

O sector colectivizado, apesar da sua amplitude, foi obrigado a alguma conciliação com a realidade camponesa: muitos elementos integrados neste sector podiam cultivar uma pequena parcela de terra, cujos produtos vendiam com frequência em mercados rurais. Estas economias agrícolas integravam-se nas persistentes economias domésticas, individualizadas e centradas nas famílias que, notava Kerblay num texto publicado em 1980, tinham um “papel fundamental” e eram “um dos raros lugares privilegiados” onde o indivíduo pode “ser plenamente ele próprio”. A continuidade destas marcas da identidade camponesa verificava-se em contextos em que a própria colectivização havia provocado um nivelamento socioeconómico. As comunidades rurais eram assim maioritariamente constituídas por famílias, por iguais, assentes em economias domésticas individualizadas, onde se foram mantendo e transmitindo as heranças da cultura e da tradição camponesas.

Estas permanências foram, no entanto, sendo crescentemente confrontadas com um processo de mudança, associado à própria evolução urbana e industrial, que se traduziu sobretudo em duas vertentes: maior relacionamento com as cidades; melhoria das condições locais de vida. A primeira destas dimensões decorreu de factores como o crescente êxodo rural, a melhoria dos transportes e comunicações, as deslocações associadas à prestação do serviço militar, os cidadãos que passavam férias no campo e, em certas épocas, as brigadas de estudantes que trabalhavam, no verão, nas aldeias. A segunda vertente traduziu-se na criação de adequadas condições locais de vida (água, electricidade, saneamento básico, equipamentos colectivos,...), na garantia de acesso à escola e a cuidados de saúde e, de um modo geral, na satisfação das necessidades básicas.

Quando, depois de 1991, se iniciou o desmantelamento das empresas estatais e das cooperativas de produção, as mulheres e os homens que se encontravam nestas estruturas tinham percursos e experiências bem diferentes dos camponeses que haviam sofrido os primeiros tempos de colectivização. Por um lado, mantinham traços de uma cultura e de uma tradição camponesas como fermento de uma identidade de resistência mas, por outro, tinham um modo de vida seguro e sem sobressaltos. As unidades colectivizadas tinham-se tornado num “seguro contra todos os riscos com que sonhavam os camponeses” (Viola, 2004)²⁴. Verificou-se, assim, nalgumas situações, resistência ao desmantelamento do sistema colectivizado.

O caso polaco apresenta grandes diferenças relativamente ao modelo

soviético. O sector colectivizado nunca teve, na Polónia, uma dimensão equivalente à dos países antes referidos. Em 1950, aquele sector integrava 10,4% da superfície agrícola útil e, em 1967, 14,6%. A via tentada foi, sobretudo, no período 1959-67, a da “socialização indirecta” ou, noutra formulação, da “socialização pelo tractor”, isto é, os camponeses deviam aderir à utilização de equipamentos em comum, como meio para uma crescente cooperação entre as suas economias individuais. Estas tentativas não foram um sucesso e levaram mesmo Gomulka, em 1967-70, a anunciar um avanço da colectivização. Estes anúncios foram abandonados logo em 1971, mas evidenciavam a presença do tema de colectivização como um pano de fundo no relacionamento do Estado com os camponeses, o que contribuía fortemente para alimentar nestes a desconfiança e a resistência.

A par dos temas da “socialização” e da “colectivização”, o relacionamento do Estado polaco com os camponeses foi marcado por uma política de que se podem destacar: o condicionamento das decisões sobre os sistemas de produção; a imposição de preços e de entregas ao Estado; um deficiente e condicionado apoio técnico e financeiro. Apesar destas limitações, uma grande parte dos camponeses modernizou-se, tanto tecnologicamente, como na gestão do sistema de produção, o que contribuiu para que se consolidassem como agricultores familiares. Esta mudança foi também favorecida pela estabilidade proporcionada pelo escoamento assegurado da produção e pela progressiva melhoria das condições locais de vida e da satisfação das necessidades sociais básicas.

Após 1991, a memória desta segurança emergiu, com frequência, face ao confronto com o mercado, num contexto em que se iam também erosionando algumas das garantias antes existentes, no plano do emprego e das condições de vida. A este propósito, três autores que repetiram em 2001 um questionário de inquérito que já tinham aplicado em 1988 concluem: as respostas evidenciam “a amplitude do descontentamento sentido pelos agricultores e o seu ressentimento relativamente ao que eles consideram como um abandono do Estado pós-comunista” (Maurel *et al.*, 2003).

Na China não houve ambiguidade na *saída* da colectivização. Os camponeses beneficiaram com a reforma agrária lançada desde a segunda metade da década de quarenta, mas foram, poucos anos depois, afastados do controlo da terra. Primeiro, com as diferentes etapas da instalação da cooperação agrícola, em que se sucederam as equipas de entre-ajuda, as pequenas cooperativas *semi-socialistas* e por fim, as grandes cooperativas de produção *plenamente socialistas*. Depois, desde 1958, com a constituição

das comunas populares, que previam a fusão da administração local com a das cooperativas agrícolas, bem como a integração do conjunto de todas as actividades industriais, agrícolas, culturais e militares.

Nos anos oitenta, passadas muitas vicissitudes, tanto ao nível do país, como de cada aldeia, os camponeses voltaram a retomar o cultivo de parcelas individuais. É este facto que explica o salto alimentar que, desde então, se registou na China.

Depois de todas estas fases, os camponeses *sairam* da colectivização como tinham entrado, ou seja, também como camponeses. Actualmente são, por um lado, uma reserva inesgotável de mão-de-obra barata para o capitalismo que se consolida na China e, por outro, são obrigados, pela política do Estado, a assegurar, a baixo custo, a alimentação das cidades. Refira-se ainda que, de qualquer modo, a situação económica dos camponeses melhorou²⁵ e que estes passaram a ter maior presença nas dinâmicas que a sociedade chinesa vive²⁶. No plano político, este é um episódio da história de um Partido e de um regime comunista que, depois de terem como programa impor um modelo de socialismo aos camponeses, optaram afinal por utilizá-los na construção do capitalismo.

O percurso dos camponeses, nos três exemplos, evidencia que o modo como as sucessivas gerações viveram a colectivização dependeu do contexto social e económico: urbanização, industrialização, tipo de apoio social, equipamentos e infra-estruturas rurais, e outros aspectos similares. Os homens e as mulheres que foram integrados na colectivização da agricultura apenas persistiram como camponeses no caso da China, onde este contexto foi bem menos estruturante. Nos outros dois casos, os camponeses deixaram, afinal, de o ser: na Polónia converteram-se em agricultores familiares e, nos países onde vingou o modelo soviético, em trabalhadores integrados no sistema colectivizado.

AS VIAGENS CAMPONESAS NO CAPITALISMO

A emergência de um campesinato integrado na economia de mercado e progressivamente inserido no sistema político foi-se desenhando nos países europeus desenvolvidos desde finais do século XVIII. As bases deste processo foram a emancipação camponesa, a partilha dos terrenos comunitários e a consolidação de unidades de cultivo independentes. A emancipação resultou da supressão das formas de dependência pessoal e

territorial. A partilha dos terrenos comunitários permitiu o cultivo individual da terra sem a sujeição às normas da cooperação tradicionalmente existente. Finalmente, o declínio do afolhamento obrigatório favoreceu a independência das unidades de cultivo.

Rösener destaca a Revolução Francesa como um marco deste processo, que se viria a impor, com tempos e vicissitudes muito diferentes de um país a outro, ao longo do século XIX.

A integração no sistema político também foi lenta e marcada por uma resistência das elites dominantes que se reflectia, nomeadamente, no difícil alargamento do direito de voto e no funcionamento do sistema judiciário. Mas também nesta vertente foi irreversível a crescente presença dos camponeses na vida política.

Foram estes camponeses, com a *maîtrise* da sua exploração agrícola familiar que, nas décadas seguintes, sobretudo depois da II Guerra Mundial, viveram a grande transformação da agricultura, que se verificou nos países desenvolvidos. Os camponeses tiveram o seu lugar neste processo. A saber: aprovisionar as cidades industriais com alimentação a baixo preço e com um fluxo de trabalhadores que correspondesse às necessidades das fábricas e dos serviços nelas instalados. Estas duas componentes tiveram expressões muito diversas nos diferentes processos nacionais e apenas a última foi, em todos, uma constante.

Do sucesso destes processos haveria de emergir — e nos países capitalistas desenvolvidos foi o que aconteceu — uma estrutura económica modernizada, com uma agricultura produtiva e eficaz, que veio a contribuir para fragilizar o lugar das débeis explorações camponesas que não se conseguiram modernizar. O desaparecimento, associado ao êxodo agrícola e rural, foi o destino de uma grande parte destas explorações. As que resistiram vieram a seguir, de forma esquemática, uma de três vias. Sobreviveram, e em geral modernizaram-se, como famílias agrícolas cujos elementos encontraram no mercado de trabalho (indústria, serviços) ou nalgum pequeno negócio, fontes de rendimento que associaram aos proventos que retiravam da unidade agrícola. Houve também, na maioria destes processos, ajustamentos nos sistemas de produção agrícola, de modo a tornar possível compatibilizar o trabalho na exploração com a actividade fora dela. Em muitos destes percursos, os próprios agricultores-operários, embora continuando a viver como agricultores já se identificavam como operários. Identificação que também lhes reconheciam os que nas aldeias se mantinham apenas como agricultores, mas que ainda lhes era

recusada pelos operários com quem trabalhavam nas fábricas. Para estes últimos continuavam a ser agricultores²⁷.

Uma segunda via foi a das explorações que acompanharam os elementos da família que nelas envelheceram e que passaram a receber uma pensão de reforma que entretanto os estados haviam proporcionado também à população rural. Esta pensão passou, com frequência, a ser a maior fonte de rendimento das famílias e também os sistemas de produção foram sendo adaptados às mais fracas capacidades de trabalho que a idade foi impondo.

A terceira via, geralmente ensaiada nas unidades com maior dimensão, foi a modernização, associada a famílias que viviam sobretudo da agricultura (rendimento e trabalho).

A proporção das explorações que tomou cada um dos destinos e o sucesso destes, dependeram muito das características da própria unidade agrícola e da família agricultora, mas também da estrutura social e económica de cada região, da própria história desta, da orientação e empenho das políticas públicas e das dinâmicas sociais que percorreram o mundo agrícola e rural. O efeito destas últimas foi determinante. Assim, adensou-se a rede viária e aumentou a densidade de telefones e em especial de televisões que tornaram mais fácil o contacto com outros mundos. O abastecimento de água e o saneamento básico tornaram-se correntes mesmo nos povoados de muito pequena dimensão onde, evidenciando a crescente ruptura da agricultura e dos modos de vida com a natureza, também se difundiram redes de recolha de lixo. A população tornou-se mais escolarizada e com maior capacidade de se informar e de se relacionar com os modernos sistemas tecnológicos. Difundiram-se os cuidados de saúde. Alteraram-se os hábitos alimentares e de vestuário. As sociabilidades ganharam novos contornos e articularam-se crescentemente com o exterior da aldeia ou da vila. A reestruturação social acompanhou a reestruturação agrícola.

Nestas transformações, os camponeses desapareceram: submersos no êxodo para as cidades, onde foram tomando novas identidades; sofrendo esta mesma mutação localmente e ainda ligados a uma unidade agrícola ou tornando-se agricultores familiares.

O *fim dos camponeses*²⁸, para retomar o título de um livro que fez data, é constatado a par de uma profunda mudança na própria agricultura, no uso do espaço e no mundo rural.

A agricultura foi incrementando a sua capacidade produtiva, por hectare e por trabalhador, e a produção agrícola foi sendo concentrada em menos espaço e nas unidades de maior dimensão económica. Em doze países²⁹

da União Europeia, de 1987 a 1997, desapareceram, em média, mais de quinhentas explorações por dia.

O uso do espaço deixou de ser hegemónico pela agricultura. Sobram hoje terras, que já não são incultos à espera de ser cultivados, mas espaço abandonado pela agricultura. Paralelamente, foram emergindo e consolidando-se novas procuras urbanas neste mesmo espaço: serviços ambientais, necessários à adequada gestão dos ecossistemas e de relação das populações com a natureza; lazer; desportos; contacto com a natureza (passeios, paisagens, reconhecimento de plantas e animais); caça; visitas a patrimónios rurais, etc. Também o mundo rural mudou. Hoje já não é governado pela grande propriedade fundiária e com a retração da agricultura, tanto ao nível do emprego como do peso económico, os outros sectores da economia predominam agora na maior parte dos aglomerados rurais.

O percurso dos camponeses nos países desenvolvidos, em particular nos países europeus, teve duas outras componentes que não podem ser omitidas. A primeira é o quadro institucional. De facto, com o decorrer do tempo, os camponeses, depois agricultores familiares, foram-se organizando, constituindo associações, sindicatos e cooperativas e acabaram por estar enquadrados por uma poderosa rede institucional, que se tornou incontornável na procura de consensos nas decisões políticas e na aplicação destas.

A segunda e decisiva componente é a política agrícola, definida e aplicada primeiro pelos estados e depois pelas estruturas europeias. Esta política abrangiu e regulou todos os aspectos da vida da agricultura. Preocupou-se mesmo em assegurar aos agricultores, tanto pelo nível dos preços como por formas diversas de transferências monetárias, um rendimento considerado adequado. Simultaneamente, aproveitando as vagas do êxodo agrícola e rural, promoveu, na maioria dos países, uma selecção das unidades agrícolas que favoreceu a permanência e consolidação das tidas como mais competitivas.

Os estados foram seguindo um projecto para a agricultura que aplicaram desde cedo — no caso emblemático da Dinamarca começou nos finais do século XVIII — e cujos resultados permitiram resolver a questão alimentar e favorecer os processos de industrialização e de urbanização. Sobre o carácter voluntarista deste projecto, Servolin afirma mesmo que a agricultura dos países desenvolvidos veio a ser uma “criação do Estado”.

O fim dos camponeses e das sociedades camponesas não é hoje, no entanto, universal. Na metade Sul do mundo a sua presença é ainda maciça e, em muitas grandes regiões, constituem a esmagadora maioria da população agrícola e rural. É o caso da África subsariana onde, na maior parte dos

casos, os camponeses procuram sobreviver com níveis e condições de vida e trabalho extremamente baixos e precários, em contextos socioeconómicos muito desfavoráveis. De facto, com o acentuar da globalização, têm persistido os factores que favorecem a marginalização económica e social dos camponeses do Sul. Assim, tem-se alargado o fosso tecnológico que os separa dos agricultores familiares dos países desenvolvidos. Em meados do século XIX, a diferença de produtividade entre os *piores* sistemas de produção das zonas intertropicais e os *melhores* das zonas temperadas era de 1 para 5. No final do século XIX, de 1 para 10, e no final do século XX era superior a 1 para 500. Na produção de cereais, a diferença é mesmo de 1 para 2000³⁰.

Refira-se ainda, relativamente ao comércio internacional de produtos agrícolas, a distorção, desfavorável aos países menos desenvolvidos, de que está imbuída a sua regulamentação. Apenas um exemplo: desde a sua criação em 1947, o GATT (Acordo geral sobre as taxas alfandegárias e o comércio), define *dumping* como a venda abaixo do preço do mercado interno e não como abaixo do custo de produção. Isto conduz a situações como a verificada em 2001 em França, um dos grandes exportadores mundiais de produtos agrícolas, em que o preço de intervenção do trigo era de 101,31 €/tonelada, enquanto o custo de produção rondava os 160 €/tonelada. O diferencial era compensado através das *ajudas directas* (subsídios ao rendimento dos agricultores, concedidos desde a reforma da Política Agrícola Comum de 1992, com o objectivo de compensarem a baixa dos preços) que são autorizadas pela regulamentação do comércio internacional. Não há, assim, produção agrícola nos países menos desenvolvidos que resista a *esta liberalização* do comércio.

A relação dos camponeses do Sul com o mercado traduz-se também, com frequência, numa baixa contínua dos preços que recebem. Um episódio ocorrido na história económica recente de São Tomé e Príncipe ilustra bem este processo. Para remediar a crise que se havia instalado, o Banco Mundial impôs um plano de reestruturação fundiária que implicava a privatização da terra que havia sido estatizada após a independência do país. Neste plano, definiram-se três destinos para a terra: uma fatia era reservada para os médios empresários, ou seja, para os quadros nacionais que, com a privatização do fundiário e a liberalização da economia, iam ser arredados da fruição da economia estatizada; uma grande parte seria repartida em parcelas de pequena dimensão a camponeses e assalariados das roças agora desmanteladas, e outra ampla extensão seria entregue a meia dúzia de empresas de grande dimensão, propriedade de capitais franceses, portugueses, angolanos e, num

caso, também santomenses. Estas empresas, além da produção directa de cacau — o produto que se identifica com a economia agrícola do país — com base em trabalho assalariado, deveriam ainda contribuir para assegurar o processamento tecnológico, o armazenamento e o transporte de todo o cacau produzido, nomeadamente nas parcelas camponesas. Dado, no entanto, o preço de venda que estas empresas — com o domínio do processo de transformação — impuseram às famílias que tinham recebido pequenas parcelas, tornou-se mais rentável para as grandes unidades comprar cacau aos camponeses do que produzi-lo com recurso a trabalho assalariado. Abandonaram assim o cultivo por conta própria e, como tinham o controlo da comercialização e do processamento tecnológico, continuaram a sujeitar os camponeses a preços baixos.

A precariedade das economias camponesas é também evidente em muitas regiões e países devido ao difícil acesso à terra. De facto, a globalização da questão alimentar não permite escamotear que os camponeses dos países menos desenvolvidos não têm alternativa à produção agrícola para fugirem à *pauperização cumulativa*. Para o conseguirem têm, com frequência, de lutar por terra, de batalhar no quotidiano para terem condições para a cultivar ou de resistir às tentativas de lhes retirarem a terra que tradicionalmente utilizam. Apenas dois exemplos, relativos à África subsariana.

Por terra, lutam hoje na África do Sul famílias negras a quem o regime do *apartheid* afastou, despojou ou não favoreceu o acesso à terra. É uma luta por melhores condições de vida mas também por dar uma dimensão socioeconómica à dignidade política reconquistada na última década.

Para poder cultivar terra, batalham camponeses de Angola que, desmunidos de sementes, adubos, meios de protecção das colheitas e das culturas, instrumentos e ferramentas, não conseguem trabalhar a terra suficiente para se alimentarem e viverem.

Para não perder terra, resistem hoje, como antes no tempo colonial, camponeses de Angola que cada dia constataam o avanço dos limites das fazendas ou a demarcação de novas concessões nas zonas que percorriam e utilizavam.

Os camponeses do Sul têm ainda hoje uma grande presença na população do mundo. Muitos deles vivem em condições de pobreza extrema. Para esta larga parte da humanidade, as prioridades absolutas são resolver as questões de saúde, da escola, da fome, da subnutrição e, como base, criar condições para poder produzir de modo a obter alimentos e receitas. A estrutura económica dos seus países e o quadro actual da economia mundial

não lhes reservam outro destino, senão o de continuarem camponeses. Não há para eles outro projecto.

O destino dos camponeses no século XX, tanto no capitalismo como no socialismo, parece evidenciar que estes não persistiram onde a sociedade e a economia foram hegemónicas pelo desenvolvimento industrial associado à urbanização. Esta situação, mais do que a natureza dos regimes políticos é, assim, a fronteira do mundo camponês.

Quebrado o projecto populista, esquecida a *viagem* de Chayanov, aos camponeses restaram, como destino, os percursos sociais, económicos e tecnológicos que os levaram a assumir outras identidades ou a existência como grupo subalterno. Não houve, de facto, qualquer *projecto camponês* que permitisse ultrapassar estes limites.

O PROJECTO CAMPONÊS E AS PROPOSTAS DE HOJE

As análises e os debates sobre o *projecto camponês* ou, para reter a fórmula de Shanin, sobre o “campeinato na acção política”, levam hoje a afastar a visão dos camponeses como um somatório de famílias passivas e completamente submissas à ordem social e política em que vivem. Os trabalhos sobre a *resistência quotidiana* dos camponeses foram o contributo definitivo para esta rejeição que, no entanto, não tem como contraponto a constatação do triunfo de *projectos camponeses* hegemónicos ao nível dos países. Assim, Eric Wolf evidenciou, no seu livro sobre *As guerras camponesas no século XX*, que os camponeses lutando com “a sua bandeira e os seus próprios chefes” não conseguiram impor a sua ordem e o seu domínio em sociedades onde eram largamente maioritários. O triunfo camponês, quando aconteceu (Zapata em Morelos, Rússia em 1905, China em 1926, ...), revelou-se sempre efémero e não passou pelo Estado, nem pelas cidades onde se concentravam os órgãos de poder. O *projecto* de que estes movimentos eram portadores distanciava-se do manejo da ordem estatal: “A utopia camponesa”, assim lhe chama Wolf, “é a aldeia livre, desembaraçada de colectores de impostos, de recrutadores de mão-de-obra, de grandes proprietários, de funcionários”. Os movimentos camponeses não conseguiram impor-se no Estado e contribuir decisivamente para o governo das sociedades. Vieram, pelo contrário, a ficar submetidos ao projecto das burocracias políticas e militares que, associando-se àqueles movimentos, conseguiram impor-lhes os seus projectos, contrários, em muitos aspectos, à expectativa dos camponeses. Foi assim no

México dos anos da revolução, como o veio a ser também, e de modo bem mais dramático, na China e na Rússia. Retoma-se este tema mais adiante, a propósito dos caminhos que hoje se propõem aos camponeses.

A via eleitoral também não favoreceu a afirmação de um *projecto camponês*, mesmo nos países em que o voto camponês tinha grande peso e onde eram numerosos os eleitos de origem camponesa. Para explicar esta situação, Hobsbawm indica três motivos. O primeiro, radica nas próprias divisões e conflitos locais e regionais do mundo agrícola e rural, que se sobrepõem com frequência a uma identificação com o que seriam os interesses gerais do campesinato. O segundo, deriva do facto da política eleitoral democrática não traduzir, nas suas grandes opções, as escolhas camponesas para moldar o conjunto da sociedade. Emerge aqui a impossível conciliação entre uma utopia/*projecto camponês* cujos contornos passam à margem do Estado, com uma sociedade em que este tem o lugar central na sua governação. A democracia eleitoral não viabiliza, assim, a afirmação de escolhas incompatíveis com o funcionamento do próprio Estado. Há, deste modo, relativamente aos camponeses, uma necessária mediação política que, de qualquer modo, deixa espaço para a concretização de objectivos práticos e bem definidos que correspondem a interesses específicos dos camponeses. Esta mediação política, o terceiro ponto, decorre afinal da incapacidade de os camponeses se auto-representarem com o seu próprio *projecto*, ao nível nacional. Este aspecto foi já antes referido a propósito de Marx e, como também se notou, tem sido confirmado por análises mais recentes.

Falta ainda a referência a duas outras formas de acção dos camponeses: o motim e a *resistência quotidiana*. Os primeiros são, na expressão de Shanin, “explosões breves de frustração acumulada e sentimentos de rebelião”. Têm sobretudo uma expressão local ou regional. A sua repercussão na esfera política depende das circunstâncias em que se desenrolam e do modo como, eventualmente, se associam a acontecimentos que ocorrem noutros sectores e noutros espaços. Marcam, de qualquer modo, a relação que permanentemente se estabelece entre os diferentes agentes que se cruzam na sociedade rural. Na sua origem, estão quase sempre alguns “instigadores”. Assim, por exemplo, o motim que rebentou, no dia 20 de Junho de 1864, na Ribeira Grande (Açores) foi incentivado por alguns padres e alguns proprietários locais, um dos quais também advogado (Miranda, 1996).

Thompson, no seu célebre trabalho sobre *A economia ‘moral’ da multidão na Inglaterra do século XVIII*³¹, associa os motins à violação da “economia ‘moral’ dos pobres” ou seja, à violação de uma “ideia tradicional das normas

e obrigações sociais” e “das funções económicas próprias dos diferentes sectores dentro da comunidade”. Acrescenta ainda, noutra passagem, que “os pobres sabiam que a única forma de travar os ricos era torcer-lhes o braço”. Muitas vezes, no entanto, o alvo dos motins é o Estado. Foi este o caso, por exemplo, das revoltas contra a florestação estatal dos baldios, durante o Estado Novo. Os camponeses opunham-se à usurpação dos terrenos comunitários que tradicionalmente utilizavam.

Os motins são explosões breves, de âmbito local ou regional, muitas vezes violentas, com objectivos fragmentados, que marcam os limites da tolerância dos camponeses a agressões e arbitrariedades de que são vítimas. Não se traduzem em *projectos camponeses* coerentes e explícitos, embora a multiplicidade das facetas que foram assumindo, em diferentes períodos e países, se possa reconhecer na definição de utopia/*projecto camponês* sintetizado por Wolf, e já antes referido.

Por último, a *resistência quotidiana*. Num livro publicado pela primeira vez em 1937, Gyula Illyés conta um episódio relativo ao cocheiro Sutka, um dos criados de um grande domínio agrícola da bacia do Danúbio, que evidencia, com nitidez, esta *resistência*. O talhante de uma aldeia próxima do domínio comprou neste um porco, “um animal magnífico, engordado de maneira exemplar”. No transporte do domínio para o talho, o porco morreu asfixiado pelo balanço da carroça, dada a sua imensa gordura. Quando tomou conhecimento do ocorrido o administrador do domínio enfureceu-se com o cocheiro que cumprira a tarefa do transporte do porco mas sem se preocupar com o que lhe aconteceu: não lhe tinham sido dadas instruções sobre o que fazer no caso de um desenlace inesperado, como o que ocorrera e, portanto, “não tinha nada a ver com o assunto”. Os criados dos domínios agrícolas eram gente “servil” e “submissa”, nas palavras de Illyés. No entanto, acrescenta, era difícil conviver com “a sua apatia e indolência” ou seja, com a sua *resistência quotidiana*. Sutka, o cocheiro, “no fundo da sua alma era um rebelde; inconscientemente, mas, por isso mesmo, de maneira mais teimosa e decidida”.

A análise destas formas de *resistência* dos grupos subalternos, impulsionada pelos trabalhos de Scott, evidencia que estes não visam transformar as estruturas sociais e económicas ou o Estado, mas apenas defender a sobrevivência, contrariando as formas mais opressivas. Os seus objectivos tanto podem ser atenuar, ou mesmo rejeitar, exigências dos grupos que detêm o controlo do sistema e do poder, como procurar melhorar algumas condições de trabalho e de vida, nomeadamente a respeitabilidade.

As atitudes e os comportamentos dos camponeses tornam, muitas vezes, difícil a percepção do que separa a *resistência* da passividade. A este propósito, Cabana, num trabalho sobre a sociedade rural galega durante o franquismo, evidencia a fragilidade desta fronteira e refere que a passividade tem um “tal grau de matizes e variantes que tanto pode ver-se como uma prova do consentimento da população em relação a certas medidas ou actividades do poder”, como pode interpretar-se “como a evidência de uma resistência que impossibilita ou trava iniciativas estatais”.

A breve passagem pelas formas de acção política dos camponeses, apresentada nos parágrafos anteriores, permite agora reafirmar que não houve qualquer *projecto camponês* que possibilitasse a este grupo subalterno traçar o seu destino para além dos limites e dos condicionalismos que lhe foram impostos pelo mundo urbano, pelas dinâmicas dos outros sectores da economia e pelas opções dos regimes políticos, onde os camponeses nunca tiveram uma posição hegemónica. Hoje, a situação não é mais favorável.

O lugar ou melhor, a falta de lugar para os camponeses no capitalismo é mesmo um tema frequente. Assim, por exemplo, no caso do Brasil, um autor destacado salientava, a propósito dos camponeses, que muitos deles tinham sido empurrados para fora do sistema económico capitalista: “os problemas fundamentais da produção e de preços podem ser resolvidos pelos complexos agro-industriais já existentes no país”. Acrescentava ainda, como corolário, que a necessidade da Reforma Agrária era apenas social e política, dado ser a única via que pode permitir aos que lutam por terra tornarem-se “cidadãos brasileiros de facto”³².

O tema da inutilidade dos camponeses chegou a ser, mesmo, colocado à escala do planeta. Na última década do século passado, sob a influência de três estudos marcantes³³ sobre as perspectivas da produção de alimentos, houve autores e instituições que defenderam que os sectores capitalista e da agricultura familiar modernizada tinham capacidade para produzir a alimentação necessária para toda a humanidade. Esta capacidade existia nos países desenvolvidos e exportadores que poderiam colocar no mercado alimentos a preços competitivos face a quaisquer outros produtores. Os que se reconheciam nesta visão defendiam que a questão alimentar se resumia a um problema de distribuição e de acesso aos bens no mercado, ou seja, os que careciam de alimentos — mesmo camponeses — só teriam de encontrar meios para os adquirir a quem os colocava no mercado nas melhores condições. Nesta argumentação escamoteava-se o essencial: onde e como vão os mais desmunidos conseguir os meios.

A falência das soluções decorrentes da perspectiva antes referida conduziu algumas das organizações internacionais mais influentes nos programas de desenvolvimento rural a retomarem o apoio aos camponeses na obtenção de alimentos. Contudo, esta inflexão não foi acompanhada por uma reavaliação dos camponeses na economia do capitalismo actual onde continuam a estar, como outros grupos subalternos, do lado da inutilidade.

Neste panorama, uma pequena parcela de camponeses, beneficiando de políticas e de circunstâncias que não tem sido possível generalizar, modernizou-se, consolidou a estrutura produtiva e a relação com o mercado. Muitos outros tomaram o caminho da emigração, para outros países, regiões e continentes, ou o da busca de uma alternativa no imenso mundo suburbano das grandes cidades do Sul, onde imperam os circuitos de economia informal. A maior parte, a grande maioria, mantém-se, no entanto, como camponeses. Para estes não tem havido soluções mas não faltam as propostas de modelos a seguir. Vão referir-se dois destes modelos.

O primeiro, de que o mais destacado defensor e proponente é a Vía Campesina, uma organização que se apresenta como “um movimento planetário nascente”, ambiciona cumprir o futuro possível enunciado na fórmula: “o século XXI será camponês... ou não será...” (Pérez-Vitoria, 2005). O grande objectivo desta proposta é a criação de condições que permitam a persistência digna e hegemónica dos camponeses nas agriculturas do mundo. A base incontornável para o conseguir é a aceitação da soberania alimentar: “A alimentação é um direito humano fundamental. Este direito só pode ser concretizado num sistema que garanta a soberania alimentar. A soberania alimentar é o direito de cada nação manter e construir a sua própria capacidade para produzir os seus próprios alimentos de base no respeito da diversidade cultural e produtiva. Nós temos o direito de produzir os nossos próprios alimentos no nosso próprio território. A soberania alimentar é um aspecto prévio à verdadeira segurança alimentar”. Como consequência desta posição, a Vía Campesina defende “que a produção agrícola deve servir antes do mais para assegurar a soberania alimentar”, e “rejeita explicitamente o que constitui sem nenhuma dúvida a regra mais importante do Acordo sobre a agricultura da OMC [Organização Mundial de Comércio], a saber o ‘direito de exportar’.”

A soberania alimentar poderia conduzir, em muitos países e regiões, a preços mais elevados em muitos produtos agrícolas. Para os seus defensores permitiria, no entanto, também a persistência de um mundo rural vivo, das paisagens tradicionais e de sistemas de produção respeitadores do ambiente

e da natureza, com recurso reduzido a energias não renováveis e onde se obteriam alimentos de boa qualidade.

Esta proposta corresponde à ambição dos camponeses de poderem produzir e viver com dignidade, sendo o que já são, nas suas aldeias e campos. O seu triunfo corresponderia a impor a hegemonia dos camponeses na economia agrícola dos diferentes países e continentes. É um projecto que parece, no entanto, difícil de concretizar apesar de ter alguns aliados, nomeadamente nos sectores mais preocupados com as questões ambientais.

Assim, para além do que já antes se referia sobre o *projecto camponês*, tem ainda de se destacar a difícil concertação das expectativas camponesas a uma escala global: divergências de interesses nalguns mercados agrícolas; diversidade de situações e de contextos socioeconómicos; diferenças institucionais, culturais e de inserção no sistema político dos respectivos países.

Outro grande obstáculo vem dos consumidores de produtos agrícolas, em particular dos que têm menos recursos e que, como se sabe, são também os que dedicam uma maior proporção dos seus rendimentos à aquisição de alimentos. A hegemonia camponesa na economia agrícola do mundo conduziria, na conjuntura actual, a uma elevação sensível dos preços agrícolas. Finalmente, refira-se o peso e a influência dos interesses existentes nos países desenvolvidos que estão associados à agricultura industrial, nomeadamente ao nível da produção, da transformação agro-alimentar e das estruturas que fornecem os meios de produção utilizados.

A outra proposta que se vai referir admite que não é possível impor a hegemonia das economias camponesas, nem conseguir escapar a um mundo a duas velocidades nos planos económico e social. A solução aceitável e possível é favorecer a consolidação de um modo de vida simples, digno e liberto do supérfluo, em que cada um tenha a perspectiva de um futuro e de se sentir capaz de batalhar por ele. Este modo de vida permitiria a generalização da cidadania e asseguraria aos deserdados voz e presença política efectivas na sociedade.

Nesta linha, Sen defende, nas suas análises e propostas, a democracia como um valor universal, e o desenvolvimento como um processo de auto-*emancipação*, cuja base é o “alargamento das liberdades reais de que as pessoas podem desfrutar”. Este alargamento é “o fim primeiro e o meio principal do desenvolvimento” e pressupõe “capacidades elementares, tais como a possibilidade de escapar à fome, à subnutrição, à doença evitável e à mortalidade prematura, assim como as liberdades que decorrem da

alfabetização, da participação política aberta, da livre expressão”.

Esta auto-emancipação, assim definida, remete para os referenciais culturais, sociais e económicos da própria população e deve simultaneamente plasmar-se na democracia, entendida como um valor universal tanto pela “sua *importância intrínseca* na vida dos homens”, como pelo “seu *papel instrumental* que permite gerar estímulos políticos” e “pela *função construtiva* na formação de valores (e na compreensão da força das reivindicações das necessidades, dos direitos e das liberdades, assim como da possibilidade de serem concretizadas)”. A auto-emancipação incorporaria assim a democracia na singularidade de cada comunidade local e, simultaneamente, cada comunidade integraria o quadro democrático do país.

Esta proposta, que vem sendo aplicada em programas de desenvolvimento, fortalece a capacidade de produção e de relação com o mercado dos camponeses, e melhora as suas condições de vida. Aceita também, na esfera económica e social, um mundo repartido entre os que gerem e trabalham no núcleo dominante do sistema económico capitalista e os que procuram sobreviver nas suas margens. É uma realidade que, noutras condições e com outras consequências a nível social (Reich, 2004), também vem afectando, crescentemente, com o “espectro da inutilidade”, muitos outros grupos sociais dos países desenvolvidos. Nestes países, a integração e a participação no sistema político não têm travado o divórcio entre a economia e a sociedade. Desta separação decorre, em larga medida, a situação destes grupos. Nos países do Sul também não há condições para que a subalternidade económica possa fomentar uma participação política que reverta a situação na esfera da economia.

Pode assim concluir-se que a vida dos camponeses, tanto a que marcou o passado, como a que hoje parece possível, é um destino subalterno sem um *projecto* para organizar e governar a sociedade. Pode, de qualquer modo, ser vivida com dignidade ou em condições degradantes. Esta é, convém sublinhar, uma diferença decisiva. Falta apenas acrescentar que é também nesta diferença que se situam as alternativas hoje possíveis para muitos milhões de pessoas das cidades de todo o mundo que não têm agora utilidade para o capitalismo.

A INVIÁVEL ECONOMIA MORAL

A crescente dissociação entre o sistema económico capitalista e a sociedade tem dado, por parte de alguns autores, uma nova vida à *economia moral*. Esta tem vindo a ser referida, neste como noutros âmbitos, com objectivos e conotações que se afastam do modo como foi definida, há quase quatro décadas, para a Inglaterra do século XVIII. O próprio E. P. Thompson viria a notar, em 1991, que “se eu realmente fui o pai da expressão *economia moral* no discurso académico corrente, o termo há muito esqueceu a sua filiação” (Thompson, 1998).

Nas referências que têm vindo a ser feitas, para além das divergências na própria definição, podem detectar-se três tendências. Uma refere-se ao estudo histórico de movimentos das classes subalternas em que as motivações políticas e económicas são indissociáveis de uma ordem marcada pelos usos e costumes tradicionais. Há também as análises que identificam, de modo nem sempre explícito, as “armas dos fracos” (Scott, 1976 e 1985), aquelas com que estes resistem, como uma *economia moral*. Finalmente, uma terceira tendência identifica como formas de *economia moral* algumas das lutas actuais das classes subalternas contra as consequências sociais e económicas do mercado capitalista. É, por exemplo, o caso, já referido, do movimento zapatista que emergiu, no México, nos anos noventa.

Como é evidente, esta arrumação é demasiado esquemática. De facto, além de não reflectir a ampla variedade das abordagens que têm vindo a ser feitas, também reduz os seus objectivos e âmbitos. Tem, de qualquer modo, a vantagem de permitir situar o tema da *economia moral* face à relação das classes subalternas com a dissociação entre a sociedade e o sistema económico capitalista.

Nos comentários que se seguem, aceita-se que a composição social da *multidão* a que se referem hoje as análises sobre a *economia moral* é, como na Inglaterra do século XVIII, recrutada sobretudo entre as “camadas

inferiores” da população. Estas, numa indicação genérica, abrangem agora os camponeses, com forte presença na Ásia, África e América Latina, e as outras classes subalternas, onde se incluem tanto os que têm uma história e enraizamento nos respectivos países de nascimento, como os que migram através do mundo, em busca de melhores condições de vida. É, afinal, “a grande humanidade”³⁴ cujo destino se reparte, num número crescente de situações, entre a luta pela sobrevivência e o *espectro da inutilidade* dado que, como nota Sennett (2007), “a máquina económica talvez seja capaz de funcionar com proveito e eficiência apelando a uma elite cada vez mais reduzida”.

Este capítulo está organizado em quatro pontos. Nos dois primeiros analisam-se as limitações do recurso à noção de *economia moral* no contexto actual. Nos terceiro e quarto pontos, comenta-se a situação das classes subalternas face à crescente dissociação entre o sistema económico e a sociedade.

A ECONOMIA MORAL E A DISSOCIAÇÃO CONSUMIDOR-CIDADÃO

Na *economia moral*, Thompson reunia não só “o feixe identificável de crenças, usos e formas associadas com a venda de alimentos em tempos de escassez” mas também “as profundas emoções despertadas pelo desabastecimento, as reivindicações populares junto das autoridades nessas crises e a afronta provocada por alguém a lucrar em situações de emergência que ameaçam a vida”. Estes aspectos conferiram “um peso moral particular ao protesto” que podia originar os motins de subsistência, “provocados pelo aumento dos preços, por maus procedimentos dos comerciantes ou pela fome”.

Desta longa definição destacam-se agora duas vertentes seguindo, de resto, comentários do próprio Thompson. A primeira para sublinhar que a *economia moral* não era “uma retórica moral sem contexto” mas subordinava, em determinados momentos e situações, a economia política do abastecimento aos imperativos que a ordem tradicional das classes subalternas tinha como legítimos. Este vínculo entre mercado e ordem tradicional — é a segunda vertente — ocorria num contexto em que o “nexo do pão” se sobrepunha ao “nexo monetário”. Ou seja, a obtenção de alimentos em momentos decisivos para a sobrevivência era percebida

como uma dimensão a que se deveria subordinar o mercado e decorria de uma “cultura plebeia (...) mas rebelde em defesa do costume”, que “não estava sujeita nas suas manifestações quotidianas ao domínio ideológico dos poderosos”. Esta análise refere-se a um tempo e a um espaço bem determinados.

Depois, à escala do mundo, o “nexo monetário” e o mercado foram-se impondo, e alargando o universo do que se converteu em mercadoria, como foi o caso do trabalho e da terra. Neste processo, como mostrou Polanyi, o mercado autonomizou-se das outras instituições sociais e, pela generalizada mercantilização da esfera social, foi-se impondo na configuração e funcionamento da sociedade.

Nas últimas décadas, este panorama ganhou novos contornos devido, sobretudo, à mundialização da economia, à crescente desregulação dos mercados e à transformação tecnológica, que tem estado associada a uma crescente redução do emprego estável. Este percurso distanciou, cada dia de modo mais nítido, o reduzido grupo dos que controlam o funcionamento do sistema económico, do grande contingente que apenas é utilizado de modo precário e com salários muito baixos ou a quem não é mesmo reconhecido qualquer prémio. O sistema económico dominante, associado ao mercado capitalista, tem vindo assim a dissociar-se da sociedade: sobra cada dia mais gente do funcionamento da economia dominante.

Neste processo, como mostra Reich (2008), a mercantilização generalizada acentuou a divergência entre o cidadão e o consumidor que coexistem em cada um de nós. Ou seja, a escolha de cada consumidor pode estar — geralmente está — associada a modelos de produção e de prestação de serviços que contrariam o que este mesmo consumidor defende como cidadão.

Para obstar às consequências sociais da dissociação consumidor-cidadão têm sido feitas várias propostas, de que se referem dois grupos. Um primeiro, de movimentos em cuja composição não predominam as classes subalternas e que defendem, no plano de ética individual, vias como o *comércio justo* ou a consciência ambiental. Estes movimentos, apesar da relevância do seu exemplo, ainda não têm uma amplitude que altere, de modo significativo, a situação actual.

O segundo grupo de propostas remete para os poderes públicos. A correcção do desfasamento entre o cidadão e o consumidor seria conseguida, como nota Reich (2008), com adequados regulamentos e leis que imponham às “nossas compras e investimentos uma escolha social

tanto como uma escolha pessoal”.

Outro tipo de respostas, que poderiam evocar a *economia moral*, seriam acções das classes subalternas, vividas como legítimas.

A ECONOMIA MORAL E A LEGITIMIDADE

“Em quase todas as acções da multidão oitocentista — refere Thompson — é possível encontrar alguma noção legitimadora. Através do conceito de legitimação, pretendo afirmar que os homens e as mulheres da multidão acreditavam estar a defender direitos ou costumes tradicionais e, em geral, tinham o apoio de um amplo consenso comunitário”. Havia, pois, uma ordem tradicional enraizada na legitimidade dos direitos e costumes tradicionais, que resistia a uma nova ordem.

Passados mais de dois séculos em que, de modo generalizado, se impôs o mercado capitalista, dissolvendo e erosionando as formas e sociabilidades que marcaram períodos anteriores, as classes subalternas continuam, sobretudo, a defender-se. Moore (1987), num estudo dedicado às “bases sociais da obediência e da revolta”, concluiu que “as concepções espontâneas dos trabalhadores pré-fábrica, trabalhadores de fábrica e camponeses revolucionários modernos têm consistido principalmente no olhar para trás. Foram tentativas de reviver o contrato social que foi violado”. Sucede, no entanto, que este contrato social já não remete para uma *economia moral* mas refere-se a normas e a relações laborais e de mercado, que vêm sendo continuamente alteradas pelas relações de força que os interesses capitalistas impõem. Acresce ainda que, caducadas as tentativas socialistas que se iniciaram com a revolução de 1917 na Rússia, não há um projecto mobilizador que prometa um novo modelo de sociedade.

Hoje, o horizonte das classes subalternas é defensivo, e não tem uma ordem *anterior* a tomar como referencial de legitimação. Não faltam testemunhos que clarifiquem este panorama. Assim, Berman (2001), num texto intitulado *Os sinais nas ruas*, refere: “Essas são algumas pessoas que cruzam o meu horizonte. É um horizonte (...) repleto de paixão humana, inteligência, anseio, imaginação, complexidade e profundidade espiritual. Está repleto também de opressão, sofrimento, brutalidade quotidiana e de ameaça de aniquilação total. Mas as pessoas da multidão estão usando e ampliando suas forças vitais, sua visão, sua cabeça e sua coragem para encarar e combater os horrores (...)”. Os objectivos destes combates são

geralmente modestos, defensivos e visam a que, pelo menos, a dignidade e o respeito, na acepção que lhes deu Sennett (2003), sejam realidades quotidianas para todos. Neste contexto, não há uma ordem *nova* a propor, nem uma ordem tradicional a legitimar a acção.

A propósito desta situação, é esclarecedora a história da mina Tower no sul do País de Gales. No final de 1994, os homens que trabalhavam na mina conseguiram, face à ameaça de encerramento, reunir a quantia necessária para adquiri-la. Mais de duzentos e cinquenta mineiros passaram a gerir a e trabalhar na *sua* mina. Esta foi uma luta pelo emprego mas a que os mineiros deram uma maior ambição sem, de qualquer modo, a confundirem com qualquer ilusão do passado. Tyrone O'Sullivan, electricista e presidente da Tower, definia os objectos com clareza: "O que é para todos nós, o socialismo? Não é seguramente a crença no imaginário proposto por Lenine! O socialismo consiste em utilizar os proveitos que se retiram de uma empresa, seja qual for, para ajudar os mais pobres, para melhorar o nível de vida de todos. Que todos vivam em condições de saúde satisfatórias, que todos possam viajar e partilhar. Que todos tenham dinheiro e tempo para o fazer. Que alguém se ocupe das pessoas idosas, dos que têm carências, dos desempregados. O socialismo não é espectacular mas, para mim, é somente uma maneira de viver, justa e respeitável" (Carré, 1999). Estas lutas têm assim como horizonte resistir no mercado capitalista sem possibilidade de contrapor uma outra ordem social à que hoje é dominante.

Uma situação parcialmente diferente é a dos camponeses nalgumas regiões. Os contextos em que produzem e vivem permitem-lhes ainda resistir nos parâmetros da sua própria visão do mundo, da sua própria ordem. É a *economia moral*, como a definiu Scott e que tão grande impacto teve nos estudos camponeses.

Sucedem, no entanto, que estas situações podem ter relevância local, mas não interferem nas dinâmicas que comandam o mercado capitalista e que se desenvolvem a outra escala. O local é, neste âmbito, apenas um nível de fragmentação da sociedade que não interfere na economia dominante. Além de que, os camponeses das comunidades rurais mais remotas são também participantes do contingente numeroso que migra pelo mundo. Por esta via, e com a sua história e identidade, fizeram a entrada na globalização e encontram-se, com frequência, implicados como consumidores no mercado capitalista (cf. Kearney, 1996 e Piot, 1999).

SOCIEDADE E ECONOMIA: A FALHA DO PROJECTO

Apesar deste panorama, onde não há lugar para a *economia moral*, tal como a definiu Thompson, a expressão continua a exercer um grande fascínio, dado que remete para a questão central do desacerto entre a sociedade e a economia. No século XVIII inglês, as classes subalternas, legitimadas pelos costumes e direitos tradicionais, corrigiam os excessos da *nova ordem* do mercado com acções que requeriam um débil grau de organização e cujos efeitos políticos eram apenas indirectos. O fascínio actual provém deste tipo de acções — eficazes, sem estrutura organizativa e fora da política institucionalizada — que parecem poder constituir hoje uma solução para as lutas de classes subalternas.

De facto, no contexto actual, a intervenção dos poderes públicos tem uma eficácia limitada na correcção do desacerto entre sociedade e economia. Assim, as últimas décadas evidenciaram, por um lado, que a força disruptiva do mercado capitalista não é, no domínio social, controlável pela mera aplicação de normas e de regulamentos. Por outro, na esfera da política, aparece associada, na melhor das hipóteses, a uma defesa da liberdade que convém sobretudo aos que “na corrida, são mais fortes (nações, regiões, indivíduos)” (Canfora, 2007).

A experiência recente do Brasil é um bom exemplo dos limites da acção dos governos. Este país tem, desde 2003, uma governação que anuncia a ambição de construir uma sociedade inclusiva e “conscientemente orientada”, o que implica “uma sociedade radicalmente democrática, com um Estado sob o seu controle e independente da regulação do capital financeiro” (Genro, 1999).

Passada uma década, já é possível um primeiro balanço. Na reforma agrária como noutros domínios, concretizaram-se políticas sociais e assistencialistas que foram relevantes para promover a cidadania, a integração social e para atenuar as fracturas da sociedade. Foram políticas que contribuíram para minimizar os efeitos da dinâmica social associada ao mercado capitalista cujos efeitos se repercutem, não só nos que estão *fora* da economia dominante, mas também no mundo laboral submetido à precariedade e à asfixia salarial. O Brasil aproximou-se, assim, do modelo dos países desenvolvidos, mas as políticas governamentais não abriram novas perspectivas na transformação da sociedade que permitam vislumbrar uma hegemonia política das classes subalternas.

É neste contexto que alguns procuram outras vias: lutas exemplares e contundentes; um novo modelo de relação da sociedade com a economia, de que as classes subalternas conquistariam o controlo e se apropriariam. São estes dois temas que se apreciam de seguida, começando pelo último e depois de recordar, como mostrou Thompson, que qualquer transformação social não decorre de nenhum projecto a construir na história mas “é definida pelos homens a viverem a sua própria história”.

De qualquer modo, esta definição e esta vivência são indissociáveis das formulações que vão sendo elaboradas e dos processos sociais que se vão tecendo. Este último aspecto remete para os debates sobre os tipos de organização e de articulação das acções das classes subalternas que assegurem, entre estas iniciativas, uma sintonia, ainda que débil. Esta convergência implica, para além dos temas organizativos, o recurso a projectos que lhes dêem coerência. De facto, como argumentam Hardt e Negri (2000), seguindo Althusser, as lutas e iniciativas das classes subalternas decorrem num presente que não contem futuro, ou seja, num presente “vazio para o futuro”.

A superação deste “vazio” implica o recurso a projectos que favoreçam a convergência de acções das classes subalternas, com perspectivas orientadas para um futuro possível. A preocupação com estes projectos é incontornável até porque, como defendeu Rossanda (1971), os tipos de organizações e dos seus agentes (militantes) estão “estritamente ligados” a cada hipótese de transformação social. Assim, centrar os debates sobretudo na organização ou nos seus agentes corresponde a escamotear o essencial ou a dá-lo por adquirido, mesmo sem o explicitar. O essencial seria, bem entendido, traçar projectos que permitiriam superar o “vazio para o futuro”.

O projecto que, do lado das classes subalternas, marcou o século XX, foi a proposta do “socialismo científico” de Marx e Engels. Esta proposta continua, de resto, a inspirar reflexões correspondentes à fase actual da globalização e posterior às experiências socialistas. As diferenças entre as versões de hoje e do passado referem-se, sobretudo, às formas de aplicação. Nas experiências do século XX, seguindo as indicações dos seus autores, o modelo foi aplicado do lado da economia e da política. Ou seja: controle do Estado e desenvolvimento das forças produtivas, de onde, com um adequado enquadramento político, viria a *sair* uma sociedade socialista. As propostas actuais propõem-se confiar a execução do modelo, não ao Estado e à economia, mas à apropriação e ao domínio desta pela esfera social. O objectivo permanece o mesmo: a constituição de uma sociedade em que a

“relação natural entre o homem e as coisas” acompanharia a passagem do *reino da necessidade* para o *reino da liberdade*, e cujo lema seria: “de cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades”. No percurso que conduziria à construção desta sociedade, o mercado e as instituições sociais e políticas a que está associado iam-se esbatendo, o Estado seria extinto e *todos* “teriam aprendido a administrar e administram efectivamente, eles próprios, a produção social” (Lenine, 1968).

Este projecto *falhou* nas experiências socialistas do século XX e, como mostra Jones (2005), a *falha* parece não estar associada apenas ao modo como foi aplicado, mas à própria concepção do modelo. A questão resulta de que o desenvolvimento das forças produtivas, pedra de toque do “socialismo científico”, foi possível devido às necessidades sociais geradas pelo próprio mercado. Quando Marx e Engels, passaram das necessidades sociais geradas pelo mercado às necessidades naturais do homem, ou seja, das mercadorias *ao valor de uso*, seria necessário evidenciar — o que não foi feito — qual a nova base que assegurava o desenvolvimento das forças produtivas. Esta *falha* viria mesmo a ser mencionada por alguns economistas envolvidos nas experiências socialistas (cf. Brus, 1968) e contribuiu decisivamente para inviabilizar o controlo da economia pela esfera social e para dificultar os esforços de planificação da economia. Com efeito, a questão da *lei do valor* nas economias socialistas, apesar das revisões de que foi alvo (Minc, 1974), não foi resolvida.

Teria sido, de resto, no comentário de Jones, a dificuldade em resolver esta *falha* que explica os últimos anos de vida de Marx: “Quiçá seja esta incapacidade para produzir uma teoria do comunismo moderno o que explica o motivo por que Marx preferiu passar os últimos quinze anos da sua vida evitando acabar *O capital*, preferindo dedicar-se ao estudo exaustivo das antigas formas pré-capitalistas e comunitárias que se estendiam desde as pradarias da América do Norte aos povos das estepes russas. Quiçá esperaria encontrar nestes povos e tribos o segredo de uma via mais adequada para um futuro pós-capitalista”.

A *falha* do modelo de Marx e Engels, que tinha como ambição a apropriação da economia pela sociedade — para além da esfera política — não decorre assim apenas do modo de aplicação, mas está associada à sua formulação. Não é, deste modo, um horizonte onde se possa prefigurar o futuro das acções das classes subalternas.

Constatada a falha deste projecto, ressaltam duas vias no debate sobre as alternativas das classes subalternas: lutar pela cidadania e pelo direito

a viver com dignidade (exercício dos direitos de cidadania, condições de vida e de trabalho, defesa do emprego, apoio social, fortalecimento das economias camponesas, desenvolvimento e consolidação das economias solidárias,...); avançar com “lutas contra o Império”, na formulação de Hardt e Negri (2000) ou “lutas negativas contra o capitalismo”, na indicação de Holloway (2007). Este último autor indica, ainda, o levantamento Zapatista de Chiapas e o Movimento dos Sem-Terra no Brasil (MST), como acções que correspondem à sua análise.

SOCIEDADE E ECONOMIA: A INVIÁVEL *ECONOMIA MORAL*

Estas lutas, quando procuram passar de um presente “vazio para o futuro” para a busca de uma solução que permita construir modos de vida e de sociedade, não podem evitar a definição dos contornos de uma economia compatível com os projectos para o futuro.

Neste ponto, nem as análises teóricas, nem a prática das diferentes experiências e movimentos, têm adiantado soluções. As primeiras explicitam que estas só podem decorrer da “experimentação prática” (Hardt e Negri, 2000) ou, noutra fórmula, “de experiências cada dia renovadas e criativas” (Holloway, 2007). As lutas e as acções procuram geralmente sobreviver impondo-se, a si mesmas, *normas* e formas de gestão que lhes permitam resistir às inevitáveis articulações como o mercado capitalista. Ou seja, o projecto social e político impõe, local e regionalmente, *normas* para a coexistência com a economia dominante. Não há assim qualquer controlo da sociedade sobre a economia — o que poderia indiciar uma *economia moral* — mas apenas tentativas de sobreviver no mercado capitalista auto-impondo-se *normas*. Não tem, de facto, emergido qualquer possibilidade de superar esta situação o que, sobretudo, se deve à actual hegemonia do capitalismo mas também ao impasse a que conduziu a fórmula de Marx, já antes comentada, sobre a “relação natural entre o homem e as coisas”. Na realidade, a solução pressuposta neste enunciado é ainda aceite — explicita ou implicitamente — nas lutas e movimentos que *negam* o capitalismo como a *chave* que permitiria estabelecer uma *nova* economia.

Acresce, ainda, que a definição e aplicação das *normas* que estruturam os processos de luta podem estar longe dos objectivos “de uma ética de libertação”. Esta questão tem sido colocada a propósito do Movimento dos Sem-Terra no Brasil, em torno de duas posições opostas: o Estado deve

favorecer o papel dos movimentos sociais, nomeadamente do MST, como mediadores entre os assentados (beneficiários da reforma agrária), o poder político, e a sociedade envolvente, não se preocupando com as normas e a disciplina existentes no interior de cada assentamento as quais, para além de outras implicações, favorecem a organização do MST e facilitam o seu papel de mediador; o Estado deve implicar-se no fortalecimento das capacidades para o exercício da cidadania por cada assentado, libertando de qualquer mediação ou coacção, mais consentida do que escolhida, as relações entre os assentados e destes com o poder político e com a sociedade.

A segunda posição tem sido defendida pelos críticos do MST, ao evidenciarem que a mobilização desenvolvida por este movimento está associada à sua “natureza não-democrática” e a práticas autoritárias e de doutrinação que colidem com a emancipação social das populações (Navarro, 2004). Os defensores do lugar central do MST desvalorizam este debate, argumentando com as condições em que este movimento opera e com a especificidade do trajecto da própria organização e dos processos em que se envolve (Carvalho, 2004).

Este debate entre os *meios* e os *fins* tem um longo percurso. Aqui, no entanto, apenas se refere para evidenciar as *imperfeições* associadas ao modo como podem ser formuladas e praticadas as *normas* definidas para assegurar a persistência das lutas que poderiam conduzir a projectos *novos*. O reacerto entre a sociedade e a economia anunciado pela evocação da *economia moral* parece assim comprometido, tanto pelo objectivo e âmbito das referidas *normas*, como pelo modo como estas podem surgir e ser concretizadas. Não é, assim, possível uma *economia moral* imposta pela sociedade. Tudo parece passar, afinal, pelo futuro que pode decorrer da luta persistente e continuada pela cidadania e pelo direito a viver com dignidade.

TERRAS DE MANDIOCA

A ECONOMIA DE CAMPONESES DE MALANGE

Este texto não é sobre África, nem se refere à África subsariana ou mesmo a Angola. Ocupa-se dos camponeses de Malange, ou melhor, de algumas centenas que foram inquiridos nas comunas de Soqueco (município de Cacuso), Cota e Kalandula (as duas de Kalandula), Muquixi e Caxinga (ambas de Kakulama) e Quirima (Quirima)³⁵. A escolha destas centenas obedeceu, é certo, a critérios que pretenderam torná-los representativos das aldeias que se inquiriram e das situações que se analisaram. O procedimento seguido permite evidenciar a realidade das economias dos habitantes destas aldeias, insistir em que há camponeses como os que foram inquiridos e contribuir para questionar, com base neste pequeno universo, as generalidades, sem apoio empírico, que se abatem sobre a África subsariana. Estes discursos decorrem, como muitas vezes tem sido evidenciado, da defesa de modelos de desenvolvimento que não tomam em consideração o que, de facto, se passa no terreno. São enunciados e proclamações geralmente subjugados à orientação de organizações internacionais que persistem em forçar a realidade para que esta possa entrar nos seus modelos, associados aos interesses dominantes nas relações económicas internacionais e dos que, a nível de cada país, se ajustam melhor a esta ordem mundial.

A segunda limitação relevante deste trabalho é o seu âmbito. Estamos perante sociedades em que a economia está imersa na ordem social, religiosa e cultural³⁶. Esta é uma realidade que, com uma formulação discutível, já era reconhecida no período colonial, mesmo a propósito da economia camponesa. Assim, num relatório sobre Malange, de 1972, afirmava-se que as comunidades tradicionais “vivendo num ambiente saturado de forças sobrenaturais, que tudo comandam e ordenam, têm no seu vasto universo de culto e de religiosidade uma extensa gama de motivações que condicionam as suas atitudes e reacções”³⁷. Ou, noutra formulação mais genérica: “Para eles a

vida é uma totalidade e não sabem isolar a economia da religião, dos deveres sociais, das práticas mágicas e da alegria de viver”³⁸.

Recentemente, alguns trabalhos científicos com base empírica têm permitido esclarecer este tema, explicitando a necessidade de integrar, nas perspectivas sobre o desenvolvimento, “as características específicas dos sistemas cognitivos, normativos, afectivos e estruturais”³⁹, uma vez que estes delimitam o *todo* em que a economia está imersa. Mas, como mostra Polanyi, apesar desta imersão da economia, há uma “actividade institucionalizada de interacção entre o homem e o seu meio que dá lugar a uma obtenção contínua de meios materiais para a satisfação das necessidades”⁴⁰. Desta actividade pode fazer-se uma caracterização, uma leitura dos fluxos materiais e monetários que a percorrem e avaliar as suas quantificações e eficácia. Passar deste nível de análise à compreensão das decisões que estão associadas a esta “actividade institucionalizada”, exige considerar os imperativos e os condicionalismos que decorrem de estar imersa na ordem social, cultural e religiosa.

Este trabalho limitou-se a procurar caracterizar a referida “actividade”, no contexto da sociedade englobante e a estimar alguns dos seus fluxos materiais e monetários. É um âmbito limitado, mas que contribui para esclarecer o modo como os camponeses obtêm os meios materiais que lhes permitem viver, e o quadro de relações que estabelecem com o mercado.

Não se trata, portanto, de um estudo dedicado à compreensão da economia doméstica e das actividades da família da população camponesa de Malange. De resto, não o permitiriam a documentação recolhida e a abordagem metodológica que se seguiu. O objectivo é, apenas, destacar e analisar algumas das principais vertentes que actualmente caracterizam aquela economia, nomeadamente, a situação da população, a relação com os mercados, o panorama tecnológico, as modalidades de utilização da terra, o modelo de trabalho da família, alguns aspectos da vida das comunidades rurais, e os rendimentos e consumos. Mas, tomando cada um destes eixos *de per si* e não ensaiando uma explicação articulada com o universo social e cultural.

A informação empírica que se utiliza tem principalmente origem num inquérito efectuado, em 2009, à economia das famílias camponesas, nas comunas de Soqueco, Muquixi, Cota e Quirima, e que se passa a designar por *inquérito 2009*⁴¹. Dele provêm todos os elementos para os quais não se indica, de modo explícito, a fonte. Abrange um ano do funcionamento das unidades agrícolas e das economias familiares. No momento do inquérito, a informação monetária foi registada em Kwanzas (Akz) e, posteriormente, convertida em

dólares (USD)⁴². Convém ainda referir, que depois da avaliação da fiabilidade dos elementos recolhidos, se decidiu, para os temas da terra e do consumo, analisar apenas a informação relativa às comunas do Cota e de Quirima.

Recorreu-se também à observação feita nas aldeias e a informadores qualificados para aspectos particulares, ou para esclarecer questões que o *inquérito 2009* não permitia elucidar. Utilizou-se ainda um inquérito sobre a atitude das populações camponesas em relação à tracção mecânica e à animal⁴³. Foi realizado em 2009 nas comunas de Soqueco, Muquixi, Cota, Kalandula e Caxinga; vai referir-se como *inquérito tracção 2009*.

Ao longo do texto utiliza-se, por vezes, informação relativa ao período colonial. Sempre que não houver qualquer menção em contrário, os elementos utilizados referem-se à antiga zona agrícola 13/14⁴⁴ da Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola, onde se integrava o território das actuais comunas de Soqueco, Muquixi, Caxinga, Cota e Kalandula, em que se realizaram inquéritos. Estes confrontos são, no entanto, muito frágeis devido, sobretudo, à enorme diferença na dimensão dos dois universos: o considerado para o período colonial referia-se a oito municípios; o actual limita-se a cinco comunas de três municípios. A comuna de Quirima, no período colonial, estava integrada numa outra zona agrícola⁴⁵, cujas características tornam qualquer comparação dificilmente aceitável.

A POPULAÇÃO, PERCURSO E ACTIVIDADES

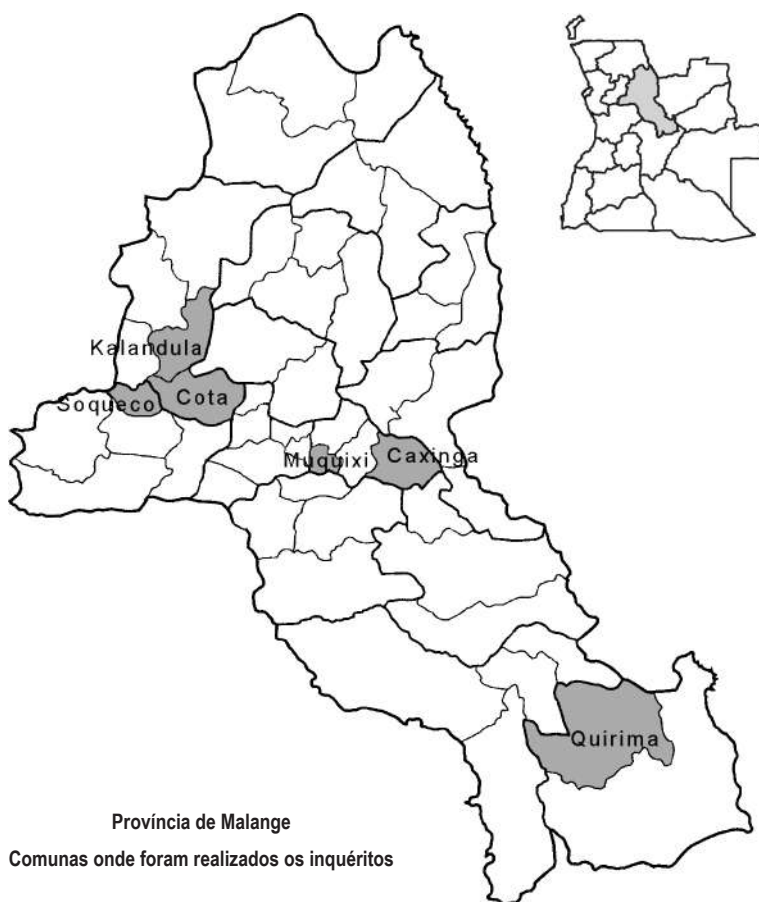
Na província de Malange, podem distinguir-se duas grandes zonas com características físicas distintas: a Baixa de Kassanje e o Planalto, este com uma altitude oscilando entre os 1050 m e os 1250 m. É neste último que se situam as aldeias onde foram realizados os inquéritos, localizando-se no mapa as pertencentes às comunas de Soqueco, Muquixi, Caxinga, Cota e Kalandula; encontram-se na zona mais povoada da província, que se estende ao longo da estrada principal que de Luanda vai até Saurimo. É uma estrada antiga, que já vem do período colonial, e que foi contribuindo para diferenciar os territórios do Planalto, nomeadamente em relação à fixação de população.

Diferente é a situação da aldeia inquirida na comuna de Quirima. Dista cerca de três centenas de quilómetros da estrada principal e o acesso faz-se por uma *picada* que na época das chuvas (Outubro a Abril) é, em geral, dificilmente transitável. Nesta mancha, a densidade populacional é muito mais baixa⁴⁶.

O Destino Camponês

Nas comunas onde se realizaram os inquéritos, como no conjunto da província de Malange, prevalece a etnia Mbundu, ainda que repartida por vários subgrupos. De qualquer modo, apesar da diversidade, parece verificar-se uma similitude de normas e comportamentos relativamente à “utilização da terra e à representação social desta, aos sistemas de culturas, à forma de habitação, ao tipo de povoamento, aos aspectos simbólicos e mágico-religiosos e às hierarquias tradicionais e sua forma de funcionamento”⁴⁷.

Esta homogeneidade verifica-se agora numa população jovem, em que 46% das pessoas têm menos de 15 anos e 63% estão abaixo dos vinte e cinco. Com 70 ou mais anos há apenas 4% e acima de 44, 20%. Os dezasseis anos são a idade que divide a população em duas partes iguais, ou seja, cinquenta por cento está acima desta idade e a outra metade abaixo dela. Esta *idade mediana* é, de resto, próxima da que se verifica para o conjunto de Angola (16,6)⁴⁸.



A esta característica associa-se também um desequilíbrio entre os que se encontram na idade mais produtiva e os restantes. Assim, por cem pessoas entre os 15 e os 64 anos, há 106 pessoas com menor capacidade produtiva. Para Angola, o valor desta *taxa de dependência* é de 95⁴⁹.

As famílias têm uma dimensão média de 4,2 elementos e mais de noventa por cento dos seus membros são os cônjuges e os filhos. É um modelo de família nuclear como, aliás, já acontecia nos últimos anos do período colonial⁵⁰, embora, nesta época, a dimensão média da família fosse superior (5,1)⁵¹.

O analfabetismo é muito elevado, sobretudo nas mulheres e nos mais velhos. Na população com 10 ou mais anos, 42% são analfabetos, mas esta percentagem é de 59% nas mulheres e de 78% nos que têm mais de 44 anos. Nos homens esta taxa é mais baixa (26%) e são também o grupo com uma maior proporção (25%) dos que têm cinco ou mais anos de escolaridade. Nas mulheres esta última percentagem é de apenas 4%. Actualmente, um quinto das crianças entre os 5 e os 10 anos não têm nenhum ano de escolaridade.

É também uma população enraizada localmente: cerca de dois terços dos membros das famílias nasceram na aldeia onde vivem. Esta proporção sobe para quatro quintos se for considerada em relação à comuna, onde se situa a aldeia. Estes valores médios são, naturalmente, mais altos para os filhos, mas mesmo para os chefes de família e para os cônjuges têm uma expressão que confirma nitidamente a apertada relação de nascimento dos habitantes com o espaço da aldeia⁵².

As últimas décadas

Os habitantes destes territórios viveram nas últimas décadas uma história muito conturbada⁵³. Antes de 1961, sofreram as vicissitudes e as violências do período colonial, em que a obrigação de fazerem determinadas culturas — como o algodão na Baixa de Kassanje —, o trabalho forçado, a espoliação das melhores terras e a opressão quotidiana de um regime político que negava quaisquer direitos de cidadania, impunham um estatuto de subalternidade cultural, social e económica e de *diferença* (o negro era o *outro*, o que *não era*). Depois, de 1961 a 1975, vencer estas marcas do sistema colonial era um dos objectivos da guerra de libertação, em que as populações rurais se envolveram de modo decisivo. Mas, nestes anos, foram também emergindo fracturas e divergências, assentes na diferenciação étnica de Angola⁵⁴ que já prenunciavam as situações que, no pós-independência, viriam a alimentar

uma longa guerra civil que começou mesmo alguns meses antes da data — 11 de Novembro de 1975 — que consagrou o fim do regime colonial.

De 1975 a 2002, foram quase três décadas de conflitos militares e de insegurança, a que a população rural era muito vulnerável, encontrando-se, em muitas regiões, ora sob o domínio de uma das facções ora da outra. Houve, é certo, alguns intervalos de relativa tranquilidade. Em 1991, iniciou-se um cessar-fogo que viria a permitir a realização de eleições presidenciais em 1992. Ganhou o candidato do MPLA (Movimento Popular para a Libertação de Angola), mas a recusa da UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) em aceitar a derrota nas eleições conduziu, de novo, a confrontações militares de 1992 a 1994. Neste último ano, com a celebração entre os contendores do designado Protocolo de Lusaka, entrou-se num período de quietude aparente, mas com grande tensão e em que o governo de Luanda não tinha o controlo de todo o território do país. Foi um tempo de “quase-paz”⁵⁵, que se viria a romper em finais de 1998, com a guerra violenta e devastadora que durou até 2002. Só neste ano, com a morte do chefe da UNITA, se começou a consolidar a paz.

A população rural sofreu com este conflito, sendo continuamente pressionada para abastecer os exércitos em luta ou para fornecer elementos para as suas fileiras. Estas dimensões, a par da devastação de lavras e casas, empurraram uma grande parte da população para procurar, nos perímetros das cidades ou em zonas menos violentas, uma vida mais tranquila. Em 2002, 61% das famílias rurais da província de Malange estavam deslocadas das suas aldeias⁵⁶.

Esta sucessão de acontecimentos político-militares foi-se entrecruzando com o modelo de organização económica que o Estado-partido do MPLA pretendia implantar. Logo em 1975, foi proclamada “a opção socialista como forma de alcançar o desenvolvimento social e económico de Angola e o marxismo-leninismo como linha ideológica”⁵⁷. Para os campos, esta orientação iria traduzir-se em três grandes objectivos que, de seguida, se indicam. A organização dos camponeses em associações que deveriam assegurar a articulação das aldeias com as orientações do Estado-partido, foi um deles. Os outros dois objectivos referiam-se à organização da produção: muitas das antigas fazendas coloniais deveriam integrar um forte sector estatal (Agrupamentos de Unidades de Produção, Unidades de Produção, e Complexos Agrários e Agro-Industriais); os camponeses deveriam ir sendo integrados em cooperativas. As de 1º grau, corresponderiam a um processo de colectivização de tarefas das associações de camponeses, nomeadamente na utilização de serviços e no consumo de bens. As cooperativas de 2º grau

“inspiradas no modelo do Kolkhoz soviético”⁵⁸ já deveriam ter uma área de exploração colectiva nas terras de antigas fazendas que não tivessem sido integradas no sector estatal.

Em 1979, na província de Malange — segundo um documento do MPLA⁵⁹ — já tinham sido constituídas 540 associações de camponeses com 42.150 elementos e 50 cooperativas do 2º grau com 8.000 membros. Noutra informação, relativa a 1980, indicava-se também a existência de oito unidades do sector estatal⁶⁰.

O desenvolvimento tecnológico e, sobretudo a motomecanização, era a componente que deveria assegurar o êxito das novas unidades. Num relatório, datado de 1980, o seu autor cita, a este propósito, a opinião do então Delegado do Ministério da Agricultura em Malange: “O camarada Fernando Pacheco defenderia uma posição que nos pareceu bastante lúcida e realista. Segundo ele é evidente que a mecanização intensiva apresenta todos os riscos mas perguntava-nos que outra hipótese está reservada para um país com a extensão de Angola e apenas com 7 milhões de habitantes, com enormes problemas alimentares, sofrendo ainda a erosão da acção combinada da UNITA e da África do Sul, e com um significativo número de antigas fazendas coloniais que já trabalhavam a esse nível tecnológico”⁶¹.

As orientações deste período, nomeadamente as relativas à cooperativização produtiva dos camponeses, “pretendiam desarticular o modo de vida das populações camponesas de Angola”⁶² e criar uma *nova* realidade social. Este projecto levantou seguramente temores e incertezas que, é apenas uma hipótese, podem não ter sido estranhos à receptividade que a UNITA teve nalgumas zonas rurais.

A opção socialista viria a ser progressivamente abandonada desde 1985, dando lugar à economia de mercado e capitalista, que hoje prevalece em Angola. Os camponeses retomaram os seus tradicionais modos de trabalho, mas do passado foram ficando marcas, duas das quais se referem mais adiante a propósito da motomecanização e das associações de camponeses.

Agricultura e outras actividades

Todos produzem mandioca. Já era assim há meio século e, seguramente, esta é uma situação que se mantém desde que a mandioca se tornou a cultura alimentar destes territórios, na sequência da sua introdução em Angola, no século XVII. A resistência a períodos de menor pluviosidade e a possibilidade

de ir prolongando, nesta zona e na mesma plantação, a colheita das raízes tuberosas e comestíveis desde os dezoito meses até aos dois anos e meio levaram as populações a aderir a esta planta arbustiva.

Da alimentação que as famílias retiram das suas próprias actividades, cabe à mandioca a maior parte do valor: 88%, para o conjunto dos inquiridos. Esta percentagem média tem, no entanto, variações significativas de uma zona a outra, sendo de 93% em Cota, 89% em Muquixi, 79% em Soqueco e 78% em Quirima.

O peso relativo da mandioca no produto das actividades da família⁶³ (74%) é menos relevante do que no autoconsumo, e também mostra diferenças acentuadas entre as quatro comunas: em Cota, 88%; em Muquixi e Soqueco, corresponde a cerca de dois terços e em Quirima não chega a metade, 42%. Nestas três últimas comunas, as culturas agrícolas (sem a mandioca) e o que se designa por outras actividades da família têm um peso significativo. Às outras actividades corresponde mesmo 45% do produto, em Quirima.

No valor das quantidades vendidas — que a par do autoconsumo são um dos maiores destinos do produto — a parte que cabe à mandioca é, para o conjunto dos inquiridos, de 59%. Mas a este valor médio correspondem também diferenças entre as comunas: Cota, 83%; Muquixi, 29%; Soqueco, 53%; Quirima, 11%. Onde a mandioca perde importância relativa, aumenta, nas vendas, a parte que cabe às culturas agrícolas (sem a mandioca) e às outras actividades da família. Em Quirima estas últimas atingem 74% do total das vendas, em Muquixi, 50% e em Soqueco, 23%. O peso do gado nas vendas, assim como no produto e no autoconsumo, é diminuto.

Nos inquéritos, além das fruteiras⁶⁴, foram referenciadas mais dez culturas. Considerando a percentagem do número de inquiridos que fazem uma destas culturas, bem como o respectivo contributo para o produto, autoconsumo e vendas, destaca-se um conjunto de oito produções: amendoim, batata, batata-doce, feijão, fruteiras, hortícolas, inhame e cana-de-açúcar (só em Soqueco). Foram também referidos o tabaco, o sésamo (gergelim) e o milho. Os dois primeiros são residuais mas o milho é cultivado por metade dos inquiridos, embora a sua importância na economia das famílias seja menos relevante. Há meio século, o panorama era similar e só esta última cultura, o milho, tinha maior relevo na economia das famílias⁶⁵.

O gado com maior presença é o caprino, que foi registado em 41% dos inquiridos. Esta percentagem baixa nos suínos para 16%, nos bovinos para 2% (4 inquiridos), e nos ovinos para um por cento (2 inquiridos). No momento do inquérito, nenhuma das famílias tinha outro tipo de gado, embora no início

do ano a que este se reporta, três unidades (em 179) possuísem gado muar.

Nos registos que se consultaram⁶⁶ relativos aos anos sessenta e setenta do século passado — ainda no período colonial —, não há referência ao gado muar. Já relativamente aos bovinos, os elementos disponíveis para aquele período não permitem estimar o número de explorações com animais, mas sugerem que existia, na agricultura camponesa, um efectivo com uma expressão mais ampla do que actualmente. Esta conclusão apoia-se nos elementos que se compilaram nos inquéritos, nas constatações que se fizeram nalgumas aldeias — onde já tinham existido bovinos — e em informações que se foram recolhendo, dado que não há uma informação estatística fiável.

Para os caprinos, suínos e ovinos é possível comparar a percentagem do número de unidades que têm estas espécies. No caso dos caprinos e dos suínos, a situação em 1963/64 e 1970/71 aproxima-se da actual⁶⁷. Já nos ovinos registou-se uma quebra acentuada.

Na contabilização do ciclo económico anual das unidades camponesas tanto o *inquérito 2009* como os trabalhos relativos aos anos sessenta⁶⁸, convergem no reduzido peso do gado, que, no entanto, constitui uma *reserva* com grande importância na vida das famílias. Testemunhos relativos à situação actual confirmam esta função que é bem evidenciada num trabalho de 1972, realizado numa aldeia situada entre Lombe e Cota, onde o autor conclui: “Mais do que na lavoura é no pouco gado que juntam (cabritos, porcos e vacas) que têm as suas economias para todas as emergências da vida — casamento, óbito, multas, pagamento de impostos, resolução de questões entre famílias, etc.”⁶⁹

As outras actividades da família agrupam-se numa lista variada de iniciativas e de trabalhos a que as famílias se dedicam para autoconsumo ou, sobretudo, para venda. Utilizando um critério idêntico ao antes referido para indicar as culturas mais relevantes, podem destacar-se as seguintes actividades: caça, pesca, comércio fixo, comércio ambulante, fabricação de bebidas, fabricação de equipamentos e utensílios, construção de casas, medicina tradicional e aluguer de tracção animal. Além destas, mas com uma importância mais reduzida, foram ainda indicadas a apicultura, fabrico de carvão, trabalho de sapateiro (um inquirido em Cacuso e dois em Kakulama), fabrico de enxadas (uma família em Soqueco fez quatro enxadas), trabalhos de carpintaria e a realização de penteados (uma família de Quirima fez, ao longo do ano, três penteados de tranças, pagos a 13 USD cada um).

Para se ter um panorama mais esclarecedor da capacidade de iniciativa das famílias, é vantajoso descrever com algum pormenor o que recobre cada uma das designações em que se classificaram as outras actividades da família.

Caça – Apanham sobretudo veados e corças. Registou-se também a caça de pacas (uma família chegou a matar 264 num ano) e de javalis. Foram ainda referidas aves, como as perdizes e as galinhas do mato.

Comércio fixo – Venda, sobretudo, de bebidas (alcoólicas e gasosa) e de tabaco.

Comércio ambulante – Comercializam maços de tabaco, garrafões de capuca (uma bebida local, destilada a partir do açúcar), açúcar, bolachas e rebuçados. Há ainda um inquirido que revende peixe.

Fabricação de bebidas – Refere-se ao fabrico de capuca.

Construção – Construção de casas de “pau-a-pique” e de cercas. Uma família declara fazer pequenos trabalhos de pedreiro.

Medicina tradicional – Na maior parte dos casos não foram identificados os objectivos dos tratamentos mas, em Quirima, foi possível averiguar o que se pretendia com alguns deles: tratar cataratas, doenças da bexiga e febre tifóide.

Fabricação de equipamentos e utensílios – Foi referido o fabrico de: luandos (esteiras), cestos, machados, facas, conjuntos de arco e flecha, armadilhas para pacas, pilões, bancos em pele e cabaças.

Como adiante se refere, os produtos e serviços destas actividades destinam-se, na sua maior parte, à venda, e são sobretudo importantes na comuna de Quirima — zona mais distante dos principais circuitos do comércio formal. Segue-se depois a de Muquixi e a de Soqueco. Apenas em Cota se registou o aluguer de tracção animal.

Nos parágrafos anteriores, ao apresentarem-se as actividades das famílias assinalaram-se diferenças entre as quatro comunas inquiridas que se podem sintetizar de forma muito esquemática.

Cota: situada numa mancha com um meio favorável, é marcada pela produção agrícola, nomeadamente pela hegemonia da mandioca.

Soqueco: as outras culturas (que não a mandioca) têm um peso relativo mais acentuado no autoconsumo e nas vendas; as outras actividades da família surgem com alguma importância.

Muquixi: grande importância da mandioca no autoconsumo, mas menor importância nas vendas, onde emergem as outras culturas e, principalmente, as outras actividades.

Quirima: grande importância das outras actividades da família nas vendas e menor peso relativo da agricultura, embora a mandioca constitua mais de três quartos do autoconsumo.

Note-se ainda que também a dimensão média da economia das famílias é distinta entre Cota e as outras três comunas. Fazendo equivaler a 100 o produto bruto médio por família (1.884,1 USD/ano) de todos os 179 inquiridos, o produto de Cota corresponde a 168, o de Muquixi a 80, e o de Soqueco e de Quirima, a 70.

As diferenças verificam-se também entre as famílias inquiridas como é evidenciado pela repartição das famílias por classes do produto (em USD): < 1.000, 41%; ≥ 1.000 a < 2.500, 40%; ≥ 2.500, 19%.

Nestas terras de mandioca há assim uma diversidade⁷⁰ de formas de utilização da terra e de outras actividades, que está seguramente associada às características do meio de que as populações dispõem e às relações possíveis com os mercados.

São, de qualquer modo, como se confirma nos próximos pontos, sempre famílias camponesas, com economias similares nas lógicas e nos objectivos. Constituem uma população jovem, com grandes problemas de analfabetismo, vivendo em famílias nucleares, enraizada nas suas aldeias e que teve nas últimas décadas um percurso muito perturbado. Desde 2002, com o início da paz em Angola, estas famílias camponesas procuram retomar os seus ciclos de cultivo e de trabalho em torno da agricultura, principalmente da mandioca, de outras actividades, e do pouco gado que possuem.

MERCADOS, CAMPONESES E TECNOLOGIAS

A relação dos camponeses com o exterior das suas unidades produtivas vai analisar-se distinguindo o mercado de bens e serviços, o de trabalho e o de meios de produção. Associada à análise deste último, apresenta-se um panorama da tecnologia utilizada e os resultados do inquérito sobre as opções das famílias em relação à tracção mecânica e animal.

Bens e serviços

O ano de 2002, com o fim da guerra e, para muitos, com o retorno às aldeias, foi um momento que marcou o reencontro da população agrícola com o seu passado. No período pós-independência foram aplicadas políticas que visavam a desestruturação das economias camponesas. Quando estas orientações foram abandonadas, já haviam recomeçado os longos anos de guerra entre o MPLA e a UNITA, por vezes entrecortados por lapsos de “quase-paz”. As articulações das aldeias com os mercados foram-se esboroando e os sistemas de produção e os modos de vida tenderam a endogeneizar-se⁷¹, viraram-se para dentro e houve que retomar velhos hábitos e processos. Rompia-se assim com a situação dos últimos tempos do período colonial, em que se verificava uma crescente relação com o mercado. Nos primeiros anos da década de setenta, uma estimativa, que abrangia as principais culturas, indicava que era de 45% a parte comercializada da produção total nos municípios centrais do planalto de Malange⁷². Simultaneamente, um quinto da população camponesa que trabalhava, fazia-o “principalmente fora da sua exploração”⁷³. A esta articulação com os mercados de trabalho e de bens e serviços, associava-se também uma mudança nos hábitos de consumo que reflectia uma alteração sensível nos modos de vida. É, por exemplo, o caso do uso dos transístores e das motorizadas⁷⁴. O dinheiro era o meio que permitia concretizar as expectativas criadas pela nova situação.

Em 2002, no retorno à normalidade das economias camponesas, agora sem a constante humilhação colonial e sem sobressaltos, havia a ambição de voltar a uma vida produtiva e de trabalho que permitisse renovar os padrões de consumo. Para o conseguir, havia que retomar a relação com o mercado, já antes vivida.

No *inquérito 2009*, o total das vendas em dinheiro, para o conjunto dos inquiridos, é já de 45%. Os outros destinos do produto são os seguintes: autoconsumo de mandioca, 43%; outro autoconsumo, 6%; trocas, 3%; doações e outros, 3%. Ou seja, para além do consumo de mandioca, principal cultura alimentar, a outra metade do produto destina-se principalmente ao mercado.

Menos de uma década depois do regresso à normalidade nas economias camponesas de Malange, a relação destas com o mercado está generalizada: 96% das famílias inquiridas vendem no mercado pelo menos um bem ou um serviço; 77%, pelo menos dois; 56%, pelo menos três; 40%, pelo menos quatro e 28%, vende cinco ou mais.

Ainda outro indicador: mais de oitenta por cento dos inquiridos vende no mercado mais de 100 USD por ano, e mais de seis décimos vende mais de 25% do que produz (quadro 1). São números modestos, mas que traduzem uma relação com o mercado que se torna mais evidente com a análise da parte do produto, de cada uma das principais produções, que é destinada à venda. O quadro 2 evidencia com clareza que, excepto para quatro culturas (mandioca, milho, inhame e cana-de-açúcar), para todas as outras o destino principal é o mercado. Ressalta, assim, que a actividade das famílias se reparte entre a preocupação com o consumo alimentar e a relação com o mercado. Nesta relação respondem, em geral, com celeridade às oportunidades que se lhes deparam, como evidenciam algumas situações ocorridas nos anos 2007/11. Recordam-se duas. A primeira, é o rápido crescimento de produção de batata em Soqueco, logo que os preços e o escoamento se tornaram mais favoráveis. A outra é a produção e venda de tomate e de outros produtos hortícolas, em Quirima, depois de se instalar na zona um grande estaleiro de construção civil que consolidou a procura destes produtos. Está demonstrada, de resto, a capacidade dos camponeses para aproveitarem as oportunidades que lhes surgem no mercado⁷⁵.

Os camponeses de Malange pretendem produzir para se alimentar mas também visam vender e comprar no mercado. A análise do modelo de consumo, que se faz num dos próximos pontos, reforça esta afirmação.

Quadro 1 – Vendas. Número de inquiridos, segundo o valor e a percentagem do produto

		Número de inquiridos, segundo a percentagem do produto que levam ao mercado			
		≤ 25	> 25 a ≤ 50	> 50	Total
Número de inquiridos segundo o valor das vendas, em USD	≤ 100	28	2		30
	> 100 a ≤ 500	32	33	17	82
	> 500	7	23	37	67
	Total	67	58	54	179

Quadro 2 – Percentagem do produto de cada produção e de cada actividade que é destinado à venda

Produção	%	Actividade	%
Mandioca	36	Fabricação de equipamentos e utensílios	87
Milho	40	Medicina tradicional	99
Batata	87	Comércio fixo	98
Batata-doce	52	Comércio ambulante	100
Amendoim	74	Construção	96
Feijão	61	Fabricação de bebidas	100
Hortícolas	51	Pesca	84
Inhame	28	Caça	76
Cana-de-açúcar	35		

Antes, porém, de analisar os modelos de comercialização, refere-se um episódio de uma política estatal destinada a intervir nestes domínios, e cujo fracasso evidencia algumas das vertentes que tornam difícil o acesso das pequenas economias agrícolas ao mercado. Em muitos dos principais aglomerados populacionais de Angola foram construídos edifícios modernos destinados a albergar supermercados que contribuíssem para escoar uma parte da produção camponesa, vendendo-a às populações urbanas. A cidade de Malange também teve o seu *Nosso Super*, era esta a designação da cadeia. A gestão foi entregue a um grupo brasileiro. Falta acrescentar que em todas as visitas feitas ao estabelecimento de Malange, entre 2009 e 2011, nunca se encontrou qualquer produto agrícola da região. Por exemplo, mesmo a batata e o amendoim eram importados.

Há, seguramente, muitas razões para esta entorse aos objectivos iniciais desta política. Referem-se algumas: o estado sanitário e a homogeneidade dos produtos; o custo de recolha e de agrupamento dos bens e, sobretudo, ser mais barato importar do que comprar na região. Ou seja, uma política de comercialização não passa apenas por criar postos de venda e esperar que o mercado funcione.

Nos modelos de comercialização, há diferenças acentuadas entre os diferentes produtos, mas as características da informação recolhida levaram a circunscrever a análise à mandioca bombó⁷⁶ que é, de resto, a principal produção da zona.

Dos 179 inquiridos, 154 venderam bombó e fizeram-no entregando o produto, na grande maioria das situações, a intermediários: foi este o destino de 96,4% do total vendido pelas famílias. Só os restantes 3,6% foram negociados directamente pelos camponeses, com os consumidores.

Como locais de venda foram indicados a aldeia, a cidade de Malange, Luanda, a beira da estrada, a sede da comuna e ainda outros locais. Na análise, considerou-se também pertinente a quantidade vendida anualmente por cada família. Conjugaram-se depois estas duas variáveis e na sequência de uma análise preliminar consideraram-se as situações — local x quantidade vendida — indicados no quadro 3. Neste, o valor indicado para o preço médio de venda sem encargos de comercialização obteve-se subtraindo ao preço médio de venda os encargos específicos com a comercialização (transporte e acompanhamento do produto).

Os resultados evidenciam que, com uma excepção (Malange x menos de 250 kg), os que vendem maiores quantidades conseguem preços mais elevados, seja na aldeia, em Malange ou em Luanda. Mostram ainda que nesta última cidade o preço de venda é bem mais elevado, seguindo-se Malange e a aldeia. Com a excepção acima referida, as famílias que vendem menos de 500 kg obtêm preços mais baixos.

No caso do bombó transaccionado na aldeia, a vantagem dos maiores produtores decorre de ser mais favorável para o comprador — devido aos custos de recolha e de carregamento — adquirir lotes maiores. Nas quantidades vendidas em Malange e Luanda, os produtores de maior dimensão são os que dispõem das capacidades exigidas por estes circuitos de comercialização: organizar o transporte e o negócio longe da aldeia, e, sobretudo, disponibilidade financeira para pagar os encargos específicos de comercialização. Assim, por exemplo, um agricultor que vende mais de 500 kg em Luanda tem de despende, em média, mais de 400 USD (quadro 3).

O grupo de camponeses que negociou em Malange quantidades inferiores a 250 kg — a excepção antes referida — combina, num conjunto de oito famílias, duas situações diferentes. Quatro conseguiram mobilizar recursos para ir vender a Malange, os restantes, dadas as pequenas quantidades transaccionadas, apoiaram-se nas suas redes familiares para terem acesso ao mercado da capital da Província, sem custos directamente associados à comercialização.

A análise da comercialização do bombó evidenciou que este é um domínio onde uma política que apoiasse a venda em conjunto do produto poderia melhorar o rendimento das famílias. Acrescenta-se, ainda, que o fracasso de

O Destino Camponês

algumas experiências⁷⁷ de venda em grupo revelou fragilidades que podem ser superadas por um crédito adequado para financiar a operação e por um apoio, nos primeiros tempos, à organização dos camponeses.

Quadro 3 – Comercialização de mandioca bombó: preço de venda, encargos com a comercialização e quantidade vendida, segundo local de venda x quantidade vendida

Local de venda x classe de quantidade vendida por inquirido (kg)	Preço médio de venda sem encargos de comercialização (Akz/kg)	Encargos com a comercialização, por inquirido (Akz/kg)	Quantidade média vendida, por inquirido (kg)
Luanda x (\geq 500)	91,4	10,9	3168
Malange x (\geq 500)	68,0	8,6	1088
Malange x (< 250)	62,9	7,2	106
Aldeia x (\geq 500)	55,9	0,6	1004
Outro x (\geq 250 a < 500)	46,7	2,6	311
Aldeia x (< 250)	43,9		136
Aldeia x (\geq 250 a < 500)	43,8	0,2	314
Outro x (< 250)	42,6	0,7	127

Nota: Não se consideraram neste quadro cada uma das situações (local de venda x classe de quantidade vendida por inquirido) que correspondem a menos de 5% da quantidade total vendida e do número de inquiridos. O conjunto das situações apresentadas no quadro corresponde a 94,8% da quantidade total vendida e a 90,3% do número de famílias que vendem bombó.

Mercado de trabalho

No conjunto das famílias inquiridas — envolvendo 751 pessoas — existe um total de 435 pessoas com actividade. Destas, só 23 trabalham fora das actividades da família, ou seja, 5%. Nos homens esta percentagem é de 10% e nas mulheres de 0,5%. Fora, com regularidade, trabalham 13 (3%), e apenas por vezes, 10 (2%).

Os treze que declararam trabalhar fora regularmente repartem-se pelas seguintes profissões: alfabetizador (3) e professor (2); pastor da Igreja Metodista (1); militar (1); assalariados numa fazenda agrícola (2); pastor de gado do Administrador do Município (1) e encarregado de obras (1). Há ainda dois outros, ambos trabalhadores agrícolas por contra de outrem, que

declararam trabalhar fora regularmente, mas repartindo este labor por apenas 52 dias ao longo do ano. Neste grupo, considerando os onze com trabalho ao longo do ano, os salários mensais oscilam entre 100 USD para um dos alfabetizadores, 132 USD para os trabalhadores na fazenda agrícola, 569 USD para um professor, 993 USD para o encarregado de obras, e 1.324 USD para o militar.

Os que indicam trabalhar fora não regularmente, mas por vezes, têm salários muito mais baixos e situações mais precárias. Cinco declararam trabalhar nas lavras de outros camponeses, mas um fazia-o apenas um dia por ano e outro, o que trabalhava mais vezes fora, seis dias. As receitas anuais auferidas variam de 2,7 USD, a um máximo de 26 USD. Dois inquiridos não indicaram o que fazem nem o montante que recebem e os três restantes tinham as situações seguintes: eventual na mina de diamantes (93 USD/ano); trabalho num estaleiro de construção civil (93 USD, por mês de trabalho) e realização de pequenos trabalhos e consertos (225 USD/ano).

A minúcia da descrição anterior evidencia a relevância do sector estatal e das instituições não produtivas, tanto no emprego regular como nos salários pagos, bem como a reduzida presença do sector privado empresarial. Mostra, sobretudo, a pequena dimensão do mercado de trabalho. Esta conclusão converge com a impressão que se colhe ao percorrer a zona do planalto de Malange, onde a quase totalidade das concessões de terras, de média e grande dimensão, se encontram sem qualquer actividade.

Além dos salários decorrentes da execução de trabalho assalariado, há um grupo que recebe salários de *função*, ou seja, montantes pagos mensalmente pelo Estado às autoridades tradicionais (regedores, sobas e adjuntos de soba), com uma posição relevante na hierarquia das comunidades. O *inquérito 2009* abrangeu dois regedores, sete sobas (dois dos quais também trabalhavam fora das lavras da família) e um adjunto de soba. Os salários de *função* indicados por estes inquiridos vão de 285 USD/mês, entregues a um regedor, a 79 USD/mês, pagos a um soba de Soqueco.

Convém ainda acrescentar que a inserção no mercado de trabalho é uma das vias preconizadas pelos organismos internacionais⁷⁸ para contribuir para melhorar a situação económica das famílias camponesas. Em Angola, com a eventual activação das fazendas privadas, também existe a expectativa de se dinamizar o mercado de trabalho rural⁷⁹. É, de qualquer modo, um tema a considerar com precaução. De facto, se não forem acauteladas as condições salariais e de trabalho, podem criar-se situações de grande penosidade e miséria para os que, sem outra alternativa, se tornam assalariados agrícolas.

Os exemplos não faltam. Na América Latina uma grande parte dos mais pobres encontra-se entre os assalariados das grandes empresas agro-exportadoras⁸⁰. Na África do Sul, o dinâmico sector do vinho assenta na exploração extrema dos assalariados⁸¹. No Brasil, o caso dos cortadores de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo é também um exemplo esclarecedor da formação e dos percursos dos mercados de trabalho rurais. Na sequência de um processo de lutas e reivindicações, vieram a ser reconhecidos como uma categoria profissional específica e aceite na negociação sindical. Eles próprios passaram a assumir esta *nova* identidade, distinta da anterior situação tradicional de camponeses pobres, oscilando entre o cultivo da lavoura, sempre com resultados muito escassos, e a procura de trabalho assalariado. Tudo isto se passou há mais de três décadas. Entretanto a transformação do processo produtivo nas empresas de cana levou a um crescente controlo dos trabalhadores em função da produtividade, de cuja avaliação depende a manutenção do posto de trabalho. Esta evolução, acompanhada por um enfraquecimento do movimento sindical, levou a condições de trabalho muito violentas e degradantes⁸².

Meios de produção, políticas e tecnologias

No momento da realização do inquérito em que se apoia este trabalho, a distribuição de meios de produção era a dimensão principal das políticas públicas dirigidas às populações camponesas, que começavam a retomar a normalidade dos ciclos produtivos e que se encontravam desmunidas de equipamentos, de sementes e também de meios que lhes permitissem adquiri-los no mercado. Nas comunas onde se realizaram inquéritos, aplicaram-se as chamadas políticas de fomento e o PEDR (Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural). Ambas as iniciativas promoviam a distribuição de pequenos equipamentos e a segunda, que não abrangeu a comuna de Quirima, entregava também sementes.

Eram políticas que procuravam contribuir para abastecer com meios de produção as economias camponesas que tinham saído devastadas dos anos da guerra e que se mantiveram, no essencial, até 2012. Para esta continuidade contribuiu o facto da distribuição de sementes e de pequenos equipamentos pelo Estado ser uma via para procurar fidelizar o voto dos camponeses. Ano de eleições é mesmo ano de distribuição reforçada. Paralelamente, foi-se enraizando nas famílias camponesas o hábito de

não comprar, esperando que o Estado distribua. “Se o Estado dá, porque havemos de comprar?”.

Foram, de qualquer modo, políticas com grande impacto. O quadro 4 revela com nitidez a importância que assumiram. Pode ainda acrescentar-se que dos 179 inquiridos, 55 receberam do Estado quatro meios de produção ou mais; 33, receberam três; 34, dois e 14, um.

Quadro 4 – Meios de produção adquiridos e distribuídos pelo Estado.
Número de inquiridos

Tipo de meios de produção		Meios e produção. Número de inquiridos que:				
		Adquiriu e não recebeu do Estado	Adquiriu e recebeu do Estado	Não adquiriu e recebeu do Estado	Adquiriu e/ou recebeu do Estado ⁽¹⁾	
					Nº	% em relação ao número total de inquiridos
Pequenos equipamentos	Enxada	20	21	112	153	85
	Catana	10	10	112	132	74
	Machado	1	1	84	86	48
	Lima	3	4	57	64	36
Sementes ⁽²⁾	Amendoim	9	8	80	97	54
	Batata	5	4	28	37	21
	Milho	1	2	125	128	72
	Feijão-ervilha	17	3	112	132	74
	Feijão-macunde			45	45	25
	Feijão-catarino			35	35	20
	Hortícolas ⁽³⁾	1		3	4	2

(1) Corresponde à soma das três colunas anteriores, ou seja, todos os inquiridos que utilizaram meios de produção, tenha sido por compra ou através da distribuição efectuada pelo Estado.

(2) Houve ainda um inquirido que recebeu semente de feijão-manteiga.

(3) Houve ainda 20 inquiridos que receberam pés de espécies hortícolas para plantar e um inquirido que recebeu um pequeno canteiro já com as sementes plantadas.

O relevo destas políticas é ainda enfatizado pela débil relação das famílias com o mercado dos meios de produção. Assim, quase metade (47%)⁸³ dos

inquiridos não adquiriu⁸⁴ qualquer equipamento, gado ou semente. Esta conclusão é ainda reforçada pela apreciação do número de inquiridos que comprou cada meio de produção. Apenas se destaca um nível de aquisição assinalável nas enxadas (23% do número total de inquiridos), catanas (11%), limas (4%) e nas sementes de feijão-ervilha (11%), de amendoim (9%) e de batata (5%). Se se considerar também a percentagem do custo de cada tipo de meio de produção, em relação ao encargo total que o conjunto destes teve para todos os inquiridos, destacam-se, sobretudo, os gados (bois de tracção e cabritos) com 74% do montante total e despendidos por apenas dois inquiridos. As bicicletas merecem ainda uma referência: 16% dos inquiridos e 17% do gasto total. A despesa com os pequenos equipamentos e com as sementes equivale apenas a 9%⁸⁵ do total e a uma média de 9 USD/ano⁸⁶ por família que adquiriu estes meios de produção.

As compras de gado foram efectuadas por dois inquiridos que utilizam tracção animal e que têm maior dimensão económica. As bicicletas foram incluídas como meios de produção sempre que os inquiridos declararam expressamente que, a par de serem utilizadas para a mobilidade e o conforto da família — quase sempre pelos homens —, eram relevantes nas actividades da família, nomeadamente para diminuir o tempo e o incómodo do percurso até às lavras que a família trabalha, e para deslocações que favoreçam a venda de produtos. Nestas circunstâncias, contabilizou-se metade do valor despendido como meio de produção e a outra metade como consumo da família. A análise da opção pelas bicicletas em detrimento de outros meios de produção, ou mesmo de outros bens de consumo, é um tema que se vai retomar no ponto dedicado aos rendimentos e consumos da família.

As políticas de distribuição de meios de produção concentram-se, como antes se referiu, nos pequenos equipamentos, sobretudo nas enxadas e nas catanas, e nas sementes, principalmente de milho, feijão e amendoim⁸⁷. No caso destas, as respostas apuradas no inquérito evidenciam alguns desajustamentos entre as entregas que foram feitas e as expectativas da população. Neste desacerto sobressaem, de um lado, o milho, de que apenas foram utilizados três décimos da quantidade distribuída, e, do outro, o amendoim, o feijão-ervilha e a batata, cujas entregas foram bem aproveitadas mas consideradas insuficientes pelas famílias.

Relativamente aos pequenos equipamentos, destaca-se o facto de, para muitos inquiridos, as entregas serem iguais ou superiores às existências verificadas nas explorações (percentagem do número de inquiridos que só têm o equipamento distribuído pelo Estado), em particular no caso das

enxadas e das catanas. Regista-se também, excepto nas limas, uma opinião maioritária sobre a adequação entre as características dos instrumentos entregues e as necessidades dos inquiridos. Por último, nota-se que, excepto nos machados, as quantidades entregues foram consideradas insuficientes pela maioria das famílias.

As insuficiências detectadas, nomeadamente na quantidade de semente distribuída e nas características dos equipamentos, decorrem das políticas terem sido delineadas sem atender à diversidade das características regionais. O exemplo mais flagrante é o do milho em que se extrapolou, para todo o país, um modelo ajustado às regiões do centro de Angola.

Depois da análise da relação dos inquiridos com o mercado dos meios de produção e dos principais resultados das políticas do Estado é sem surpresa que se constata que a enxada, o machado, a catana, o pilão e a peneira são os instrumentos que caracterizam a tecnologia agrícola da população camponesa (quadro 5). Para além deste panorama, muito poucas famílias possuíam outros equipamentos: carroças (3); charruas de tracção animal (3); semeador (1); motobomba (1) e pulverizador (1).

Quadro 5 – Instrumentos utilizados

Equipamento	Percentagem do número de inquiridos que têm o equipamento	Número médio de unidades do equipamento por inquirido ^(*)
Enxada	100,0	2,7
Catana	89,4	2,4
Peneira	74,9	1,2
Machado	66,5	1,3
Pilão	50,8	1,2
Lima	30,2	1,1
Foice	2,2	1,0
Pá	0,6	1,0
Pelo menos uma enxada e um machado e/ou uma catana	93,3	

(*) Média relativa ao total dos inquiridos que têm o equipamento, em condições de ser utilizado.

Não houve qualquer menção a herbicidas, a produtos fitossanitários, ou destinados à sanidade animal. Apenas 7% dos inquiridos beneficiaram de adubos, distribuídos pelos serviços de extensão oficiais e empregues em viveiros feitos em conjunto.

Apenas cinco inquiridos (em 179) recorrem à tracção animal. Destes, três por aluguer, e dois como proprietários dos animais. Nenhuma das famílias tem meios de tracção mecânica, mas dez utilizaram-na: uma por aluguer a um operador privado e nove através da associação.

As referências à associação merecem um esclarecimento adicional. As associações vêm desde os primeiros anos após a independência, quando foram constituídas, agrupando as famílias camponesas, por iniciativa e com o controle do Estado, com o objectivo de serem o embrião de um projecto de transformação económica e social, e também a instituição que, a nível de cada aldeia, assegurasse a presença do poder.

Com a mudança do projecto político, já antes referida, o primeiro objectivo perdeu relevância, mas o segundo manteve-se e nunca foi descurado. Os anos da guerra perturbaram e impediram mesmo, em muitas regiões, o funcionamento efectivo das associações mas, com o fim do conflito, depois de 2002, o empenho do Estado nestas instituições locais foi retomado. Mantiveram-se, para além das fórmulas jurídicas, como o canal que articula o poder com as aldeias procurando através delas, e das autoridades tradicionais, assegurar o controlo político das populações. É neste quadro que as associações fazem o acompanhamento da distribuição de apoios públicos, procuram resolver pequenos problemas a nível local e promovem iniciativas que envolvem as populações. Destas, a mais mencionada é a lavra colectiva ou da associação. A primeira designação está associada ao período em que esta lavra pretendia ser um primeiro passo para a colectivização do trabalho camponês. A par das parcelas que cada família cultivava, a associação promovia uma lavra, cujas limpeza e preparação do terreno eram, por iniciativa do Estado, efectuadas por meios mecânicos, sendo depois o cultivo realizado de forma conjunta pelas famílias. Era também uma forma de compatibilizar a escala dos equipamentos com o trabalho dos camponeses, e de os identificar com a motomecanização como a via que poderia assegurar um futuro melhor.

Depois de 2002, quando o poder político retomou de modo efectivo a relação com as aldeias, voltaram as associações e também a ideia das lavras colectivas, onde então cada família se ocupava da parcela a que tinha direito, não havendo qualquer obrigação de o fazer em conjunto. A

lavra colectiva deu assim lugar à lavra da associação. Do passado persistiu a promessa do Estado disponibilizar tractores para limpar e preparar os terrenos. Esta promessa, quando concretizada, facilita a vida das famílias ao permitir-lhes alargar um pouco a área de cultivo, sem o peso da limpeza e preparação da terra. Contribui, também, para legitimar as associações, e para manter nas populações a ideia da motomecanização como a solução possível para tornar o trabalho menos penoso e para produzir mais.

Nos últimos anos, têm sido feitas algumas tentativas, através das associações, para difundir a tracção animal. A aceitação tem sido escassa e só se tem concretizado nos casos em que havia uma memória e persistia o saber do trabalho com os animais. No início dos anos setenta, cerca de 18% das famílias camponesas recorriam à tracção animal⁸⁸. Actualmente, prevalece a preferência pela tracção mecânica. Esta opção enraíza no período colonial. Nesse tempo, o tractor, a motomecanização, diferenciava radicalmente a agricultura empresarial das lavras camponesas. Na guerra de libertação, a máquina era associada ao domínio da economia colonial⁸⁹ mas também identificada com o futuro a construir. A relação com a máquina era, assim, simultaneamente a rejeição de um mundo e a construção de outro. Nos primeiros anos após a independência, muitos foram tractoristas e operadores de outros equipamentos nas unidades colectivas e estatais. Actualmente, a lavra da associação tem continuado a alimentar o fascínio pelos tractores e a convicção de que a sua utilização é desejável.

Apesar desta atitude, as famílias agricultoras de Malange são camponesas, dada a tecnologia a que efectivamente recorrem. No plano da economia, os camponeses caracterizam-se principalmente pelo escasso recurso ao mercado dos meios de produção. Não é, efectivamente, a relação com os mercados de bens e serviços, e de trabalho que diferencia a agricultura camponesa da agricultura familiar modernizada. Esta última tem um amplo consumo de meios de produção adquiridos no mercado, o que se traduz num acesso a tecnologias que conferem aos sistemas de produção uma maior liberdade na relação com o meio. Inversamente, os camponeses estão muito mais dependentes dos condicionalismos da natureza.

Sucedem, de qualquer modo, que os camponeses de Malange, como todos os camponeses de todos os lugares do mundo, são a tecnologia que utilizam mas também a identidade que têm, o percurso que fizeram e o que lhes parece possível.

Um inquérito às atitudes face à tracção mecânica e animal

Como se referiu, o tema da tracção mecânica é ainda central na relação do Estado com as aldeias. Uma das vias seguidas tem sido a entrega de tractores às comunidades camponesas, geralmente em momentos eleitorais. Estas distribuições, dado o modo como foram conduzidas, têm sido um fracasso, que depois se traduziu, na província de Malange, por numerosos tractores paralisados, em pátios, debaixo de frondosas árvores ou abandonados num terreno. Apenas dois exemplos.

Em Julho de 2008, no âmbito da campanha eleitoral, o secretário-geral do MPLA ofereceu um tractor à aldeia de Mucondo (município de Kakulama), que não vinha acompanhado das alfaias que lhe permitiriam ser útil à população da aldeia. Esta procurou ultrapassar este impasse, fazendo um acordo com um pequeno empresário local: este propôs a cedência de algumas alfaias em troca de poder utilizar o tractor nos seus terrenos. O acordo foi aceite, mas, entretanto, avariou-se a bomba injectora. Ficou novamente parado e, passados menos de quatro anos, àquela avaria — nunca reparada — acrescentaram-se danos nos pneus. Trabalhou uma vez para o senhor Mingo, e a população da aldeia nunca dele beneficiou apesar de, em devido tempo, se ter preocupado com a formação de um jovem local para operador. Esta formação, apesar de concretizada, não bastou para o tractor poder ser utilizado⁹⁰.

O segundo exemplo é similar. No início de 2007, a Direcção Provincial do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA) ofereceu um tractor a uma cooperativa formada por sessenta mulheres e situada na aldeia de Kafundanga (comuna de Lombe, município de Cacuso). Este tractor também vinha sem alfaias. A cooperativa de mulheres procurou resolver esta falta, adquirindo-as (duas grades e duas charruas) em segunda mão, no mercado informal. Esta despesa atingiu o montante de 2.800 USD, mas não resolveu o problema dado que as alfaias não estavam em bom estado e, sobretudo, eram demasiado pesadas para a potência do tractor. Este continuou parado, nunca funcionou, e em Abril de 2012 estava mesmo paralisado, pois já apresentava avarias na bateria e na ignição⁹¹.

Estes casos evidenciam um tipo de intervenção pública, mais preocupada com o efeito imediato do que com a resolução dos problemas. São iniciativas que comprometem a imagem das associações e dos grupos de camponeses na resolução, em conjunto, de problemas das comunidades. Esta imagem transmite-se para o exterior, mas tem também efeitos na própria atitude das famílias. Convém, no entanto, acrescentar que, conforme mostram muitos

exemplos, quando a gestão em comum de equipamentos é devidamente apoiada, tanto tecnicamente como nos planos organizativo e financeiro, os resultados podem ser muito positivos. A experiência da região de Malange parece, de facto, confirmar que, nesta fase, o acompanhamento, por técnicos do Estado ou de projectos, é relevante para assegurar a continuidade desta modalidade de gestão⁹².

Apesar dos exemplos referidos, dada a importância da tracção mecânica no debate sobre as vias de desenvolvimento rural, foi efectuado um inquérito, referido na introdução como *inquérito tracção 2009*, em que se pretendia apreciar a atitude das famílias camponesas face à tracção animal e à tracção mecânica. O inquérito, como também já se notou, não foi feito ao mesmo universo dos que responderam ao inquérito que se tem estado a analisar, ou seja, o inquérito à economia das famílias, o *inquérito 2009*. No inquérito à tracção inquiriram-se 201 famílias inicialmente repartidas em três grupos: utilizam ou já utilizaram tracção mecânica (80 inquéritos); utilizam ou já utilizaram tracção animal (17); não têm, nem tiveram, qualquer relação com a tracção mecânica ou animal (104)⁹³. O reduzido número de inquiridos como utilizadores da tracção animal deve-se ao facto de esta estar pouco difundida.

No questionário do inquérito, relativamente à utilização de tracção animal e de tracção mecânica, perguntava-se, assim, qual seria para cada família a opção mais conveniente. Na resposta, cada inquirido deveria optar entre uma de sete possibilidades: pagar a um privado para ter terra trabalhada por um tractor; pagar a um privado para ter terra trabalhada por tracção animal; haver na aldeia bois (tracção animal) a que pudesse recorrer para lavar as suas terras (eventualmente pagando também ao operador do gado e/ou à associação); não pagar, nem o aluguer do tractor, nem a tracção animal e fazer o trabalho manualmente com a família, esperando, no entanto, poder beneficiar, alguma vez, de tracção animal e/ou mecânica sem encargos para si (corresponde à situação actualmente mais generalizada); ter crédito para comprar uma junta de bois com os quais pudesse trabalhar; ter crédito para pagar os trabalhos feitos com o tractor; outra. Estas eram as modalidades que pareciam possíveis no momento do inquérito. Excluiu-se, dados os continuados fracassos, a opção de o Estado entregar tractores às comunidades rurais.

Os resultados do inquérito (sintetizados no quadro 6) se, por um lado, confirmam a preferência pela tracção mecânica, por outro evidenciam um quadro mais complexo e matizado de opções⁹⁴. Assim, os que já tiveram contacto com a tracção animal mantêm-se-lhe claramente fiéis. Paralelamente,

O Destino Camponês

em qualquer dos outros grupos há respostas favoráveis à tracção animal que, nos sem contacto com qualquer das formas de tracção, chega a atingir mesmo um quarto dos inquiridos. A persistência da situação actual é a opção que aparece como a mais frágil. Convém recordar que manter esta situação corresponde a trabalhar manualmente e a esperar beneficiar, alguma vez, de tracção mecânica sem encargos, na lavra da associação.

Quadro 6 – Opções relativas à tracção animal e à mecânica

Opções	Famílias que (% do número de inquiridos):			Total
	Utilizam ou já utilizaram tracção mecânica (nº de inquiridos = 80)	Utilizam ou já utilizaram tracção animal (nº de inquiridos = 17)	Não têm, nem tiveram, relação com as tracções mecânica ou animal (nº de inquiridos = 104)	
Acesso à tracção mecânica	69	6	57	57
Acesso à tracção animal	13	76	25	24
Situação actual	16		16	15
Outra	2	18	2	4
Total	100	100	100	100

A avaliação comparada que os inquiridos fizeram do trabalho manual, da tracção mecânica e da tracção animal ajuda a compreender as escolhas antes indicadas, nomeadamente a relativa à situação actual. A avaliação foi feita em relação a quatro aspectos: tempo de trabalho; penosidade do trabalho; produção obtida; risco no processo de produção. Da análise do quadro 7 parece poder concluir-se que a maior parte dos inquiridos está disposta a correr mais riscos no processo produtivo, para melhorar as condições de trabalho e para tentar obter maiores produções.

Os resultados apresentados parecem confirmar o que se notou relativamente ao percurso dos camponeses de Malange, sobressaindo a vontade de encontrar alternativas ao trabalho manual.

Quadro 7 – Avaliação comparada da tracção mecânica, da tracção animal e do trabalho manual

	Trabalho manual	Tracção animal	Tracção mecânica
Tempo de trabalho	+	=	-
	(94)	(92)	(99)
Penosidade do trabalho	+	=	-
	(81)	(77)	(99)
Produção obtida	-	=	+
	(85)	(80)	(95)
Risco no processo de produção	-	=	+
	(85)	(75)	(79)

Nota: Entre parêntesis indica-se a percentagem do número total (201) de inquiridos. O símbolo + indica: mais tempo de trabalho; maior penosidade do trabalho; obtenção de mais produção; um risco maior no processo de produção. O símbolo -, corresponde a: menos tempo de trabalho; menor penosidade; maior produção; menor risco. Finalmente o símbolo = refere-se a uma avaliação intermédia.

Verificam-se, de resto, algumas iniciativas locais de utilização de tracção mecânica, muitas vezes por diligência das Estações de Desenvolvimento Agrário (EDA) — órgãos municipais do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA). Uma destas iniciativas, envolvendo 42 famílias, ocorreu na aldeia de Mutumbua (comuna de Muquixi, município de Kakulama). Na campanha agrícola de 2010/11, foi preparado um talhão de 4,5 hectares e, no ano seguinte (2011/12), duas parcelas que, em conjunto, perfizeram 10,41 hectares. Estas operações foram possíveis dada a concessão, ao grupo das famílias, de um crédito de campanha que lhes permitiria pagar o trabalho do tractor. O preço pago pela preparação mecânica da terra foi de 288 USD/hectare e cada família dispôs, em média, no conjunto das duas campanhas agrícolas, de 0,36 hectares devidamente preparados para iniciar o cultivo, o que se traduzia num encargo de 104 USD⁹⁵. Esta área acrescentou-se, assim, à área habitualmente cultivada pela família.

Se se recorrer à informação apurada no *inquérito 2009* para a comuna de Muquixi (onde se situa a aldeia de Mutumbua) verifica-se que para o conjunto dos inquiridos, em média, o pagamento do encargo relativo ao trabalho do tractor exige um aumento de 7% no produto das actividades da família e de 20% no total das vendas, dado que o encargo tem de ser pago em dinheiro⁹⁶.

Admitindo, com precaução, que a produção de bombó por hectare é de 3.000 kg/ha/ano, verifica-se que em 0,36 ha cada família poderia, em média, obter 1.080 kg/ano, o que corresponderia a 540 USD, tomando como preço de venda do bombó, 0,5 USD/kg⁹⁷. Assim, cada família, pagaria o trabalho do tractor e ainda poderia guardar um excedente de 436 USD. Convém ainda referir que, em geral, se verifica a consociação da mandioca com outras culturas, pelo que o valor estimado para o produto pode ainda ser mais elevado.

Esta contabilidade exige alguma prudência. Na região, a colheita de mandioca faz-se dos dezoito aos trinta meses, pelo que a concessão de crédito teria que ser feita tendo estes períodos em consideração. Dar crédito a dez meses, como agora se faz, para uma cultura com as características da mandioca — produção central e predominante das economias camponesas — é manifestamente inadequado.

Há ainda a considerar os riscos de mercado, de tesouraria e climáticos. Nem sempre tem sido possível às famílias venderem maiores quantidades e, paralelamente, dada a fragilidade das suas economias, não é fácil guardar valores monetários para pagar o crédito, no momento adequado. As incidências climáticas geram também maior vulnerabilidade quando existem compromissos monetários — como o pagamento do crédito. De facto, estes impedem que as variações na produção sejam geridas sobretudo com o ajustamento do consumo doméstico.

Tem ainda de se referir o trabalho das famílias: mantendo-se, como é o caso, a prevalência das operações manuais, o ajustamento do trabalho ao acréscimo da área cultivada é inevitável. Este acerto é necessário até porque, dada a sazonalidade das operações culturais, o trabalho poupado na preparação das terras com o tractor não pode ser integralmente aproveitado noutros granjeios. O ajustamento pode fazer-se diminuindo a quantidade de trabalho por unidade de superfície, ou seja, extensificando a produção ou aumentando o tempo e a intensidade do trabalho para não alterar, ou mesmo para intensificar, o sistema praticado. Esta última possibilidade tem, no entanto, um limite, passado o qual os aumentos da área cultivada conduzem forçosamente a uma extensificação. De notar que o recurso a trabalho assalariado — quando tal for viável — pode permitir o alargamento da escala de cultivo, sem quaisquer consequências no sistema de produção e no trabalho da família. No caso de Mutumbua, algumas famílias declararam ter diminuído a intensidade do trabalho nas parcelas que normalmente cultivam e, simultaneamente, terem incrementado o esforço da família (mais tempo de trabalho).

A reflexão sobre esta iniciativa na aldeia de Mutumbua parece evidenciar, de qualquer modo, que esta modalidade de recurso à tracção mecânica por parte dos camponeses pode ser favorável desde que as políticas do Estado acautelem os aspectos que mais a podem condicionar, a saber: o acompanhamento técnico, o crédito, a incidência dos riscos, a disponibilidade de terra e a adaptação técnica dos sistemas de produção.

Além desta experiência de Mutumbua, há na região outros casos de utilização de tracção mecânica para preparar a terra que os camponeses cultivam, sobretudo com mandioca. São, em geral, situações em que um grupo de famílias com maior dimensão económica se constitui para, em conjunto, mandar preparar a terra com o tractor, recorrendo depois a trabalho assalariado para aumentar a área cultivada. Este caso evidencia como o recurso à tracção mecânica pode potenciar a diferenciação social e económica que, como adiante se refere, se verifica nas aldeias.

A constituição de uma associação das famílias da aldeia, como em Mutumbua, pode permitir, com o recurso ao crédito e com o apoio de técnicos, que todos, ou quase todos tenham acesso à tracção mecânica. Pode, assim, evitar-se a marginalização das mais desmunidas e atenuar os efeitos da utilização do tractor na diferenciação social.

Finalmente, uma nota para salientar que este recurso à tracção mecânica não se traduz na constituição de explorações com energia mecânica mas apenas em unidades que podem alargar um pouco a sua área de cultivo recorrendo ao tractor, continuando todo o restante trabalho a ser manual. Destaque-se também que o tractor não trabalha as lavras que as famílias tradicionalmente cultivam, mas prepara um lote de terreno, contínuo e distinto da terra já agricultada pelas famílias, que depois estas repartem de modo igualitário ou consoante a área preparada que cada uma estiver disposta a pagar. Ou seja, este modelo de recurso à tracção mecânica pressupõe também que, em cada comunidade, para além da terra normalmente utilizada pelas famílias, haja áreas disponíveis que permitam a entrada do tractor.

TERRA E TRABALHO

Como antes se referiu, na análise do tema da terra apenas se utilizou a informação relativa às comunas do Cota e de Quirima. Nesta, todas as famílias inquiridas recorrem apenas à energia humana e a área total média por inquirido é de 1,74 ha, dos quais 0,30 ha estão em cultura. Em Cota, para as famílias que

também utilizam apenas trabalho manual (44 em 50 inquiridos), as áreas médias são de 2,24 ha para a área total e de 0,53 ha para a parte que está em cultura. Para o total das famílias, as médias seriam, respectivamente, de 3,21 ha e de 0,69 ha. A diferença deve-se a seis unidades, das quais cinco empregam tracção animal e uma tracção mecânica, com áreas bem maiores. Em duas destas explorações, a área em cultura atinge mesmo 4 ha.

As unidades agrícolas são, assim, na sua grande maioria, unidades de pequena dimensão que trabalham terras com as quais têm, na maior parte da área, uma relação estabilizada — 86% da área total em Cota, e 94% em Quirima — e a que tiveram acesso principalmente por herança — 86% em Cota e 94% em Quirima (quadro 8). A primeira destas qualificações — estabilizada — evidencia que as famílias mantêm uma relação permanente com a terra que utilizam, tendo o regime de cultivo itinerante uma menor presença. O acesso por herança significa que, para além da situação jurídica formal da propriedade da terra, as famílias transmitem de uma geração para outra as terras que utilizam. Ou seja, na terra que é propriedade das comunidades e cuja utilização decorre das suas normas e procedimentos internos, estas reconhecem a transmissão familiar da terra utilizada. Esta aceitação limita-se, de qualquer modo, à utilização da terra e não confere nenhuma outra prerrogativa — vender, arrendar, ceder — que contrarie a gestão e os direitos da comunidade.

Quadro 8 – Terra. Relação da família com a terra, modalidades de acesso e utilização. Área total (%). Comunas do Cota e de Quirima

Comuna	Relação da família com a terra		
	Estabilizada	Não estabilizada	Da Associação
Cota	86	13	1
Quirima	94	6	..
	Modalidade de acesso à terra		
	Herança ⁹⁸	Regime tradicional ⁹⁹	Outras
Cota	86	14	..
Quirima	94	6	
	Utilização da terra		
	Em cultura	Em pousio	Outra
Cota	22	78	..
Quirima	17	83	

O actual panorama da terra¹⁰⁰ — estabilizada e por herança — fora já assinalado, para a zona de Malange, por vários autores, em relação à última década do período colonial¹⁰¹. Os factores que então conduziram a esta situação decorreram da pressão sobre a terra, originada pelas concessões demarcadas nos anos sessenta, e não da evolução técnico-económica dos sistemas de produção da agricultura tradicional: “as áreas disponíveis para as populações rurais do sector tradicional foram ficando cada vez mais limitadas, não permitindo os pousios mais ou menos longos dos solos para o sustento da sua fertilidade”¹⁰²; “Que desenvolvimento se pode esperar da pequena empresa familiar assente em courelas já cansadas? Sobre chão esterilizado pelo salalé ou pela laterite? Numa zona em que quase já não há espaço disponível para deixar as terras exploradas em alqueive e tomar outras, virgens ou recuperadas?”¹⁰³.

As explorações camponesas foram assim obrigadas a restringir a sua área de cultivo, abandonando a itinerância, e a concentrarem-se sempre nas mesmas parcelas que foram sendo entendidas, no seio das comunidades, como reservadas à utilização da família e, portanto, transmissíveis dentro dela.

Esta evolução debilitou a capacidade produtiva das famílias, levou à procura de trabalho fora da terra e “ao êxodo para os centros urbanos, nomeadamente para Luanda”¹⁰⁴. Depois de 2002, quando as famílias agrícolas da província de Malange retornaram ao modo de vida e ao trabalho camponês, convergiram três factores para manterem, relativamente ao sistema fundiário, a herança que vinha dos últimos anos do período colonial. As famílias guardavam a memória e os saberes dos sistemas de produção centrados, na maior parte da área, nas mesmas lavras. Um segundo factor que convém salientar, é a vantagem destes sistemas não exigirem normalmente que se tragam novas terras ao cultivo. De facto, esta é uma operação violenta e muito penosa, sobretudo quando feita, como é o caso, com trabalho manual, em particular em terrenos com alguma densidade de árvores e arbustos. Paralelamente, é o último factor, retomou-se ao nível do Estado angolano um modelo de demarcação de concessões de terras, similar ao dos tempos coloniais, mas agora em benefício das elites nacionais. Estas demarcações têm contribuído para limitar as terras potencialmente disponíveis para as famílias camponesas. Mantiveram-se, assim, as limitações fundiárias destas famílias que, com uma capacidade tecnológica muito débil, mantêm os mesmos sistemas de produção e as mesmas dificuldades na renovação da capacidade produtiva dos solos.

Actualmente, em Cota, para o conjunto das cinquenta famílias inquiridas, a área em utilização (cultura, pousio, em preparação para entrar em cultura) corresponde aproximadamente a 4,7 vezes a área em cultura. Pode assim considerar-se, de modo aproximado, que cada parcela fica quatro anos em pousio. Para Quirima, seguindo o mesmo critério, pode admitir-se um pousio de cinco anos. Dada a tecnologia utilizada — hoje, como no período colonial — nas explorações camponesas, nomeadamente no que se refere à fertilidade do solo, são períodos insuficientes para restaurar plenamente a capacidade produtiva. Em 1972, afirmava-se que, na zona de Cota, alcançar este objectivo exigia períodos bem mais amplos de pousio¹⁰⁵.

O que antes se referiu sobre o nível tecnológico e, agora, sobre a capacidade produtiva e a utilização da terra, remete para a questão das políticas públicas em relação ao sector camponês. Que modelo tecnológico se procura difundir e contribuir para consolidar? Qual o modelo fundiário a defender para cada família? Que conjugação destas duas dimensões pode melhorar, de modo efectivo, as condições de vida da população camponesa?

No discurso oficial são temas ignorados¹⁰⁶. Sobre a tecnologia, não se definem, de modo concreto, os modelos tecnológicos a promover, nem os modos de tornar efectiva uma maior capacidade produtiva das famílias. Sobre a questão da terra há uma omissão, com o pressuposto de que há muita terra disponível. Com frequência, este pressuposto é falso, dado que na avaliação da disponibilidade de terra têm de se considerar pelo menos quatro aspectos: as características e potencialidades do solo; a orografia; a proximidade das vias de comunicação e dos mercados; a distância às aldeias. Esta é um factor decisivo, uma vez que os inquéritos efectuados mostram que já não é reduzido o tempo médio que as famílias levam a chegar às respectivas lavras. Em Cota — onde cada família dispõe, em média, de 2,6 lavras — o tempo médio para chegar a cada uma é de quase uma hora. Em Quirima estes números são, respectivamente, de 3,7 lavras e de cerca de quarenta minutos.

Considerando os quatro aspectos antes referidos, restringe-se muito a terra considerada disponível para as comunidades e constata-se agora, como no período colonial¹⁰⁷, que se estabeleceu um cerco fundiário às unidades camponesas que as compeliu a uma sobre-utilização da terra de que dispõem, e que também pode comprometer um eventual alargamento da área cultivada pelas famílias. Sobre a premência deste tema recorde-se o que antes se referiu sobre a utilização do tractor pelas famílias camponesas.

Trabalho e família

O conjunto das famílias inquiridas, como se assinalou, tem um total de 751 pessoas, das quais 316 são inactivas e 435 trabalhavam. Das primeiras, a grande maioria são crianças e, dos adultos, foram indicados apenas seis doentes e inválidos. No inquérito questionava-se ainda em que trabalhava cada um dos activos: nas lavras da família (exclusivamente, principalmente, ou por vezes); nas outras actividades da família; fora das actividades da família (regularmente, ou por vezes). Cada elemento da família podia assim acumular três, dois ou um só registo, consoante trabalhasse nos três sectores previstos na pergunta, em dois deles ou apenas num.

Dos 435 activos, só um não trabalhava nas lavras da família e 339 faziam-no de modo exclusivo. Nas outras actividades da família, integravam-se 82 pessoas, das quais apenas uma em exclusivo. Finalmente, fora das lavras da família, ou seja, como assalariados, trabalhavam 23 elementos, que já foram referidos quando se analisou o mercado de trabalho rural. Os números evidenciam a escassa presença dos que trabalham fora (5%), uma participação assinalável nas outras actividades (19%) e, sobretudo, a participação generalizada na produção agrícola da família.

Dado que, como se indicou, a informação recolhida sobre o trabalho dos elementos da família é qualitativa, houve, depois, que ponderar o peso relativo de cada tipo de resposta, tendo como padrão o trabalho de uma pessoa, com actividade considerada normal, ao longo de um ano. Aplicaram-se assim coeficientes¹⁰⁸ para calcular o trabalho com que cada elemento participa, de facto, em cada sector da economia da família.

Sabe-se também que há diferenças assinaláveis de capacidade de trabalho, consoante as características de cada pessoa, nomeadamente as associadas à idade. Existem mesmo tabelas para tornar comparáveis o potencial de trabalho efectivo das pessoas¹⁰⁹. Não houve, no entanto, possibilidade de adaptar as tabelas disponíveis à situação das aldeias inquiridas. Verificou-se, por outro lado, que os resultados obtidos aplicando as tabelas disponíveis, sem qualquer adaptação, eram manifestamente desadequados. Optou-se, assim, por trabalhar apenas com o número de activos.

No quadro 9 sintetizou-se o panorama do trabalho das famílias. As lavras ocupam 89% do trabalho familiar, seguindo-se as outras actividades (9%) e o trabalho fora (2%). As mulheres são quem mais trabalha nas lavras, cabendo aos homens alguma preponderância nas outras actividades e, sobretudo,

no trabalho fora. São números que esclarecem, com nitidez, como estas economias camponesas se centram, sobretudo, no trabalho da terra.

Quadro 9 – Repartição do trabalho da família (% do número de activos)

Sector de actividade	Total	Homens	Mulheres
Agrícola (nas lavras da família)	89	42	47
Outras actividades da família	9	5	4
Fora das actividades da família	2	2	..
Total	100	49	51

Este panorama coincide com o carácter vincadamente familiar do trabalho nas lavras e nas outras actividades, como é confirmado pela apreciação dos inquiridos que recorrem a trabalho assalariado. São trinta, mas a grande maioria utiliza-o apenas pontualmente, para tarefas específicas que a família tem dificuldade em executar. Não se trata portanto de um alargamento da escala de produção, mas de um recurso para suprir limitações do trabalho familiar. Assim, dezassete famílias apenas recorrem a assalariados cinco ou menos dias/ano; cinco famílias, nove a catorze dias/ano e só outras cinco, mais de vinte dias/ano. Destas últimas, há uma que utiliza 60 dias/ano, e é a maior empregadora no universo inquirido. Três das famílias não indicaram o número de dias que recorrem a trabalho assalariado. Dos inquiridos para que há informação (23), dezassete pagaram os salários em dinheiro e seis em natureza.

Há ainda 33 inquiridos que participam em trocas de trabalho com outras famílias¹¹⁰. Estas acções de entreaajuda são sobretudo relevantes na sacha da mandioca, que é uma operação demorada, que convém efectuar em períodos não muito alargados. O carácter pontual destas trocas de trabalho é evidenciado pela informação recolhida relativamente ao número de dias/ano que cada família troca de entreaajuda: 12 inquiridos, menos de dez dias; 11, de dez a vinte dias e 10, mais de vinte.

Constatou-se ainda que a entreaajuda tem uma expressão diferente nas quatro comunas onde foi realizada a recolha de informação. Em Quirima não foi registada e em Soqueco abrange apenas 4% dos inquiridos. Já em Cota (26%) e Muquixi (37%) tem maior expressão, associada à sua persistência nas relações entre as famílias de cada aldeia.

RENDIMENTO E CONSUMO

O rendimento das famílias foi calculado adicionando os montantes provenientes de transferências do Estado, dídivas de outros, dídivas do soba, remessas de familiares, salários recebidos por elementos do agregado familiar e do rendimento das actividades da família. Este último foi obtido subtraindo ao produto das actividades da família as despesas efectuadas com as mesmas actividades. Todos os outros provêm directamente dos inquiridos efectuados.

O produto das actividades da família já foi abordado em pontos anteriores, e resta agora referir as despesas que lhe estão associadas. Têm um peso diminuto pois, em média, apenas correspondem a 5% do total do produto. São despesas principalmente em dinheiro (94%), e os seus principais componentes são: meios de produção e de transporte (63%); transportes (19%) e pagamento de trabalho assalariado (14%). Estas rubricas já antes foram comentadas, nomeadamente a propósito dos meios de produção, da comercialização e do trabalho assalariado nas actividades da família.

Em média, para o conjunto dos inquiridos, obteve-se um rendimento de 2.617 USD família/ano e de 1,50 USD pessoa/dia. São valores muito modestos, e este último situa-se, de acordo com os valores indicados pelo Banco Mundial, acima da linha de pobreza extrema (1,08 USD) mas abaixo do limiar de pobreza (2,15 USD pessoa/dia)¹¹¹.

Quadro 10 – Composição do rendimento das famílias (%)

	Rendimento (%)		
	total	em dinheiro	em natureza
Actividades da família	78	33	45
Salários	19	19	
Remessas de familiares	2	1	1
Dádivas do soba	1	1	..
Total	100	54	46

Nota: As transferências do Estado e as dádivas de outros têm um peso inferior a 0,5%.

O quadro 10 apresenta a composição do rendimento médio, que evidencia, sem surpresa, a preponderância das actividades da família e da parte em dinheiro, ou seja, são economias familiares largamente

monetizadas, sendo que o principal contributo para este panorama provém das actividades da família.

Destaque-se ainda o peso dos salários, o qual exige um esclarecimento complementar. Na análise dos salários recebidos por elementos das famílias diferenciam-se três grupos: os salários de *função*; os correspondentes a profissões especializadas e os provenientes de trabalho indiferenciado na agricultura, nas minas e noutros sectores.

Consideram-se como salários de *função*, como de resto já se salientou, os que o Estado entrega às autoridades tradicionais. Este pagamento abrangeu, no inquérito efectuado, dez elementos (sete sobas, dois regedores e um soba-adjunto) e equivale a um quarto dos salários recebidos pelas famílias inquiridas. Os salários de profissões especializadas correspondem a nove pessoas (cinco professores e alfabetizadores¹¹², dois militares¹¹³, um pastor metodista e um encarregado de obras¹¹⁴) e constituem 49% do total dos salários. Finalmente, os salários dos elementos que indicaram fazer tarefas indiferenciadas equivalem a 26% do montante global. Convém ainda destacar que apenas 13% das famílias inquiridas receberam salários.

Relativamente ao consumo apenas se dispõe de informação para as comunas do Cota e de Quirima. No quadro 11 sintetizam-se apuramentos sobre o rendimento e o consumo. No caso deste último, admitiu-se que todo o produto em natureza que não tivesse sido transaccionado ou dado, foi consumido pela família. Assim, a diferença entre o rendimento e o consumo, que no quadro se designa por excedente, refere-se apenas à parte em dinheiro. Seguindo estes procedimentos, apurou-se que, em média, cada família dispõe de um excedente anual de 775,3 USD. Os destinos deste excedente são, de um modo genérico e meramente indicativo, uma poupança efectiva ou o dispêndio em actos rituais, muitas vezes associados às sociabilidades locais.

Quadro 11 – Rendimento e consumo. Comunas do Cota e de Quirima

Número de inquiridos	Rendimento médio por:		Consumo médio por:		Excedente médio em dinheiro, por família/ano (USD)
	peessoa/dia (USD)	família/ano (USD)	peessoa/dia (USD)	família/ano (USD)	
80	1,70	2.615,9	1,17	1.810,3	775,3

O principal componente do consumo das famílias é o autoconsumo, logo seguido das despesas da família. Às dadas a familiares cabem 4% (quadro 12). Note-se ainda que mais de dois terços (autoconsumo, dadas a familiares e despesas em natureza) do consumo das famílias são utilizados em natureza, embora nas despesas da família prevaleça a componente monetária.

Quadro 12 – Consumo das famílias (%). Comunas do Cota e de Quirima

Autoconsumo (natureza)	Dadas a familiares (natureza)	Despesas da família			Total		
		dinheiro	natureza	total	dinheiro	natureza	total
58	4	32	6	38	32	68	100

A análise destas despesas contribui também para esclarecer o funcionamento das economias familiares (quadro 13), que têm níveis de consumo muito modestos, mas articulados com o mercado, como é evidenciado pelo tipo de produtos adquiridos que, de seguida, se exemplificam.

Quadro 13 – Despesas da família (%). Comunas do Cota e de Quirima

	Despesas da família (%)		
	total	em dinheiro	em natureza
Alimentação	32,9	26,8	6,1
Vestuário e calçado	15,7	12,4	3,3
Equipamentos para a casa	13,3	11,7	1,6
Higiene	9,2	8,6	0,6
Energia doméstica	5,7	5,2	0,5
Cuidados de saúde	3,7	3,7	..
Escola	3,4	3,3	0,1
Pagamento de transportes	3,2	3,2	
Bicicletas e motorizadas	10,6	9,1	1,5
Outros	2,3		2,3
Total	100,0	84,0	16,0

O Destino Camponês

Alimentação – sal, óleo, óleo de palma, açúcar, arroz, massa alimentar, massa de tomate, peixe, carne, refrigerantes e bebidas alcoólicas.

Vestuário e calçado – chinelos, sapatos, panos, blusas, saias, camisas, calças, casacos, bijuterias.

Higiene – sabão, sabonete, detergente para a roupa, pasta de dentes.

Cuidados de saúde – consultas, medicamentos.

Energia doméstica – gásóleo, petróleo

Escola – cadernos, lápis, esferográficas, batas.

Transportes – viagens a Malange, Luquemo e outros destinos.

Compram ainda bicicletas e motorizadas.

Há diferenças assinaláveis no padrão de consumo das famílias, mas a generalidade tem uma articulação com o mercado. De qualquer modo, como hipótese, poderia admitir-se que alguns dos bens e produtos adquiridos seriam dispensáveis ou substituíveis por produção da família. As famílias teriam assim a possibilidade de canalizar os recursos poupados para fortalecer as actividades da família e para, assim, melhorarem o rendimento. Os produtos a que se refere esta hipótese são, por exemplo, o arroz, as massas alimentares e de tomate, os refrigerantes e as bebidas alcoólicas, as bijuterias, as bicicletas e as motorizadas. A esta lista pode acrescentar-se o destino, antes referido, dado ao excedente criado pela diferença entre o rendimento e o consumo.

Este é um tema recorrente na apreciação das economias camponesas¹¹⁵, nomeadamente das que convivem com situações de pobreza, como é o caso — que de seguida se evidencia — da maior parte das famílias inquiridas. Um trabalho recente sistematiza e sintetiza, a propósito da economia dos pobres, aspectos que contribuem para *ler* as opções tomadas pelas famílias do Planalto de Malange.

Das análises feitas naquele trabalho vão reter-se dois pontos. O primeiro mostra que os pobres têm as suas próprias lógicas que passam por conciliar as opções que fazem com os hábitos, tradições e rituais das comunidades onde se inserem, e que passa também pelo gosto da alimentação — não apenas pelas calorias — e por escolhas — simbólicas, de *status* ou de prazer — que valorizam prioritariamente. O segundo refere-se às expectativas que os pobres possam ter dos investimentos produtivos. Estes aparecem-lhes como objectivos demasiado longínquos e que obrigariam a tornar ainda mais penosa e menos agradável a já difícil situação em que se encontram.

Além do que os pobres só contam com eles mesmos e estão mais expostos ao risco, pelo que qualquer fracasso teria, para eles, consequências mais pesadas do que para outros segmentos da população¹¹⁶.

DIFERENCIAÇÃO, ALDEIAS E ESTADO

As unidades inquiridas vivem do trabalho da família e têm um consumo muito escasso de meios de produção de origem industrial adquiridos no mercado. São economias camponesas com uma relação consistente com o mercado, tanto para vender bens e serviços como para comprar produtos para consumo da família. Os rendimentos obtidos são, em média, muito baixos, mas com diferenças acentuadas. Assim, considerando os limiares de pobreza extrema ($\leq 1,08$ USD por pessoa/dia) e de pobreza ($> 1,08$ USD a $\leq 2,15$ USD por pessoa/dia) indicados pelo Banco Mundial, o quadro 14 sintetiza as diferenças entre os inquiridos e revela um panorama em que a grande maioria das famílias vive em situação de pobreza.

Esta diferenciação, recorrendo às explicações mais frequentes na literatura, pode estar associada ao ciclo de vida ou à articulação com o mercado que potencia o efeito de factores como, por exemplo, o acesso à terra, a disponibilidade de capital ou a qualificação da força de trabalho. A primeira hipótese liga as diferenças de rendimento entre as famílias ao momento do ciclo de vida em que se encontram, sendo cada fase marcada por uma diferente relação entre o número de unidades que consomem (onde se incluem todos os elementos da família, mesmo os mais pequenos e os mais idosos, uns e outros incapazes de participarem no trabalho do agregado doméstico) e o número de unidades de trabalho (calculado com base nos que, de facto, trabalham)¹¹⁷. Admitindo que todas as famílias têm ciclos similares (por exemplo: casal sem filhos; casal com filhos pequenos; casal com filhos que já trabalham e que vive também com os velhos pais agora incapazes; o casal só com filhos que trabalham; apenas o casal, mas envelhecido) as diferenças de rendimento por pessoa estão ligadas a cada fase e não correspondem a nenhuma situação estrutural. De notar ainda que, neste modelo explicativo, se admite que é possível ajustar a disponibilidade de terra e/ou o trabalho fora da unidade familiar à capacidade de trabalho da família.

Quadro 14 – Rendimento e consumo, por classes de rendimento

Classes de rendimento por pessoa/dia (USD)	Total de inquiridos		Comunas do Cota e de Quirima		
	Número de inquiridos	Rendimento médio por pessoa/dia (USD)	Número de inquiridos	Rendimento médio por pessoa/dia (USD)	Consumo médio por pessoa/dia (USD)
≤ 1,08	88	0,60	36	0,62	0,63
> 1,08 a ≤ 2,15	58	1,46	26	1,42	1,06
> 2,15	33	4,86	18	5,26	2,92
Total	179	1,50	80	1,70	1,17

A outra hipótese defende que a continuada relação com o mercado vai potenciando a diferenciação no interior das comunidades camponesas, pois leva a que algumas das diferenças existentes entre as famílias (acesso à terra, disponibilidade de capital, qualificação da força de trabalho e outros factores) vão permitindo resultados económicos distintos que, por sua vez, vão ainda contribuir para alargar o efeito diferenciador¹¹⁸.

Tendo presentes estas hipóteses, analisou-se a diferenciação entre as classes de rendimento (por pessoa/dia) consideradas, com base nas variáveis utilizadas para caracterizar algumas dimensões da vida e da economia das famílias inquiridas. As características analisadas traduziram-se à partida por variáveis qualitativas. Quando não era o caso, procedeu-se à criação de intervalos para que se pudesse recorrer ao teste do qui-quadrado, aplicado a tabelas de contingência.

A apresentação da metodologia, bem como a análise efectuada e os resultados obtidos, encontram-se sintetizados no anexo deste capítulo. Aqui vão apenas referir-se as conclusões que se retiraram. Convém ainda sublinhar a fragilidade da relação entre algumas das características da família e das suas actividades, e as variáveis que se definiram para as analisar. É, sobretudo, o caso da variável que se associou ao ciclo de vida em que se considerou igual o consumo de todos os elementos da família, bem como a capacidade de trabalho dos que são activos. A este propósito podem também mencionar-se as variáveis utilizadas para analisar o lugar e a presença das mulheres na família. Nestes, como em todos os outros casos, a informação de que se dispunha condicionou as opções feitas. Apesar destas limitações, os resultados obtidos permitem, ainda que de modo muito esquemático, uma leitura da diferenciação das famílias segundo as três classes de rendimento médio por pessoa/dia.

Diferenciação

Começa-se pelas características da família e pelo ciclo de vida. Nas características dos chefes de família (sexo, idade, escolaridade e lugar de nascimento) e na presença e lugar das mulheres na família (sexo do chefe de família e número e proporção das mulheres com mais de quinze anos na família) não se encontraram diferenças significativas entre as classes de rendimento. O mesmo aconteceu para a capacidade de trabalho da família (número de activos da família). Já na dimensão da família e na variável que se associou ao ciclo de vida (relação entre o número total de elementos e o número dos que trabalham, ou seja, dos activos), encontraram-se diferenças significativas. Diferenciam-se, sobretudo, as famílias com maior rendimento por pessoa (têm, proporcionalmente, maior número de famílias unipessoais e uma relação consumo/trabalho mais favorável) e as famílias com menor rendimento (em proporção com maior número de famílias com quatro a cinco elementos e com uma relação consumo/trabalho menos favorável). Ou seja, a dimensão da família e a fase do ciclo de vida associam-se significativamente à diferenciação dos rendimentos.

Relativamente às actividades da família analisaram-se seis aspectos: produto e produção; vendas e autoconsumo; tecnologias e meios de produção; recurso a trabalho assalariado; comercialização e produtividade.

De modo abreviado e simplificador, pode concluir-se que o produto total, da mandioca e das actividades agrícolas excluída a mandioca, bem como as quantidades vendidas e autoconsumidas, diferenciam as classes de rendimento. Tendencialmente, pode também concluir-se que os maiores valores do produto, das vendas e do autoconsumo se associam à classe de rendimento mais elevada. Inversamente, os menores valores estão mais ligados à classe de menor rendimento. A classe intermédia ($\geq 1,08$ a $< 2,15$ USD) aproxima-se dos valores mais elevados do produto, das vendas e do autoconsumo.

A produção de mandioca expressa em quantidade física — uma produção com um lugar preponderante na economia das famílias inquiridas — também evidencia diferenças significativas entre as classes de rendimentos, assinaláveis sobretudo no escalão acima de duas toneladas, onde sobressai o desvio positivo da classe acima de 2,15 USD e o negativo das famílias com menor rendimento por pessoa/dia.

Relativamente às vendas e ao autoconsumo há, no entanto, uma outra conclusão a reter: não se encontraram diferenças significativas na proporção

do produto total que as famílias vendem, ou seja, em termos relativos, a relação das famílias com o mercado não se diferencia por classes de rendimento.

A análise feita permite ainda admitir que as diferenças no rendimento não decorrem do recurso ao trabalho assalariado (despesa com salários), nem à utilização de tecnologias e meios de produção, dado que não se encontraram diferenças significativas entre as classes de rendimento, para qualquer das variáveis definidas para analisar estas duas dimensões. Convém, de qualquer modo, explicitar as variáveis utilizadas para analisar a tecnologia e os meios de produção: cinco relativas à propriedade de pequenos equipamentos (machado, catana, lima, pilão e peneira; dado que todos os inquiridos possuíam pelo menos uma enxada, este equipamento não foi considerado na análise); seis sobre a utilização de sementes adquiridas e/ou recebidas do Estado (amendoim, batata, milho, feijão-ervilha, feijão-macunde e feijão-catarino); uma sobre as despesas com meios de produção (equipamentos, sementes e gado) e outra sobre as despesas com as actividades da família (meios de produção, trabalho assalariado, aluguer de tracção, energia, transportes e outros pagamentos).

Na comercialização analisou-se, para a mandioca bombó, o preço médio de venda de cada família em relação ao preço médio do conjunto dos inquiridos. As diferenças entre as classes de rendimento são significativas, com vantagem para os inquiridos de maior rendimento, no escalão superior ao preço médio.

A análise de produtividade (produto total por activo) evidencia também diferenças significativas entre as classes de rendimento: mais rendimento, mais produtividade; menor rendimento, menor produtividade.

Sobre as actividades da família pode, assim, concluir-se que há diferenças significativas entre as classes de rendimento nas variáveis utilizadas para analisar o total do que as famílias produzem, vendem e autoconsomem, bem como na comercialização e na produtividade. As diferenças nesta última não parecem decorrer das tecnologias e dos meios de produção mobilizados, uma vez que nas variáveis utilizadas para caracterizar estes aspectos não se encontraram diferenças significativas. Inversamente, as diferenças na comercialização contribuem, por certo, para as desigualdades no produto e na produtividade. Convém, no entanto, registar que também se verifica uma diferença significativa na produção avaliada em quantidades físicas, como se pode concluir da análise da produção de mandioca, por família, expressa em quilogramas de bombó,

ou seja, aquelas desigualdades não decorrem apenas do diferencial nos preços de venda.

Ainda a propósito da comercialização, é relevante recordar, retomando o que antes se concluiu, que conseguir melhores condições para a venda da mandioca bombó exige disponibilidade de capital.

Nos comentários que antes se fizeram sobre a terra, acentuou-se que a área trabalhada por cada família está, numa percentagem superior a 85%, em Cota e a 90%, em Quirima, apropriada por cada família, de facto e para além do estatuto jurídico formal. Esta apropriação é reconhecida pela comunidade e transmissível por herança.

É com esta perspectiva que se devem apreciar os resultados da análise das variáveis definidas para a questão da terra. Apenas se encontraram diferenças significativas entre as classes de rendimento quando se consideraram apenas duas (em USD, por pessoa/dia): $\leq 2,15$ e $> 2,15$. As diferenças encontradas evidenciam que a classe de maior rendimento tem uma maior, e significativa, presença proporcional do número de inquiridos nos escalões de maior dimensão das áreas estabilizada, herdada e em cultura; na área não estabilizada, a presença é menor. A situação é inversa para a classe de menor rendimento, sendo particularmente relevante notar que nesta última classe é significativamente maior a proporção de famílias nos maiores escalões de área não estabilizada. A análise efectuada mostra que a terra marca uma diferenciação estrutural.

A análise dos salários recebidos pelas famílias conduz a uma conclusão similar, mas neste caso consideradas as três classes de rendimento com que se vem trabalhando. Os salários de trabalho indiferenciado não evidenciam qualquer diferença significativa. Já os salários de *função* e/ou de profissões especializadas evidenciam, de modo significativo, uma vantagem positiva da classe de rendimento acima dos 2,15 USD. A situação era inversa para os rendimentos por pessoa/dia $\leq 1,08$ USD.

Dada a fragilidade, já antes referida, do modo como foram definidas muitas das variáveis analisadas, os resultados obtidos têm de se tomar com prudência e, sobretudo, não podem fazer-se especulações e deduções interpretativas que ultrapassem o registo da análise efectuada. Apesar desta prevenção, parece legítimo acentuar, antes de passar à apreciação do rendimento e do consumo, algumas dimensões que indiciam a existência de diferenciação entre as famílias inquiridas. Por um lado, constatou-se esta diferenciação associada ao ciclo de vida e à dimensão da família. Por outro, verificou-se também a sua persistência em aspectos

estruturais como a dimensão económica (produto, vendas, produção de mandioca bombó), a disponibilidade de capital para a comercialização, a terra e a qualificação do trabalho familiar.

De registar, ainda, o grande relevo de duas das dimensões em que não se constataram diferenças significativas: as tecnologias, o consumo de meios de produção e a despesa com as actividades da família; a relação com o mercado. O primeiro destes aspectos remete para a homogeneidade dos baixos padrões de tecnologia, e o segundo evidencia uma relação similar com o mercado, em termos proporcionais à dimensão das respectivas economias.

Relativamente ao rendimento, os resultados obtidos para as suas duas partes, em dinheiro e em natureza, permitem concluir, numa apreciação genérica, que as diferenças nestas duas componentes acompanham, significativamente, as próprias classes de rendimento que serviram de referencial para a análise. Ou seja, aos maiores rendimentos totais (por pessoa/dia) associam-se, de modo aproximado, os maiores rendimentos em dinheiro e em natureza. Para a classe de rendimento mais baixa ($\leq 1,08$ USD pessoa/dia) a situação é a inversa.

Para a poupança monetária, por pessoa/dia e por família/ano, a conclusão é similar, embora, neste caso, com resultados menos expressivos para a classe de rendimento intermédia ($>1,08$ a $\leq 2,15$ USD).

A análise do consumo permitiu obter resultados conclusivos em relação ao consumo total e às duas principais parcelas que o compõem (autoconsumo e despesa total), bem como para as partes monetária e em natureza de cada uma destas três rubricas. A análise foi efectuada em valor absoluto e em percentagem do consumo total.

Nas percentagens não se encontraram diferenças significativas entre as classes de rendimento, ou seja, a repartição do consumo total pelo autoconsumo e pela despesa total, bem como pelas partes monetárias e em natureza de cada uma destas categorias e do próprio consumo total, não evidencia dissimelhanças entre as classes de rendimento.

Nos valores absolutos, pelo contrário, apenas não se encontraram diferenças significativas na despesa em natureza que, como antes se notou, tem muito menor expressão do que a despesa em dinheiro. Nas outras características — consumo total, consumo em dinheiro, consumo em natureza, autoconsumo, despesa total e despesa em dinheiro — a conclusão é similar à antes referida para a poupança monetária: a classe de maior rendimento associa-se significativamente aos escalões dos

valores mais elevados; a classe de menor rendimento tem uma situação inversa e a classe intermédia tem uma associação menos expressiva aos escalões dos valores elevados.

As conclusões anteriores permitem sugerir que, embora dentro do mesmo modelo de composição proporcional do consumo, os níveis deste acompanham as disponibilidades de rendimento.

Esta última conclusão apresenta, no entanto, uma validade bem menor quando se analisam as parcelas consideradas na composição da despesa da família: alimentação, vestuário e calçado; equipamentos para casa; cuidados de saúde; higiene; energia doméstica; escola; pagamento de transportes; compra de bicicletas e de motorizadas. Analisou-se cada uma destas parcelas para o valor total, em dinheiro e em natureza.

Dos resultados obtidos na análise do consumo vão reter-se apenas duas conclusões. Na alimentação, vestuário e calçado, higiene e energia doméstica, tanto nos valores totais como em dinheiro, há uma diferenciação estatisticamente significativa entre as classes de rendimento. Esta diferença aparece mais vincada entre as classes extremas — maior e menor rendimento — e é similar à que antes se referiu para os totais do consumo, autoconsumo e despesa.

A situação é, no entanto, distinta para os valores, totais e em dinheiro, dos equipamentos para casa, cuidados de saúde, escola e pagamento de transportes. Nestas parcelas, que em conjunto correspondem a cerca de um quarto da despesa total das famílias inquiridas, não há diferenças estatisticamente significativas entre as classes de rendimento, tanto em valor total como em dinheiro. Este resultado evidencia, assim, que há componentes da despesa que não se diferenciam consoante as classes de rendimento. Permite ainda sugerir que, ao nível do consumo, há uma parte que as famílias compram no mercado e que tendem a não ajustar ao nível do rendimento. Acrescente-se, por último, que, para o total das famílias, a despesa em dinheiro com estas quatro parcelas corresponde a quase 26% do dispendido em dinheiro.

As aldeias e o Estado

No ponto anterior constatou-se que algumas características diferenciam as famílias camponesas, mas verificou-se também uma similitude em aspectos como o trabalho da terra, a tecnologia utilizada, o enraizamento

local, o padrão de consumo — embora com níveis quantitativos diferentes nalguns componentes —, a relação (em proporção do que produzem) com o mercado onde vendem os seus produtos e um grau semelhante de aquisição de bens no mercado nalguns aspectos do consumo familiar. Convivem nos espaços de sociabilidade das aldeias e têm um modo de vida idêntico, de que se podem registar alguns exemplos como o tipo de casa, a utilização de lenha para cozinhar¹¹⁹, o recurso ao candeeiro para a iluminação da casa¹²⁰ ou, ainda, o lugar preponderante da mulher no abastecimento da família em água e em lenha¹²¹.

A propósito da vida nas aldeias, analisaram-se ainda as opções das famílias relativamente às entidades a que recorreram, ou a que tencionam recorrer, para resolver alguns tipos de conflitos e de problemas. Destes últimos, consideraram-se os referentes a infraestruturas (escola, posto de saúde, estradas, abastecimento de água e outros), a questão em torno da terra e do acesso à água e aos recursos naturais (que abreviadamente se tem referido, e vai continuar a referir, como problemas ligados à terra), à economia (preços, comercialização, transportes, abastecimento e outros) e os ligados ao funcionamento da associação de iniciativa estatal existente em cada aldeia (já antes referenciada).

Nos conflitos analisaram-se os roubos, danos, dívidas e os ligados à terra. Apenas se apreciaram estes quatro tipos, embora os inquiridos tenham mencionado outros: injúrias (referido por 18); problemas domésticos (4); violência (4); atropelamento de cabras (3); problemas de saúde (3); comercialização (3); mexericos (2).

No questionário de inquérito considerou-se que, para cada um dos problemas e conflitos, as famílias poderiam recorrer a uma das seguintes entidades: associação; autoridades religiosas; autoridades tradicionais; família; Estado; outras.

Os quadros 15 e 16, e o ponto 9 do anexo relativo à diferenciação resumem os resultados obtidos, dos quais se retiram duas conclusões. A primeira é para evidenciar o lugar preponderante das autoridades tradicionais como sendo as entidades em quem as famílias confiam se tiverem de resolver problemas e conflitos. A confiança é confirmada quando os inquiridos indicam a entidade a que, de facto, recorreram para aquele efeito.

Esta conclusão genérica exige, no entanto, uma apresentação mais matizada. Assim, apesar da posição prevalecente das autoridades tradicionais, há um decréscimo da sua posição relativa quando se passa

de uma situação potencial (possibilidade de um problema ou conflito), para a efectividade do recurso a uma entidade (entidade a que efectivamente recorreram). É uma diferença que tem maior expressão nos conflitos ligados aos roubos e às dívidas e, sobretudo, nos problemas ligados à economia. Nestes, é mesmo o Estado que sobressai na opção das famílias que quiseram resolver uma questão. Merecem também referência os problemas ligados à associação, em que uma grande parte dos inquiridos, tanto potencial como efectivamente, confia na própria associação para os resolver. Os resultados relativos à economia e à associação indiciam, no que se refere às questões decorrentes do acesso a meios de produção e de articulação com o mercado, que muitas famílias têm a percepção de que o Estado — nomeadamente através do Município ou da Estação de Desenvolvimento Agrário — e a associação, têm maior capacidade do que as autoridades tradicionais.

Quadro 15 – Conflitos. Entidade a que se recorre/recorreu

Conflito	Percentagem do número de inquiridos que afirmou recorrer, em primeiro lugar, à autoridade tradicional se pretender resolver um conflito	Inquiridos que já recorreram a uma entidade para resolver um conflito		
		número de inquiridos	percentagem de inquiridos em relação ao número total de inquiridos	percentagem de inquiridos que recorreram à autoridade tradicional em relação ao número total dos que recorreram
Roubo	93	13	7	69
Dano ⁽¹⁾	96	9	5	78
Dívidas	89	19	11	53
Com terras	94	19	11	89

(1) Conflito que causou prejuízos.

A análise da diferenciação entre as classes de rendimento (ver anexo) permite uma segunda conclusão: nas variáveis em que se reuniram as condições que permitiram a análise, excepto num caso, não há diferenças significativas entre as famílias das três classes de rendimento, tanto quando efectivamente recorreram (número dos que recorreram), como quando indicam a entidade a que tencionam recorrer.

Quadro 16 – Resolução de problemas. Entidade a que se recorre/recorreu

Problema	Entidade a que recorre se pretender resolver o problema (% do número de inquiridos)			Entidade a que recorreu quando pretendeu resolver o problema				
	Autoridade tradicional	Estado	Outras	Percentagem do número total de inquiridos que pretenderam resolver		Percentagem do número de inquiridos, segundo a entidade a que recorreram (em relação ao número dos que pretenderam resolver)		
				Nº	% do número total de inquiridos	Autoridade tradicional	Estado	Outras
Com infraestruturas	88	12	..	46	26	78	20	2
Ligados à terra, ao acesso à água e aos recursos naturais	89	8	3	37	21	84	11	5
Ligados à associação	55	4	41 ⁽¹⁾	31	17	55	16	29 ⁽²⁾
Ligados à economia	65	17	18	21	12	28	48	24

(1) 39% afirmaram recorrer à própria associação.

(2) Estes 29% correspondem aos que recorreram junto da própria associação.

A exceção a que se aludiu refere-se à entidade a que se recorre nos possíveis problemas ligados à terra e ao acesso à água e outros recursos naturais. Nestes, verificam-se diferenças significativas nas classes de maior rendimento (> 2,15 USD) e na intermédia (>1,08 a ≤ 2,15 USD). A primeira apresenta um desvio negativo na opção pelas autoridades tradicionais e positivo na indicação de outras entidades. Na classe intermédia os resultados são os inversos. De qualquer modo, convém, notar que mesmo na classe de maior rendimento (≥ 2,15 USD) a maioria dos inquiridos (24 em 33) recorre às autoridades tradicionais. O resultado antes indicado decorre de ser significativa a diferença entre o valor esperado, que se verificaria se a distribuição fosse proporcional ao número total dos que escolheram outras entidades, e o valor observado, ou seja, o número de inquiridos que efectivamente assumiu aquela opção.

Apesar das exceções mencionadas, parece poder concluir-se que a posição das autoridades tradicionais se sobrepõe à diferenciação entre classes de rendimento. Este lugar central na vida das aldeias constata-se

ainda no controlo directo, ou por intermédio de familiares, que, em geral, têm sobre as instituições locais, seja a associação — como se constatou nas aldeias onde se realizaram inquéritos —, sejam outros agrupamentos. Como exemplo destes últimos, referem-se as associações constituídas em nove aldeias das comunas de Soqueco, Muquixi e Cota, com o objectivo de gerirem moinhos motorizados para moerem bombó¹²². A distribuição dos moinhos ocorreu no âmbito de um projecto¹²³ cuja equipa, em colaboração com a população, elaborou um regulamento em que se previa a constituição de uma Comissão de Gestão do Moinho, composta por três a cinco pessoas, em que as mulheres deveriam estar em maioria. Estas comissões foram criadas e nalguns casos ficaram desde logo muito ligadas ao soba, ao integrarem elementos da sua família. Nos outros casos, em poucos meses, quer por substituição de pessoas, quer por interferência directa do soba, a influência deste foi-se tornando preponderante.

As autoridades tradicionais asseguram funções marcantes na concretização das expectativas das populações, na gestão da utilização de recursos e nos quadros da sociabilidade. Nestes, reforçam também, com frequência, a sua posição através de dádivas, ainda que apenas simbólicas. Das 179 famílias inquiridas, 80 declararam ter recebido dádivas do soba. A par destas dimensões, o que torna incontornáveis as autoridades tradicionais é o seu “lugar de charneira”¹²⁴ entre o Estado e as comunidades rurais. O Estado fideliza aquelas autoridades através do pagamento de um salário bastante elevado (como antes se notou) e os regedores e os sobas retribuem mantendo as comunidades obedientes às *vontades* do poder, nomeadamente nos momentos eleitorais.

A situação actual é herdeira do que ocorreu nas últimas décadas, mesmo ainda no período colonial. Carvalho, a propósito dos Kuvale do Sul de Angola, põe a situação com nitidez, através do longo percurso de um soba. No período colonial, “a sua obrigação era garantir o pagamento de impostos e o recrutamento de pessoal para reparar as estradas”. No tempo dos *comités*, “competia-lhe reunir o povo para prevenir o uso inadequado das armas de fogo e falar do marxismo-leninismo”. “Agora é reunir o povo, outra vez, e falar. (...) De democracia, então não é isso que *MPLA* está a mandar?”¹²⁵.

As *vontades* do poder que o soba deve assegurar situam-se na relação das comunidades com o exterior, em particular com o Estado. Para além deste âmbito, prevalece a autonomia das dinâmicas e das sociabilidades em cada aldeia. As autoridades tradicionais são o cerne desta submissão/dissociação da sociedade rural em relação ao Estado.

CONCLUSÃO

As famílias das terras de mandioca trabalham nas lavras, tiveram um percurso muito atribulado nas últimas décadas, são uma população jovem e largamente analfabeta. Na sua grande maioria são pobres.

São também camponeses. Os sistemas produtivos estão muito dependentes da natureza, dado que quase não utilizam meios de produção que lhes permitam ganhar mais liberdade no manuseio da terra, da água e de outros recursos naturais. As comunidades rurais são relativamente autónomas em relação à sociedade englobante e têm nas autoridades tradicionais os seus mediadores com o exterior. A população tem um grande enraizamento local, como o evidencia o local de nascimento dos membros da família. São economias familiares onde o autoconsumo tem um peso muito relevante. A superstição e a magia povoam o universo das aldeias.

Ao longo do texto, analisaram-se algumas das características da economia e das condições de vida das famílias. Agora conclui-se com notas dedicadas a quatro aspectos: relação com o mercado; tecnologia; terra e comunidade rural.

As famílias estão inseridas no mercado, tanto ao nível da produção como do consumo das famílias. As suas actividades não podem classificar-se como agricultura de subsistência, entendida esta como a que se destina ao autoconsumo e em que a relação com o mercado é meramente supletiva para os objectivos primordiais da família¹²⁶. A questão não é, portanto, articular os camponeses com o mercado¹²⁷, pois já estão, de facto, inseridos. Não é, pois, necessária qualquer estratégia para desbloquear a relação das famílias com os mercados. Estes é que não existem — como o mercado de trabalho rural — ou funcionam de modo a excluir a população camponesa, como antes se notou a propósito das condições de venda e de comercialização.

Sobre o tema da relação com o mercado, é sempre útil recordar que os países desenvolvidos, em particular o núcleo dos que fundaram a actual União Europeia, quando quiseram modernizar as suas agriculturas, aplicaram uma política agrícola que assegurava aos agricultores o escoamento da produção a preços compensadores que, na época, e em geral, eram superiores aos praticados no mercado internacional. Esta política tinha, assim, uma componente de organização dos mercados e uma outra proteccionista que defendia os agricultores da concorrência estrangeira. O protecționismo foi,

de resto, a orientação genérica dos países hoje desenvolvidos nos períodos em que emergiram e se consolidaram os seus processos de crescimento económico¹²⁸.

Como se referiu ao longo do texto, o que marca a condição actual dos camponeses de Malange é a sua situação social e económica. Esta afirmação tem, no entanto, de ser confrontada com uma perspectiva hoje largamente difundida nos estudos camponeses, e formulada a partir do pressuposto de que “o modo camponês de fazer agricultura está enraizado na condição camponesa e provém dela”, ou seja, são camponeses todos os que fazem agricultura visando, entre outros aspectos, uma relação sustentável com a natureza e a “*criação de valor agregado e de emprego produtivo*”. Isto, independentemente da dimensão económica das suas unidades, das relações de poder em que se encontram inseridos e dos contextos socioculturais em que vivem¹²⁹. Independentemente também, acrescenta-se agora, dos apoios públicos, muito diferenciados de um país para outro.

É uma perspectiva que conduz a uma universalização da condição camponesa desligando-a do contexto económico e sociocultural, e das relações com o Estado. Esta universalização pretende abranger, para além de quaisquer outras diferenças, todos os que não produzem de modo competitivo para o mercado mundial. Converte, neste ponto, com a posição de uma organização como a Vía Campesina que para atingir o objectivo da soberania alimentar, considerado primordial, defende que a “identidade camponesa é política” e abrange todos os que são afectados pela globalização actual¹³⁰.

Neste âmbito, os caminhos actuais da agricultura na União Europeia, onde pesados subsídios e apoios ao rendimento das famílias permitem a persistência de explorações não competitivas, são vistos do seguinte modo: “os agricultores europeus estão alargando a *campesinidade* das suas unidades agrícolas e se reconstituindo como novos camponeses — não como “camponeses de ontem”, mas como camponeses do terceiro milénio”¹³¹.

Convém agora acrescentar que não é possível aceitar esta perspectiva, para além do seu propósito generoso, sem um profundo cepticismo¹³², nomeadamente devido à grande diferença existente entre os países desenvolvidos e os países do Sul, em particular a África subsariana. Nos primeiros, a população agrícola é uma pequena minoria que beneficia de, no plano político, ter grande visibilidade territorial e uma sólida herança histórica

de receber apoios do Estado. Estes países têm, ainda hoje, uma capacidade económica que lhes permite subvencionar generosamente as suas unidades agrícolas. Nos países do Sul, a situação é a inversa: a população agrícola tem grande expressão e não beneficia de apoios públicos substanciais e continuados. Também as condições de vida entre estes dois grupos de países, tanto no campo como nas cidades, não podem ser deixadas de lado quando se comparam as duas realidades.

Acrescente-se ainda que, num planeta largamente urbano, não basta imaginar a população alimentada por camponeses. É também necessário indicar as vias concretas desta transformação, no actual contexto social e político em que há uma dissociação, em cada um de nós, entre o cidadão e o consumidor, e as escolhas económicas deste último raramente são subordinadas às convicções cívicas do primeiro¹³³. Esta prevenção é relevante, até porque as mudanças no sistema produtivo e alimentar provocariam, seguramente, variações no abastecimento e no preço da alimentação. E, sobretudo, as soluções para os camponeses do Sul têm urgência devido à situação actual e ao modo como continuam esmagados pelos mercados. Esta urgência não se coaduna com uma perspectiva de longo prazo. É necessário encontrar soluções, ainda que parciais e avulsas, que permitam aos camponeses do Sul outras condições de vida e de relação com os mercados.

Nos pontos anteriores, a propósito da tecnologia e dos meios de produção, fizeram-se algumas constatações que agora se retomam. A primeira, foi sobre a base tecnológica da grande maioria dos camponeses de Malange: uma enxada e meia catana ou meio machado. É, obviamente, um panorama que convém alterar, favorecendo uma maior intensificação da produção e um maior domínio sobre as dificuldades do meio natural.

A segunda constatação foi sobre a expectativa — e a possibilidade — de as famílias alargarem as suas áreas de cultivo. Para o conseguir, a maior parte dos inquiridos, dada a sua história e os seus *saberes*, preferiria recorrer ao trabalho de um tractor (com o apoio do Estado ou por aluguer). Este aumento das áreas obrigaria, como também se notou, a um ajustamento dos sistemas de produção, até porque o trabalho familiar é um factor fixo em cada fase da vida do agregado doméstico.

A terceira constatação foi sobre a economia dos pobres — situação da maior parte das famílias — e os investimentos produtivos. Os efeitos favoráveis destes aparecem-lhes demasiado distantes e obrigam ainda, pelo dispêndio que acarretam, a agravar as condições em que vivem o

quotidiano. Além de que, os pobres têm menos capacidade de correr riscos, dada a fragilidade das suas economias.

Referiu-se, ainda, que a política actual do Estado para os sistemas produtivos camponeses se limita a generalidades e, mesmo estas, centradas sobretudo na via (metodologia) para intervir, sem propostas concretas para cada situação. Este posicionamento é o maior obstáculo para procurar alterar o panorama da tecnologia camponesa, dado o lugar central que cabe ao Estado neste domínio. De facto, uma lição consensual a tirar dos países que fortaleceram as suas agriculturas foi a acção determinante dos poderes públicos.

A definição das medidas a tomar pelo Estado, e a sua concretização, só terão êxito se forem ao encontro das expectativas dos camponeses, e se se adequarem aos seus *saberes*, critérios económicos, modelos de trabalho familiar e valores socioculturais¹³⁴. Paralelamente a estas precauções, as medidas propostas e a executar têm de considerar o contexto em que são aplicadas. Por exemplo, o recurso ao tractor parece possível e seria útil. No entanto, para que seja concretizável, é necessário assegurar todo o enquadramento técnico que este exige: operadores qualificados; disponibilidade de combustível; peças de substituição; capacidade técnica para fazer as reparações e para assegurar a manutenção.

Para além das considerações anteriores, têm de se definir, em concreto, as medidas que permitam aumentar a produção e adaptar os sistemas produtivos. Não faltam sugestões e propostas¹³⁵ que, enraizando na realidade camponesa, visam promover agriculturas camponesas ecologicamente intensivas. No entanto, estas propostas, para serem concretizadas, exigem que ao nível de cada região estejam reunidas várias condições: um adequado reconhecimento dos recursos naturais e das condições de produção; *ouvir* as populações e, com elas, encontrar as soluções a aplicar; definir e operacionalizar políticas públicas que favoreçam a aplicação das propostas; dispor de instituições e de um aparelho de enquadramento técnico com capacidade para aplicar as medidas de política.

Relativamente à terra, destacam-se três aspectos. O primeiro é o declínio da itinerância e a estabilização das parcelas utilizadas pelas famílias. A esta mudança associou-se a apropriação individual da terra, reconhecida pela comunidade, transmissível por herança, mas que não confere nenhuma outra prerrogativa — vender, ceder, arrendar — que contrarie a gestão e os direitos da comunidade. A persistência dos direitos tradicionais, reconhecida no quadro jurídico vigente, assenta ainda na coesão da comunidade, de que

a terra é expressão territorial e identitária.

O segundo ponto é sobre o cerco fundiário às unidades camponesas que vem já do período colonial e que se tem alargado no Planalto de Malange, com a demarcação de novas áreas que se adicionam às antigas fazendas coloniais, agora nas mãos da elite angolana. Este cerco pode vir a comprometer a possibilidade das famílias camponesas aumentarem as suas áreas de cultivo e legitima-se no pressuposto de que ainda há muita terra livre. É também, como antes se observou, um pressuposto falso, dado que na avaliação da disponibilidade de terra, não basta medir hectares, é também necessário considerar as características de cada parcela (distância à aldeia, proximidade de vias de comunicação, qualidade do solo, orografia) que podem condicionar a produção.

Regista-se, ainda, que só é cultivada uma parte muito diminuta das áreas distribuídas e/ou concessionadas a agentes privados. O mercado de trabalho rural é, assim, quase inexistente, enquanto a elite angolana mantém expectante a terra que, em geral, obteve sem quaisquer encargos.

Nas comunidades rurais verifica-se uma diferenciação entre as famílias, que não decorre apenas das fases do ciclo de vida em que estas se encontram, mas se associa também a aspectos estruturais. Esta situação tem de ser considerada nas intervenções públicas, que devem incluir, quando for caso disso, medidas específicas destinadas aos mais deserdados.

Paralelamente, a articulação das comunidades com o Estado, tal como se configura, torna difícil uma participação autónoma das populações no processo democrático e na afirmação dos seus interesses na esfera pública. A mediação das autoridades tradicionais, exercida no sentido de favorecer as *vontades* do poder, contribui também para travar o *emergir da voz* das populações.

Neste contexto, a reacção da população à situação em que se encontra tem sido a deslocação para as periferias das cidades. É uma resposta silenciosa e sem grande esperança, mas é também a única saída que muitos camponeses encontram para fugir da pobreza extrema do mundo das aldeias.

ANEXO

DIFERENCIAÇÃO DAS CLASSES DE RENDIMENTO POR PESSOA/DIA

1. Metodologia

O teste do qui-quadrado, aplicado a tabelas de contingência é um método não paramétrico para testar hipóteses de independência entre duas variáveis ou de homogeneidade de várias populações em relação a uma determinada característica (cf., por exemplo, Carlson e Thorne, 1997 ou Daniel, 1995). Na prática, e neste caso, a rejeição da hipótese nula significa que para cada variável existem diferenças assinaláveis entre pelo menos duas das classes de rendimento definidas.

Para cada característica analisada, esta estatística é, de certa forma, uma medida do afastamento entre a situação observada e uma situação hipotética em que as classes fossem iguais entre si no que diz respeito a essa característica. No caso de se rejeitar a hipótese de homogeneidade das classes de rendimento, o teste do qui-quadrado com mais de um grau de liberdade não permite, no entanto, concluir sobre quais as classes em que a variável assume, de facto, diferenças significativas em relação ao valor esperado (os resíduos). Com o objectivo de identificar estes valores recorreu-se à análise dos resíduos através do cálculo dos resíduos ajustados ou padrão (*adjusted residuals* ou *standard residuals*) segundo a fórmula apresentada por Siegel e Castellan (1988). Para grandes amostras, a distribuição dos resíduos ajustados ou padrão aproxima-se da distribuição normal.

No caso das variáveis utilizadas para descrição e caracterização dos escalões de rendimento e para os testes de qui-quadrado fixou-se um nível de significância de 1% e seguiram-se as recomendações de Cochran (1954) relativas às baixas frequências em tabelas de contingência.

Para a análise de resíduos fixou-se um nível de significância de 2%

(correspondendo a $x=2,326$, bilateral). Nalguns casos, houve a necessidade de aumentar este valor, aceitando diferenças ligeiramente menos significativas (5%, com $x = 1,960$), mas ainda assim consideradas interessantes para a discussão e caracterização das classes feita com base na análise estatística descrita. Nos quadros assinalam-se apenas as situações em que a um nível de significância de 2% ou de 5%, os valores observados se afastam significativamente dos valores esperados. No caso da significância a 2% utiliza-se o sinal + quando o afastamento é por excesso e o sinal – quando é por defeito. Para o nível de significância de 5%, as duas situações antes referidas são apresentadas, respectivamente, como (+) e (–). A não existência destes sinais significa que o teste do qui-quadrado não foi conclusivo quanto à existência de diferenças entre os valores observados e os valores esperados¹³⁶.

2. Análise efectuada e resultados obtidos

A análise da diferenciação das classes de rendimento organizou-se associando as variáveis definidas a características das famílias inquiridas. Para cada variável indicam-se os atributos ou intervalos considerados para que se pudesse aplicar o teste do qui-quadrado. Para as variáveis em que se pode rejeitar a hipótese nula, ou seja, em que existem diferenças assinaláveis entre pelo menos duas das classes de rendimento definidas, explicitam-se ainda as classes em que a variável assume, de facto, diferenças significativas em relação ao valor esperado.

2.1. Características da família e ciclo de vida

2.1.1 Dimensão da família

- (i) Dimensão da família, número de elementos da família (1; 2 e 3; 4 e 5; ≥ 6)

2.1.2 Capacidade de trabalho da família

- (ii) Número de elementos activos da família (1; 2 e 3; ≥ 4)

2.1.3 Características do chefe de família

- (iii) Sexo do chefe de família (masculino; feminino)
(iv) Escolaridade do chefe de família (alfabetizado; analfabeto)
(v) Idade do chefe de família (≤ 34 anos; ≥ 35 a ≤ 54 ; ≥ 55)
(vi) Local de nascimento do chefe de família (aldeia; comuna; outro)

2.1.4 Presença e lugar das mulheres na família

(iii) Sexo do chefe de família (masculino; feminino)

(vii) Número de mulheres com 15 ou mais anos (≤ 1 ; ≥ 2)

(viii) Percentagem do número de mulheres com 15 ou mais anos em relação ao número de pessoas da família com 15 ou mais anos ($< 50\%$; ≥ 50 a $\leq 75\%$; 100%)

2.1.5 Ciclo de vida

(ix) Relação entre o número total de elementos da família e o número de activos ($< 1,5$; $\geq 1,5$ a < 2 ; ≥ 2)

2.1.6 Resultados

As análises efectuadas apenas encontraram diferenças significativas entre as classes de rendimento na dimensão da família e na variável que se associou ao ciclo de vida.

Quadro A.1 – Dimensão da família, número de elementos

Classes de dimensão da família, número de elementos	Classes de rendimento por pessoa/dia (USD)			Número de inquiridos
	$\leq 1,08$	$> 1,08$ a $\leq 2,15$	$> 2,15$	
1	–		+	24
2 e 3				53
4 e 5	+	(–)		50
≥ 6				52
Número de inquiridos	88	58	33	

Quadro A.2 – Relação entre o número de elementos da família e o número de activos

Relação entre o número de elementos da família e o número de activos	Classes de rendimento por pessoa/dia (USD)			Número de inquiridos
	$\leq 1,08$	$> 1,08$ a $\leq 2,15$	$> 2,15$	
$< 1,5$	–		+	64
$\geq 1,5$ a < 2				35
≥ 2	(+)		(–)	80
Número de inquiridos	88	58	33	

2.2. Actividades da família

2.2.1 Produto das actividades da família

- (i) Produto total das actividades da família, em USD (≤ 1.000 ; > 1.000 a ≤ 1.500 ; > 1.500)
- (ii) Produto da mandioca, em USD (≤ 500 ; > 500 a ≤ 1.000 ; > 1.000)
- (iii) Produção de mandioca expressa em quilogramas de bombó (≤ 500 ; > 500 a ≤ 1.000 ; > 1.000 a ≤ 1.500 ; > 1.500 a ≤ 2.000 ; > 2.000)
- (iv) Produto das actividades da família sem a mandioca, em USD (≤ 50 ; > 50 a ≤ 250 ; > 250)
- (v) Produto das actividades não agrícolas da família, em USD (≤ 50 ; > 50 a ≤ 750 ; > 750)

2.2.2 Tecnologia e meios de produção

- (vi) Despesa com meios de produção, em USD (0; > 0 a ≤ 10 ; > 10 a ≤ 30 ; > 30)
- (vii) Despesa com actividades da família, em USD (0; > 0 a ≤ 15 ; > 15 a ≤ 60 ; > 60)
- (viii) Propriedade de machado(s) (tem; não tem)
- (ix) Propriedade de catana(s) (tem; não tem)
- (x) Propriedade de lima(s) (tem; não tem)
- (xi) Propriedade de pilão(ões) (tem; não tem)
- (xii) Propriedade de peneira(s) (tem; não tem)
- (xiii) Utilização de sementes de amendoim adquiridas e/ou recebidas do Estado (adquiriu e/ou recebeu; não adquiriu, nem recebeu)
- (xiv) Utilização de sementes de batata adquiridas e/ou recebidas do Estado (adquiriu e/ou recebeu; não adquiriu, nem recebeu)
- (xv) Utilização de sementes de milho adquiridas e/ou recebidas do Estado (adquiriu e/ou recebeu; não adquiriu, nem recebeu)
- (xvi) Utilização de sementes de feijão-ervilha adquiridas e/ou recebidas do Estado (adquiriu e/ou recebeu; não adquiriu, nem recebeu)
- (xvii) Utilização de sementes de feijão-macunde adquiridas e/ou recebidas do Estado (adquiriu e/ou recebeu; não adquiriu, nem recebeu)
- (xviii) Utilização de sementes de feijão-catarino adquiridas e/ou recebidas do Estado (adquiriu e/ou recebeu; não adquiriu, nem recebeu)

2.2.3 Recurso a trabalho assalariado

- (xix) Despesa com salários, em USD (≤ 10 ; > 10 a ≤ 50 ; > 50)

2.2.4 Comercialização

(xx) Preço de venda da mandioca bombó (acima do preço médio; abaixo do preço médio)

2.2.5 Autoconsumo e vendas

(xxi) Total das vendas, em USD (≤ 250 ; > 250 a ≤ 1.000 ; > 1.000)

(xxii) Total do autoconsumo, em USD (≤ 500 ; > 500 a ≤ 1.000 ; > 1.000)

(xxiii) Percentagem do total das vendas em relação ao produto total das actividades da família (≤ 25 ; > 25 a ≤ 50 ; > 50)

(xxiv) Percentagem do total do autoconsumo em relação ao produto total das actividades da família (≤ 25 ; > 25 a ≤ 50 ; > 50)

2.2.6 Produtividade

(xxv) Produto total das actividades da família por activo, em USD (< 500 ; ≥ 500 a < 1.000 ; ≥ 1.000)

2.2.7 Resultados

Apresentam-se, de seguida, para as variáveis (i, ii, iii, iv, xx, xxi, xxii, xxv) em que existem diferenças assinaláveis entre pelo menos duas das classes de rendimento, quadros em que se assinalam as classes em que a variável assume diferenças significativas.

Quadro A.3 – Produto total das actividades da família. Produto da mandioca.

Produto das actividades agrícolas da família sem a mandioca

Produto	Classes de produto (USD)	Classes de rendimento por pessoa/dia (USD)			Número de inquiridos
		$\leq 1,08$	$> 1,08$ a $\leq 2,15$	$> 2,15$	
Produto total das actividades da família	≤ 1.000	+	-	-	74
	> 1.000 a ≤ 1.500				46
	> 1.500	-	+	+	59
Produto da mandioca	≤ 500	+		(-)	50
	> 500 a ≤ 1.000	+			62
	> 1.000	-	+	+	67
Produto das actividades agrícolas sem a mandioca	≤ 50	(+)			57
	> 50 a ≤ 250				79
	> 250	-		+	43
Número de inquiridos		88	58	33	

O Destino Camponês

Quadro A.4 – Produção de mandioca expressa em quilogramas de bombó

Produção de mandioca (classes de produção em kg)	Classes de rendimento por pessoa/dia (USD)			Número de inquiridos
	≤ 1,08	> 1,08 a ≤ 2,15	> 2,15	
≤ 500				23
> 500 a ≤ 1.000				40
> 1.000 a ≤ 1.500	(+)			44
> 1.500 a ≤ 2.000				28
> 2.000	-		+	44
Número de inquiridos	88	58	33	

Quadro A.5 – Preço de venda da mandioca bombó^(*)

Produto	Preço	Classes de rendimento por pessoa/dia (USD)			Número de inquiridos
		≤ 1,08	> 1,08 a ≤ 2,15	> 2,15	
Mandioca bombó	menor que o preço médio de venda	+		-	123
	maior que o preço médio de venda	-		+	31
Número de inquiridos		76	49	29	

(*) Apenas se consideraram na análise os inquiridos que venderam mandioca bombó.

Quadro A.6 – Total das vendas e total do autoconsumo

	Classes de vendas/ autoconsumo (USD)	Classes de rendimento por pessoa/dia (USD)			Número de inquiridos
		≤ 1,08	> 1,08 a ≤ 2,15	> 2,15	
Vendas	≤ 250	+		(-)	73
	> 250 a ≤ 1.000				76
	> 1.000	-		+	30
Autoconsumo	≤ 500 USD	+			73
	> 500 a ≤ 1.000				62
	> 1.000	-	(+)	+	44
Número de inquiridos		88	58	33	

Quadro A.7 – Produto total das actividades da família por activo

Produto total das actividades da família por activo (USD)	Classes de rendimento por pessoa/dia (USD)			Número de inquiridos
	≤ 1,08	> 1,08 a ≤ 2,15	> 2,15	
< 500	+	-	-	86
≥ 500 a < 1.000	-	+	-	54
≥ 1.000	-	-	+	39
Número de inquiridos	88	58	33	

2.3. Terra. Comunas do Cota e de Quirima

2.3.1 Variáveis analisadas

- (i) Área total da exploração agrícola, em ha ($\leq 0,75$; $> 0,75$ a $\leq 2,5$; $> 2,5$)
- (ii) Área estabilizada da exploração agrícola, em ha (0 ; > 0 a $\leq 0,75$; $> 0,75$ a $\leq 2,5$; $> 2,5$)
- (iii) Área não estabilizada da exploração agrícola, em ha (0 ; > 0 a $\leq 0,25$; $> 0,25$)
- (iv) Área herdada, em ha (0 ; > 0 a $\leq 1,75$; $> 1,75$)
- (v) Área em cultura, em ha ($< 0,25$; $\geq 0,25$ a $< 0,50$; $\geq 0,50$)
- (vi) Área em pousio, em ha (0 ; > 0 a $\leq 1,75$; $> 1,75$)
- (vii) Tempo médio gasto por cada família para chegar a uma parcela, em horas ($\leq 0,5$; $> 0,5$ a $\leq 1,0$; $> 1,0$)

Para a análise de cada variável consideraram-se três conjuntos de classes de rendimento (em USD): ($\leq 1,08$, $> 1,08$ a $\leq 2,15$, $> 2,15$); ($\leq 1,08$ e $> 1,08$); ($\leq 2,15$ e $> 2,15$).

2.3.2 Resultados

As análises efectuadas apenas encontraram diferenças significativas, no conjunto de classes de rendimento $\leq 2,15$ USD e $> 2,15$ USD, nas variáveis área estabilizada, área não estabilizada, área herdada e área em cultura.

Quadro A.8 – Áreas estabilizada, não estabilizada, herdada e em cultura.
Comunas do Cota e de Quirima

Área		Classes de rendimento por pessoa/dia (USD)		Número de inquiridos
Tipo	Classes de dimensão (ha)	≤ 2,15	> 2,15	
Estabilizada	0	+	-	24
	> 0 a ≤ 1,75			30
	> 1,75	-	+	26
Não estabilizada	0	-	+	19
	> 0 a ≤ 0,25			38
	> 0,25	+	-	23
Herdada	0	+	-	25
	> 0 a ≤ 1,75			29
	> 1,75	-	+	26
Em cultura	< 0,25			27
	≥ 0,25 a < 0,50			28
	≥ 0,50	-	+	25
Número de inquiridos		62	18	

2.4. Salários recebidos pela família

2.4.1 Variáveis analisadas

- (i) Salários de *função* e/ou de profissões especializadas recebidos pela família (recebeu; não recebeu)
- (ii) Salários de trabalho indiferenciado recebidos pela família (recebeu; não recebeu).

2.4.2 Resultados

Apenas se encontraram diferenças significativas para a variável (i).

Quadro A.9 – Salários de *função* e/ou de profissões especializadas recebidos pela família

Salários de <i>função</i> e/ou de profissões especializadas	Classes de rendimento por pessoa/dia (USD)			Número de inquiridos
	≤ 1,08	> 1,08 a ≤ 2,15	> 2,15	
Recebeu	-		+	19
Não recebeu	+		-	160
Número de inquiridos	88	58	33	

2.5. Rendimento

2.5.1 Variáveis analisadas

- (i) Rendimento monetário médio por pessoa / dia, em USD ($\leq 0,1$; $> 0,1$ a $\leq 0,25$; $> 0,25$ a $\leq 0,50$; $> 0,50$ a $\leq 1,0$; > 1)
- (ii) Rendimento em natureza médio por pessoa / dia, em USD ($\leq 0,3$; $> 0,3$ a $\leq 0,5$; $> 0,5$ a $\leq 1,0$; $> 1,0$)

2.5.2 Resultados

Encontraram-se diferenças significativas nas duas variáveis.

Quadro A.10 – Rendimento por pessoa/dia, em dinheiro e em natureza

Rendimento por pessoa/dia		Classes de rendimento por pessoa/dia (USD)			Número de inquiridos
Tipo	Classes de rendimento (USD)	$\leq 1,08$	$> 1,08$ a $\leq 2,15$	$> 2,15$	
monetário	$\leq 0,1$	+	(-)	(-)	30
	$> 0,1$ a $\leq 0,25$	+	-		38
	$> 0,25$ a $\leq 0,50$			-	51
	$> 0,50$ a $\leq 1,0$	-	+		28
	$> 1,0$	-		+	32
em natureza	$\leq 0,30$	+	-		38
	$> 0,30$ a $\leq 0,50$	(+)		(-)	49
	$> 0,50$ a $\leq 1,0$			-	49
	$> 1,0$	-	(+)	+	43
Número de inquiridos		88	58	33	

2.6. Poupança em dinheiro. Comunas do Cota e de Quirima

2.6.1 Variáveis analisadas

- (i) Poupança em dinheiro por pessoa/dia, em USD (< 0 ; ≥ 0 a $\leq 0,5$; $> 0,5$)
- (ii) Poupança em dinheiro por família/ano, em USD (< 0 ; ≥ 0 a ≤ 500 ; > 500)

2.6.2 Resultados

Encontraram-se diferenças significativas nas duas variáveis.

Quadro A.11 – Poupança em dinheiro. Comunas do Cota e de Quirima

Poupança em dinheiro	Classes de poupança (USD)	Classes de rendimento por pessoa/dia (USD)			Número de inquiridos
		≤ 1,08	> 1,08 a ≤ 2,15	> 2,15	
por pessoa/dia	< 0	+	(-)	-	24
	≥ 0 a ≤ 0,5				39
	> 0,5	-		+	17
por família/ano	< 0	+	(-)	-	25
	≥ 0 a ≤ 500				28
	> 500	-		+	27
Número de inquiridos		36	26	18	

2.7. Consumo. Comunas do Cota e de Quirima

2.7.1 Consumo total (por pessoa/dia)

- (i) Consumo total, em USD ($\leq 0,75$; $> 0,75$ a $\leq 1,50$; $> 1,50$)
- (ii) Consumo em dinheiro, em USD ($\leq 0,25$; $> 0,25$ a $\leq 0,50$; $> 0,50$)
- (iii) Percentagem do consumo em dinheiro em relação ao consumo total (≤ 25 ; > 25 a ≤ 40 ; > 40)
- (iv) Consumo em natureza, em USD ($\leq 0,50$; $> 0,50$ a $\leq 1,0$; $> 1,0$).
- (v) Percentagem do consumo em natureza em relação ao consumo total (≤ 55 ; > 55 a ≤ 75 ; > 75)

2.7.2 Parcelas do consumo total (por pessoa/dia)

- (vi) Autoconsumo, em USD ($\leq 0,5$; $> 0,5$)
- (vii) Percentagem do autoconsumo em relação ao consumo total (< 50 ; ≥ 50 a < 65 ; ≥ 65)
- (viii) Despesa total, em USD ($\leq 0,25$; $> 0,25$ a $\leq 0,5$; $> 0,5$)
- (ix) Percentagem da despesa total em relação ao consumo total (≤ 30 ; > 30 a ≤ 45 ; > 45).
- (x) Despesa em dinheiro, em USD ($< 0,25$; $\geq 0,25$ a $< 0,50$; $\geq 0,5$)
- (xi) Percentagem da despesa em dinheiro em relação ao consumo total (≤ 25 ; > 25 a ≤ 45 ; > 45)
- (xii) Despesa em natureza, em USD (0 ; > 0 a $< 0,1$; $\geq 0,1$)
- (xiii) Percentagem da despesa em natureza em relação ao consumo total (0 ; > 0 a ≤ 10 ; > 10)

2.7.3 Parcelas da despesa total (por pessoa/dia, em USD)

- (xiv) Alimentação total ($\leq 0,10$; $> 0,10$ a $\leq 0,20$; $> 0,2$)
- (xv) Alimentação em dinheiro ($< 0,10$; $\geq 0,10$ a $< 0,15$; $\geq 0,15$)
- (xvi) Alimentação em natureza (0; > 0)
- (xvii) Vestuário e calçado total ($< 0,07$; $\geq 0,07$)
- (xviii) Vestuário e calçado em dinheiro ($< 0,07$; $\geq 0,07$)
- (ix) Vestuário e calçado em natureza (0; > 0)
- (xx) Equipamentos para a casa total (0; > 0 a $< 0,05$; $\geq 0,05$)
- (xxi) Equipamentos para a casa em dinheiro (0; > 0 a $< 0,05$; $\geq 0,05$)
- (xxii) Equipamentos para a casa em natureza (0; > 0)
- (xxiii) Cuidados de saúde total (0; > 0)
- (xxiv) Cuidados de saúde em dinheiro (0; > 0)
- (xxv) Cuidados de saúde em natureza (0; > 0)
- (xxvi) Higiene total ($< 0,05$; $\geq 0,05$)
- (xxvii) Higiene em dinheiro ($< 0,05$; $\geq 0,05$)
- (xxviii) Energia doméstica total ($< 0,025$; $\geq 0,025$)
- (xxix) Energia doméstica em dinheiro ($< 0,025$; $\geq 0,025$)
- (xxx) Escola total (0; > 0 a $\leq 0,005$; $> 0,005$)
- (xxxi) Escola em dinheiro (0; > 0 a $\leq 0,005$; $> 0,005$)
- (xxxii) Pagamento de transportes total (0; $> 0,005$)
- (xxxiii) Pagamento de transportes em dinheiro (0; $> 0,005$)

2.7.4 Resultados

As variáveis para as quais se encontraram diferenças significativas entre as classes de rendimento estão presentes nos quadros A.12 a A.15. Em todas as outras não há diferenças significativas.

Houve ainda casos em que não se reuniram as condições para aplicar o método de análise com validade: dádivas da família; higiene, despesas em natureza; energia doméstica, despesas em natureza; escola, despesas em natureza; bicicletas e motorizadas, total; bicicletas e motorizadas, despesas em dinheiro; bicicletas e motorizadas, despesas em natureza. No pagamento de transportes não houve inquiridos com despesas em natureza.

O Destino Camponês

Quadro A.12 – Consumo por pessoa/dia. Total, em dinheiro e em natureza.
Comunas do Cota e de Quirima

Consumo total	Classes de consumo (USD)	Classes de rendimento por pessoa/dia (USD)			Número de inquiridos
		≤ 1,08	> 1,08 a ≤ 2,15	> 2,15	
Total	≤ 0,75	+		-	30
	> 0,75 a ≤ 1,50				30
	> 1,50	-		+	20
Em dinheiro	≤ 0,25	+		-	39
	> 0,25 a ≤ 0,50		+		24
	> 0,50	-	(-)	+	17
Em natureza	≤ 0,50	+		(-)	36
	> 0,50 a ≤ 1,0			-	23
	> 1,0	-		+	21
Número de inquiridos		36	26	18	

Quadro A.13 – Parcelas do consumo total da família. Autoconsumo, despesa total e despesa em dinheiro.
Comunas do Cota e de Quirima

Parcela	Classes de valor (USD)	Classes de rendimento por pessoa/dia (USD)			Número de inquiridos
		≤ 1,08	> 1,08 a ≤ 2,15	> 2,15	
Autoconsumo	≤ 0,5	+		-	44
	> 0,5	-		+	36
Despesa total	≤ 0,25	+	-	-	24
	> 0,25 a ≤ 0,50		+	(-)	33
	> 0,50	-		+	23
Despesa em dinheiro	< 0,25	+		-	32
	≥ 0,25 a < 0,5			-	30
	≥ 0,5	-		+	18
Número de inquiridos		36	26	18	

Quadro A.14 – Parcelas do consumo total por pessoa/dia.
Comunas do Cota e de Quirima

Parcela	Classes de despesa (USD)	Classes de rendimento por pessoa/dia (USD)			Número de inquiridos
		≤ 1,08	> 1,08 a ≤ 2,15	> 2,15	
Alimentação	≤ 0,1	+		-	20
	> 0,1 a ≤ 0,2			-	34
	> 0,2	-		+	26
Vestuário e calçado	< 0,07	+		-	44
	≥ 0,07	-		+	36
Higiene	< 0,05	(+)		-	50
	≥ 0,05	(-)		+	30
Energia doméstica	< 0,025	+		-	57
	≥ 0,025	-		+	23
Número de inquiridos		36	26	18	

Quadro A.15 – Parcelas da despesa em dinheiro por pessoa/dia.
Comunas do Cota e de Quirima

Parcela	Classes de despesa (USD)	Classes de rendimento por pessoa/dia (USD)			Número de inquiridos
		≤ 1,08	> 1,08 a ≤ 2,15	> 2,15	
Alimentação	≤ 0,1			-	35
	≥ 0,1 a < 0,15				19
	≥ 0,15	-		+	26
Vestuário e calçado	< 0,07	+		-	54
	≥ 0,07	-		+	26
Higiene	< 0,05	(+)		-	52
	≥ 0,05	(-)		+	28
Energia doméstica	< 0,025	+		-	61
	≥ 0,025	-		+	19
Número de inquiridos		36	26	18	

2.8. Condições de vida

2.8.1 Variáveis analisadas

- (i) A mulher é a principal responsável por apanhar lenha para a família (sim; não)
- (ii) A mulher é a principal responsável pelo abastecimento de água para a família (sim; não)

2.8.2 Resultados

Nas variáveis não se encontraram diferenças significativas. Em outras duas variáveis não se reuniram as condições para aplicar o método de análise com validade: o candeeiro é a principal fonte de iluminação da casa; a lenha é o principal combustível utilizado pela família para cozinhar.

2.9. Problemas e conflitos

2.9.1 Problemas

- (i) Problemas com infraestruturas. Entidade a que recorre se tiver um problema (autoridades tradicionais; outras)
- (ii) Problemas com infraestruturas. Alguma vez recorreu a uma entidade para resolver o problema (sim; não)
- (iii) Problemas ligados à terra. Entidade a que recorre se tiver um problema (autoridades tradicionais; outras)
- (iv) Problemas ligados à terra. Alguma vez recorreu a uma entidade para resolver o problema (sim; não)
- (v) Problemas ligados à Associação. Entidade a que recorre se tiver um problema (autoridades tradicionais; outras)
- (vi) Problemas ligados à Associação. Alguma vez recorreu a uma entidade para resolver o problema (sim; não)
- (vii) Problemas ligados à economia. Entidade a que recorre se tiver um problema (autoridades tradicionais; outras)
- (viii) Problemas ligados à economia. Alguma vez recorreu a uma entidade para resolver o problema (sim; não)

2.9.2 Conflitos

- (ix) Conflitos com dívidas. Entidade a que recorre se tiver um conflito (autoridades tradicionais; outras)
- (x) Conflitos com dívidas. Alguma vez recorreu a uma entidade para resolver um conflito (sim; não)

- (xi) Conflitos com terras. Alguma vez recorreu a uma entidade para resolver um conflito (sim; não)

2.9.3 Resultados

Só se encontraram diferenças significativas entre as classes de rendimento na variável (iii), “entidade” a que recorre se tiver problemas ligados à terra”. Nas variáveis “alguma vez recorreu a uma entidade para resolver um conflito ligado a danos/roubos”, bem como nas variáveis “entidade a que recorreu para resolver um problema (infraestruturas, ligado à terra, à associação ou à economia) ou um conflito (roubos, danos, dívidas ou com terras)” não se reuniram as condições para aplicar o método de análise com validade. A mesma situação ocorreu para as variáveis “entidade a que recorre se tiver conflito ligado a roubos/danos/terras”.

Quadro A.16 – Problemas ligados à terra.
Entidade a que recorre se tiver um problema

Problemas ligados à terra. Entidade a que recorre se tiver um problema	Classes de rendimento por pessoa/dia (USD)			Número de inquiridos
	≤ 1,08	> 1,08 a ≤ 2,15	> 2,15	
Autoridades tradicionais		(+)	–	159
Outras		(–)	+	20
Número de inquiridos	88	58	33	



PERSPECTIVAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO RURAL

O desenvolvimento rural é geralmente associado a três grandes objectivos: proporcionar boas condições de vida e de trabalho às populações; dinamizar a actividade económica; garantir uma adequada gestão do espaço. São objectivos genéricos, cuja especificidade, relativamente ao rural, advém de serem formulados para espaços muito amplos, com a população repartida por lugares e povoados dispersos e com densidades populacionais muito mais baixas do que nos perímetros urbanos. Acresce ainda que, comparativamente com estes, no espaço rural são mais escassos os equipamentos e serviços sociais, e a capacidade técnica e institucional existente é mais débil. Têm também grande presença e visibilidade as actividades vocacionadas para a utilização dos recursos naturais, nomeadamente a agricultura.

As medidas formuladas para alcançar estes objectivos podem, com frequência, agrupar-se em cinco grandes temas: garantir a toda a população o acesso aos serviços básicos (saúde, educação, água, energia, telecomunicações,...); articular o espaço rural com os sistemas urbanos (rede viária, tecnologias de informação,...) de modo a facilitar o funcionamento dos mercados; promover o ordenamento e a gestão ambiental do território; apoiar as actividades económicas (agrícolas e outras), de modo a que sejam competitivas no mercado e assegurem emprego e rendimento às populações; reduzir, se possível eliminar, as situações de pobreza e, quando existam, de fome e miséria.

Estes grupos de medidas são, numa formulação esquemática e abstracta, comuns aos países desenvolvidos e aos países em desenvolvimento, ainda que, conforme as situações, tenham que ser concretizados para realidades muito diferentes e com capacidades de aplicação de políticas também muito distintas.

Nos três primeiros temas antes referidos, a diferença entre os dois

grupos de países, embora gigantesca, é sobretudo de grau dentro de uma mesma matriz de resultados a obter.

No apoio às actividades económicas nos países desenvolvidos, em que o espaço rural tem menos peso na vida económica, visa-se, principalmente, tornar as produções agrícola e florestal competitivas no mercado mundial, e constituir e fortalecer um mercado em torno de actividades territoriais (contacto com a natureza, desportos, lazer, ligadas à herança patrimonial, caça,...) para as quais há uma crescente procura urbana. Nos países em desenvolvimento, o problema é mais vasto até pelo relevo que, na maior parte dos casos, o rural tem na vida económica. Ao desenvolvimento rural cabe, assim, a definição de estratégias gerais que têm de se centrar não apenas em sectores específicos, mas que ambicionam contribuir, de modo decisivo e em larga escala, para fortalecer o desenvolvimento económico do país.

Relativamente às situações de pobreza e de fome, a diferença também é muito grande, quer qualitativa quer quantitativamente. Assim, são diferentes os padrões utilizados para definir pobreza — bem mais exigentes nos países desenvolvidos — e, nos países em desenvolvimento, é maior a parte de populações com condições de vida muito precárias. Esta é, em muitos países, a principal questão do desenvolvimento rural, que se privilegia nos pontos seguintes.

O primeiro ponto visa sublinhar que a fome e a miséria das populações não são reduzidas, ou eliminadas, por um arrastamento decorrente do bom funcionamento dos vários sectores de economia.

Analisa-se, depois, a perspectiva e o referencial mais favoráveis para inserir as populações desfavorecidas no sistema económico, social e político. Contrapõe-se, nesta apreciação, a modernização tecnológica e económica a uma via mais endógena. Este tema prolonga-se no ponto seguinte, a propósito da tecnologia agrícola.

De seguida, centrando a análise nos camponeses — onde se pode classificar a maior parte da população rural desfavorecida dos países em desenvolvimento — insiste-se na necessidade de considerar as lógicas, atitudes e comportamentos dos agentes socioeconómicos que as políticas públicas pretendem apoiar. Referem-se, ainda, os limites dos modelos de desenvolvimento hoje dominantes relativamente à fragilidade de uma grande parte da população rural.

Finalmente, antes de uma conclusão, procura-se situar o desenvolvimento rural no âmbito mais vasto da questão alimentar, e evidenciar os limites do mercado nas transformações do mundo agrícola e rural dos países em desenvolvimento.

ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO RURAL

A actual e crescente mundialização da economia tem debilitado a autonomia e a capacidade de decisão a nível nacional ou, mesmo, de grandes grupos de países. As economias nacionais correspondem agora ao conjunto de pessoas e actividades que coexistem num determinado espaço, mas cujas dinâmicas dependem mais do modo como se relacionam com o exterior, do que das decisões ou da regulação do Estado de cada país.

Esta diversidade de articulações associa-se internamente a uma progressiva fragmentação dos grupos e sectores sociais e económicos, cujas dinâmicas não interagem apenas em função do âmbito nacional mas também, ou mesmo principalmente, das respectivas ligações ao exterior.

Neste contexto, o debate sobre os temas de desenvolvimento mudou de referencial. Teses como a desconexão das economias nacionais do sistema mundial (Amin, 1986), a recusa do desenvolvimento associada à rejeição da mundialização (Latouche, 2004), ou outras similares não se ajustam agora ao quadro político e institucional existente. Em primeiro lugar, devido ao controlo que as elites têm do Estado e à forte ligação dos seus interesses económicos com o capitalismo internacional. Acresce que as divergências existentes no plano político entre governos e oposições não questionam, nem se centram no actual modelo económico e na sua articulação com a economia mundial, pois limitam-se, quase exclusivamente, a uma disputa pela conquista das instituições, e pela repartição dos benefícios conseguidos através do Estado. Sucede ainda que, com frequência, os benefícios da internacionalização da economia não se restringem aos grupos mais privilegiados. De facto, como mostrou Neto (2005) para Angola, a importação de mercadorias associa, mesmo nos produtos alimentares, os interesses de largos sectores populares, urbanos e peri-urbanos, ligados ao comércio informal, à actual articulação com a economia internacional promovida pela elite importadora. Ou seja, a economia das cidades, em particular de Luanda com a sua macrocefalia demográfica em relação ao conjunto do país, privilegia a articulação ao mercado externo em detrimento da procura de produtos alimentares das regiões agrícolas e rurais de Angola. A aliança entre o comércio informal e os grandes interesses ligados à importação contribui, assim, para dificultar o acesso da pequena agricultura ao mercado.

Actualmente, a procura, no interior de cada país, da melhoria dos resultados da economia não pode escamotear o enfraquecimento da realidade nacional e a crescente relevância da economia mundial. Assim, a elaboração de propostas

de desenvolvimento rural passa, antes do mais, pela identificação dos diversos grupos e sectores, delimitados pelas suas características (tipos de actividade e de agentes) e pelo modo como se articulam com o exterior. Passa, também, por analisar as consequências que podem advir deste quadro para a interacção entre os diferentes grupos e sectores no interior do país.

De facto, não faltam exemplos que evidenciam o desacerto, ou a não correspondência de tendências, entre tipos de agentes socioeconómicos devido às respectivas características e à relação com o exterior. Assim, na América Latina, na década passada, um ciclo de crescimento económico, em que sobressaiu o impulso vindo da agricultura exportadora, não evitou a persistência de situações de fome e de pobreza extrema em grande parte da população rural (Graziano da Silva *et al.*, 2008). Também em Moçambique, o crescimento acentuado dos anos 2003 a 2009 não levou a uma diminuição dos indicadores de pobreza, nem atenuou a profundidade desta (Cunha e Orton, 2011; Francisco e Muhorro, 2011).

O desenvolvimento rural não pode ignorar estes exemplos, e muitos outros similares, que evidenciam os limites dos sucessos da economia, nomeadamente da agricultura empresarial ou da industrialização rural, para resolver, por arrastamento, situações de pobreza estrutural e profunda em que se encontra uma grande parte da população mundial, em particular no meio rural.

Sucedem mesmo, com frequência, que a persistência destas situações esteja directamente associada ao sucesso de um determinado sector produtivo. No Chile, por exemplo, a maior incidência da pobreza rural encontra-se entre os assalariados da grande agricultura exportadora, muito competitiva no mercado mundial (Valdés e Foster, 2007). De resto, a situação é idêntica em muitos outros países da América Latina, em que a maioria dos assalariados agrícolas que trabalham em empresas modernas se encontra em situação de pobreza (Klein, 2009).

Podem também referir-se os *grandes projectos* (produção agrícola, florestação, biocombustíveis, mineração, energia) implantados em áreas muito extensas do espaço rural. Nos últimos anos, a presença destes *projectos* tem vindo a aumentar nos países em desenvolvimento onde, para além dos seus efeitos na economia do país hospedeiro — nem sempre indiscutíveis (Castel-Branco, 2008) —, têm de se considerar as consequências sobre as comunidades rurais. Com frequência, os direitos destas não têm sido assegurados e as promessas ficam muitas vezes por cumprir, nomeadamente nos empregos a criar. Ou seja, as suas economias ficam mais fragilizadas. A

este propósito, é esclarecedor um título recente de uma conceituada revista favorável aos grandes negócios: “A evidência está a acumular-se contra a aquisição de terra agrícola nos países pobres” (*The Economist*, 7. Maio. 2011).

A extroversão das economias nacionais proporcionada pelos grandes projectos tem-se associado à marginalização de uma larga parte da população, tanto devido às consequências directas daqueles projectos, como por levar, muitas vezes, a opções macroeconómicas que deixam de lado as populações rurais e agrícolas.

Além destas relações entre a economia de grandes unidades económicas e a pobreza rural verifica-se, também, que é nos grupos mais frágeis, com escassos ou nulos níveis de protecção social, que se repercute, de imediato, qualquer flutuação menos favorável do mercado, quer no montante dos salários, quer no número dos que ficam desempregados.

Este tipo de repercussão não se verifica, de resto, apenas com os assalariados, sendo também frequente na relação da agro-indústria com os agricultores e camponeses que a abastecem. De facto, tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento, há numerosos casos que evidenciam a dificuldade das unidades familiares em conseguirem, e sobretudo manterem, preços remuneradores do seu trabalho nas produções feitas sob contrato com a agro-indústria ou com grandes empresas de distribuição. Quando há grande debilidade económica e falta de organização, esta desigualdade pode ainda acentuar-se. A história do cacau em São Tomé e Príncipe nos anos noventa — a que já se aludiu em capítulo anterior —, onde os camponeses não tinham alternativa a esta produção, mostrou, de modo exemplar, como a agro-indústria fez repercutir, exageradamente, a baixa de preços no mercado mundial na produção familiar (Baptista, 2001).

A persistência de situações de pobreza não está, assim, apenas associada a situações estruturais como a de muitos camponeses que procuram sobreviver com o cultivo das suas parcelas, mas também com realidades em que coexistem com o funcionamento do sector empresarial. O sucesso deste, em vez de contribuir para eliminar a pobreza, fez da persistência desta uma das bases da sua economia.

O desenvolvimento rural implica crescimento económico, dinamização da economia, apoio aos sectores capazes de a promoverem. Mas implica também encarar as questões estruturais e de interacção entre agentes, pelas quais pode passar a redução da pobreza. O mercado de trabalho tem de ser inclusivo. A relação entre as unidades familiares e a indústria tem de ser

devidamente regulada pelo Estado. Têm de se desenhar, e aplicar, políticas que permitam acudir às populações com uma pobreza profunda e enraizada em condições estruturais. O bom funcionamento da economia não resolve por arrastamento as questões de pobreza que afectam uma grande parte da população rural.

DESENVOLVIMENTO RURAL. PERSPECTIVA E REFERENCIAL

A noção de desenvolvimento económico ganhou os seus contornos actuais no período posterior à segunda guerra mundial (1939-45), diferenciando subdesenvolvimento de desenvolvimento ou países em desenvolvimento de países desenvolvidos. Numerosas teorias procuraram caracterizar e explicar estes dois estados, e formularam linhas de acção para passar do primeiro ao segundo. Apesar da sua grande diversidade, quase todas estas teorias tinham alguns pontos em comum, de que se vão referir três. Um, é a ideia de que há vantagem em passar de um estado mais atrasado a outro mais avançado (modernizado). Depois, a aceitação de que a via central para o conseguir é a modernização tecnológica, que permitiria aumentar a produtividade do trabalho. Finalmente, a apresentação desta mudança como um processo que permitia abrir múltiplas possibilidades de actuação e numerosas hipóteses de mobilidade social que as diferentes pessoas e agentes aproveitariam com graus de sucesso variáveis.

A grande maioria das políticas de desenvolvimento aplicadas na África subsariana tem esta matriz, mas, para muitos autores, o balanço destas iniciativas é muito modesto e discutível (cf. Milando, 2003). A maioria da população sofreu mesmo uma degradação das suas condições de vida, e a estrutura actual das economias e das sociedades destes países não comporta qualquer possibilidade de modernização e de integração da população hoje marginalizada.

O confronto com esta situação, em que pesou o fracasso das políticas de desenvolvimento, conduziu a duas posições distintas. Os defensores da modernização passaram, por um lado, a preconizar medidas específicas para combater flagelos como a fome e, por outro, a seleccionar de modo mais apertado as situações em que se deve apoiar um processo de modernização. Estes últimos casos, onde agora se concentraria o esforço de modernização, são os que oferecem maiores probabilidades de sucesso e coincidem, em geral, com as unidades de grande e média dimensão económica. Admite-se,

ainda, que estes casos de êxito podem, depois, ter um efeito positivo de indução ou de alastramento do desenvolvimento junto de sectores mais amplos.

Outra corrente tem vindo a elaborar uma crítica deste modelo, defendendo que o objectivo possível é dar a cada um, a cada pessoa, a possibilidade de poder estar de um modo que se sintam bem (cf. Sen, 2000). A defesa desta posição apoia-se na constatação de que não é possível, dados os actuais contextos socioeconómicos, conseguir a integração social e económica da população desfavorecida com os padrões da modernização dos países desenvolvidos. A solução aceitável e possível é favorecer a consolidação de um modo de vida simples, digno e liberto do supérfluo, em que cada um tenha a perspectiva de um futuro e de se sentir capaz de batalhar por ele (cf. Rahnema, 2003). Este modo de vida permitiria a generalização da cidadania e asseguraria aos deserdados, voz e presença política efectivas na sociedade.

A esta corrente associam-se, com frequência, autores que defendem o declínio da figura da alteridade que, nomeadamente, coexiste com uma leitura comparada dos níveis de desenvolvimento. Da alteridade, que incorporaria uma visão eurocêntrica do mundo, passa-se, nesta proposta, a constatar a existência de uma pluralidade de situações e de singularidades que não são “resíduos anacrónicos do passado” mas “elementos participando plenamente num presente partilhado” (Hardt e Negri, 2004; cf. também Kearney, 1996). O desenvolvimento e a transformação social teriam assim de enraizar em cada uma das diferentes singularidades. Esta leitura permite, sem dúvida, repensar e vencer alguns bloqueios que hoje se verificam nas políticas de desenvolvimento. No entanto, quando lida com radicalidade, pode conduzir a resultados inaceitáveis. É, por exemplo, o caso de alguns episódios de lapidação de mulheres, ocorridos nos últimos anos, nalgumas regiões de África. Esta última prevenção é necessária para clarificar o sentido em que, de seguida, se aborda a perspectiva endógena e a proposta de Sen sobre a democracia como um valor universal.

É hoje consensual que o desenvolvimento deve ser construído associando e tomando como agentes das iniciativas as populações locais (cf. FAO, 1995 e Cernea, 1995). Contudo, esta fórmula exige um esclarecimento complementar sobre os critérios para avaliar os processos a promover ou, noutros termos, qual deve ser o referencial cultural, social e económico dos projectos: a modernização óbvia e aparentemente indiscutível, ou o enraizamento nas sociabilidades, hábitos, comportamentos e instituições tradicionais das comunidades.

Um caso estudado por Milando (2003), em Cabinda, clarifica este debate. Trata-se de uma aldeia que se abastece de água de um rio que está a uma

distância considerável. Face a esta situação, surgiu a iniciativa de construir um chafariz na aldeia. Contudo, esta opção modernizadora não tomou em consideração que o caminho de alguns quilómetros que as mulheres tinham de percorrer, desde o rio à povoação, a transportar água à cabeça, não era apenas uma incómoda distância mas era também uma *passerelle* onde se teciam, de modo privilegiado, relacionamentos entre os homens e as mulheres da aldeia. Milando comenta ainda: “Em África, existem, hoje, muitos exemplos de projectos desta natureza que redundam em fracasso pois, uma vez instalados os chafarizes, as populações alvo ignoram-nos, preferindo continuar a percorrer os longos quilómetros de sempre, a fazer o uso da água que é colocada próximo das suas casas”. Ou seja, o desenvolvimento tem de definir-se em função dos quadros culturais, sociais e económicos das populações.

Com frequência, a resistência das populações à modernização não está devidamente integrada nas práticas de desenvolvimento. De qualquer modo, os referenciais das populações não são quadros fixos e imutáveis, e a própria singularidade das comunidades africanas é hoje também expressão do seu relacionamento com o exterior (cf. Piot, 1999). É pois neste contexto de transformação que deve ser perspectivado o desenvolvimento.

As análises e as propostas de Sen (2000 e 2005) introduzem — como já antes se referiu — uma outra dimensão neste debate, ao defenderem a democracia como um valor universal e o desenvolvimento como um processo de auto-emancipação cuja base é o “alargamento das liberdades reais de que as pessoas podem desfrutar”¹³⁷.

O DEBATE SOBRE A TECNOLOGIA

O debate sobre os modelos tecnológicos e os sistemas de produção tem, hoje, uma dimensão consensual: é necessário conciliar as formas de produzir com a defesa e preservação dos recursos naturais. Nem sempre tem sido fácil fazê-lo, mas o princípio aparece como inquestionável.

Esta conciliação pode procurar-se tanto com sistemas de produção tradicionais, como adaptando e condicionando sistemas modernizados. Assente esta dimensão, vai referir-se o debate sobre as opções tecnológicas das unidades familiares, principalmente das de menor dimensão e mais frágeis. A alternativa é entre o emprego de tecnologias recorrendo a meios de produção associados à modernização da agricultura, e a melhoria e o

fortalecimento progressivos dos sistemas tradicionais já praticados e apoiados nos saberes locais. Este debate circunscreve-se habitualmente às unidades familiares, dado que, por todo o lado, as empresas patronais e capitalistas praticam sistemas modernizados assentes em trabalho assalariado.

A abordagem da modernização da agricultura camponesa vai fazer-se tomando a *revolução verde* como paradigma e recordando que esta designação se referia, inicialmente, a políticas baseadas na utilização de sementes melhoradas e mais produtivas. Estas políticas, que tiveram os seus inícios no México, nos anos quarenta, difundiram-se, nas décadas seguintes, por largas manchas da Ásia, África do Norte e América Latina, com a intenção proclamada de aumentar a produção e acabar com a fome e a miséria nos campos (cf. Lavigne, 1977 e Pearse, 1980).

As consequências da *revolução verde* não foram, em todo o caso, lineares. As produções total e por hectare cresceram de modo notório. No México, entre 1944 e 1967, a produção total de trigo triplicou e a de milho duplicou. Na Índia, de 1967/68 a 1971/72, a produção total de trigo cresceu 50%; no arroz verificou-se uma evolução similar. Os frutos destes acréscimos não foram, contudo, apropriados pelos agricultores de modo equitativo, e verificou-se mesmo um agravamento das desigualdades regionais e entre as várias camadas de agricultores. De facto, a concretização das potencialidades das variedades melhoradas exige uma irrigação assegurada e níveis elevados de adubação. Assim, foi nas regiões tecnicamente mais desenvolvidas e com maior área irrigada que se pôde tirar vantagem destas políticas. Paralelamente, os elevados níveis de adubação, obras de adaptação ao regadio e ainda eventualmente o recurso à mecanização, exigiam disponibilidades em capital circulante e para investimento que não estavam, na maioria dos casos, ao alcance da exploração familiar de pequena dimensão, que assim se via afastada dos benefícios da *revolução verde*. Convém precisar que este tipo de agricultores e as suas famílias eram, em número, a maioria da população agrícola em muitas das regiões onde se difundiram as variedades potencialmente muito produtivas. Deste modo, a desigualdade cresceu nos campos entre uma camada privilegiada e a outra parte da população. Nalgumas regiões, certos grupos de agricultores, como os pequenos rendeiros e parceiros, foram mesmo expulsos das terras que cultivavam e viram-se confrontados com um agravamento extremo das suas condições de existência. Isto verificou-se nas situações em que os proprietários, para beneficiarem da *revolução verde*, faziam cessar os contratos de arrendamento ou parceria.

Os limites da *revolução verde* são afinal a diferenciação dos seus efeitos, beneficiando sobretudo os que têm vantagem em capital e nas condições de produção e não se adequando aos restantes que, com frequência, são uma larga parte da população.

Há, assim, que atender à diversidade das situações e encontrar, para cada uma, a melhor opção. Nos casos em que a modernização tecnológica se considere viável, é necessário ajustar a sua difusão e utilização aos saberes e aos quadros culturais, sociais e económicos dos agricultores envolvidos. Esta modernização tem ainda, por um lado, de evitar equívocos, nomeadamente a evocação de políticas exteriores à realidade dos países em desenvolvimento e, por outro, que integrar a persistência e continuidade da acção do Estado para se obterem resultados. É em relação a este último tema que têm de se entender algumas referências ao *modelo dinamarquês* (cf. Negrão, 2001). Este remete para a constituição de uma agricultura nacional formada por unidades familiares, modernizadas, com elevada produtividade, muito competitivas e que asseguram rendimentos elevados aos respectivos agregados domésticos. Os contornos actuais deste *modelo* remontam à segunda metade do século XVIII em que se criaram, na Dinamarca, as condições políticas para se impor uma estrutura agrária onde predominavam as unidades familiares (cf. Servolin, 1988 e Tracy, 1986). Este movimento foi depois apoiado por uma política agrária que, ao longo de décadas, se empenhou na estabilização da estrutura, no acesso ao crédito, na constituição de um forte sistema cooperativo ao nível da transformação e da industrialização da produção agrícola, no continuado aconselhamento técnico aos agricultores apoiado num eficaz aparelho de investigação, num adequado sistema de enquadramento, e, ainda, numa ajustada regulação dos mercados e da relação com o exterior. A estes aspectos, que alguns autores designam como “a *invenção* da política agrícola moderna” (Servolin, 1988), acresce ainda um decisivo empenho, desde 1814, na educação rural. No meio agrícola e rural, esta preocupação viria a ganhar uma nova amplitude com a criação, desde 1840, e por iniciativa do bispo Grundtvig, de uma rede de escolas superiores populares destinadas a dar formação, sobretudo técnica, a alunos com 18 anos ou mais. Paralelamente, a agricultura ia coexistindo com uma economia e com uma sociedade que se iam modernizando, tanto nas grandes cidades como nos pequenos aglomerados, e onde o emprego agrícola foi, crescentemente, perdendo expressão relativamente aos outros sectores. Desta breve apresentação, ressalta uma longa e persistente orientação da política agrária que, para além de todas as diferenças, é um

aspecto a reter no debate sobre a situação actual da África subsariana.

A outra via possível é minimizar a dependência do exterior na reprodução dos sistemas de produção praticados. Esta orientação significa que os meios de produção, cuja utilização se deve apoiar, são os que se inserem na lógica de funcionamento dos sistemas já praticados, na capacidade e no *saber* das populações, e que são compatíveis com a autonomia das populações nas tomadas de decisão relativas à produção e aos processos de trabalho. A opção é *partir do que existe*, abandonando a tentação de recorrer a um modelo técnico-económico exterior à realidade das comunidades rurais. Como exemplo, isto pode significar, no caso das comunidades rurais agrícolas, que se opta pela tracção animal em detrimento do tractor, e se abandonam os híbridos e privilegiam as sementes, ainda que melhoradas, que os camponeses podem cultivar com a sua capacidade actual e guardar para as produções seguintes.

Estas opções correspondem a restabelecer alguma regularidade ao nível da produção, assegurando aos camponeses recursos que lhes permitam, cada ano, cultivar a terra a que têm acesso. Hoje, em muitas zonas, não ter esta capacidade é a principal limitação. Vencida esta fase, podem estar criadas condições que favoreçam a incorporação de outras tecnologias que melhorem a vida e o trabalho das populações.

A propósito do fortalecimento endógeno das economias camponesas, merece referência a situação de algumas comunidades rurais que se mantiveram ao abrigo dos mercados, com economias familiares, e praticando sistemas de produção cuja continuidade não dependia do exterior. Foi o caso indicado por Carvalho (1999), relativo aos pastores Kuvale do Namibe (Angola) e o relatado por Susser (cit. por Castells, 2003) para o deserto de Kalahari na Namíbia. De qualquer modo, estas situações têm hoje uma expressão muito localizada e difícil de sustentar face à crescente presença do mercado e não constituem, de facto, uma alternativa para equacionar o desenvolvimento.

O debate sobre as vias de desenvolvimento não se pode reduzir a opções simplificadoras. Devido à própria complexidade e diversidade dos territórios, as soluções a definir envolvem em muitos casos uma abordagem em que podem coexistir diferentes opções na mesma área de intervenção. Acresce que as escolhas a fazer não devem ignorar os pressupostos e as implicações de cada uma das medidas a tomar.

OS CAMPONESES E OS LIMITES DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Nos pontos anteriores, as referências aos camponeses foram ocorrendo de modo relativamente indiferenciado relativamente aos agricultores familiares modernizados. Este capítulo vai agora centrar-se sobretudo nos camponeses.

Com frequência, além da pobreza e muitas vezes da fome, os camponeses são um mundo marcado pelos limites e sociabilidades das suas aldeias, pelo lugar central das relações familiares na organização da produção e do trabalho, pela relação com a natureza e por uma visão mágica e supersticiosa da vida, da morte e de tudo o que os rodeia.

As suas atitudes e comportamentos estão também associados à história dos seus percursos, do que viveram e da memória que guardam. Os camponeses não são, de facto, um grupo a-histórico: mas todas as suas características têm que se analisar, e redescobrir de cada vez, considerando o modo como se enraízam no meio onde vivem e na história que os marca. Por vezes, com percursos surpreendentes como é o caso — referido no capítulo anterior — da relação dos camponeses de Malange (Angola) com o tractor.

Depois de Chayanov, as economias camponesas são bem conhecidas e têm sido um assunto amplamente estudado e com resultados consensuais já integrados, aliás, nas propostas de intervenção das organizações internacionais (FAO, 1995). Referem-se alguns destes resultados: considerar o rendimento familiar como critério económico; identificar as estratégias familiares que, geralmente, não se limitam ao universo produtivo; apreciar o modo como a economia da família acompanha o ciclo de vida; integrar a importância decisiva das dimensões não económicas — mágicas, superstições, *status local*, alianças matrimoniais, etc. — nas opções das famílias; identificar as consequências, nos sistemas agrícolas, de gestão de risco com que, em geral, se pretendem minimizar os efeitos das *variações* da natureza nas produções obtidas. Negrão (2006) insiste ainda, a propósito de Moçambique, na necessidade de identificar e considerar as dinâmicas decorrentes dos sistemas de linhagens, e da relação destes com as decisões das famílias nucleares.

Os parágrafos anteriores, que se referem a aspectos amplamente conhecidos, têm apenas como objectivo sublinhar a importância de considerar as características e comportamentos dos camponeses no desenho e aplicação das iniciativas e projectos de desenvolvimento rural. O fracasso

de muitos programas decorre, precisamente, de no seu desenho e no modo como são aplicados, não levarem em consideração aquelas características e comportamentos (cf. Cernea, 1995).

Para além das considerações anteriores, a questão central e decisiva do desenvolvimento rural, relativamente aos camponeses, nomeadamente aos mais débeis, é assegurar o seu sustento e reprodução, bem como a sua articulação com o sistema económico, de modo a que possam obter um rendimento que lhes permita comprar no mercado os bens e serviços que lhes são indispensáveis e que não podem produzir. Não há saída da pobreza sem consolidar estas dimensões.

A experiência dos países mais desenvolvidos relativamente a este tema evidencia que as condições que presidiram a esta integração exigiram diversas condições: um acentuado proteccionismo (Reinert, 2007), nomeadamente para os produtos agrícolas; economias urbanas e industriais, que criaram postos de trabalho para a população rural e asseguraram uma procura que estimulou e permitiu a modernização da agricultura; uma política continuada de enquadramento institucional, de apoio técnico e de investimento nas explorações agrícolas; uma regulamentação do mercado de trabalho e da protecção social de modo a que fossem socialmente inclusivos.

Contrariamente a este modelo, as medidas que têm sido defendidas e aplicadas (Banco Mundial, 2008) nos países em desenvolvimento tendem a esquecer os efeitos das economias urbanas e industriais e insistem em propor soluções do “lado da oferta” agrícola e rural e — o que é decisivo — sem qualquer precaução (Arnalte, 2009). Ou seja, expõe-se a produção aos efeitos devastadores do mercado mundial, permitindo mercados de trabalho muito desregulados e pouco inclusivos e aplicando políticas agrícolas pouco eficazes e, com frequência, muito descontinuadas. É certo que não parece hoje possível refazer o percurso dos países mais desenvolvidos, mas algumas destas precauções permitiriam resultados concretos, que poderiam ir sendo consolidados.

Os resultados das opções que vêm sendo tomadas não têm sido satisfatórios, o que levou alguns países — com capacidade económica — a aplicar políticas redistributivas para ensaiar a inserção económica das populações, nomeadamente agrícolas e rurais, não como produtores ou assalariados, mas como consumidores. É um tipo de medidas que tem vindo a ser debatido e mesmo experimentado¹³⁸, mas cuja aceitação não é consensual. O programa aplicado na última década no Brasil, nomeadamente nos territórios rurais e agrícolas, reavivou este tema.

Em Janeiro de 2003, o primeiro governo do Presidente Lula tomou posse e traçou dois grandes eixos para o seu projecto político: combater o défice social; apoiar e defender a *grande* economia, o que no âmbito da agricultura significava sobretudo as unidades capitalistas (o agronegócio). Para este sector, devido à sua grande importância na economia do país, preconizava-se acautelar a sua “inserção soberana e qualificada” nos mercados interno e externo. O relevo da questão social decorria da imensidão do défice a colmatar. Advogava-se, ainda, que estes dois objectivos podiam coexistir harmoniosamente.

O combate ao défice social era, de qualquer modo, apontado como a primeira prioridade e como o eixo estruturador da acção do governo. Para alcançar este objectivo, foi aplicado um conjunto diversificado de orientações, de que se destaca, pelo número de pessoas abrangidas e pelo volume de recursos despendido, a Bolsa Família que é uma medida de tipo assistencialista visando o apoio directo ao rendimento das famílias. Esta política redistributiva teve resultados muito positivos: retirou da pobreza uma grande parte da população¹³⁹ e, ao fazê-lo, assegurou-lhe condições para o exercício de uma cidadania efectiva.

A interpretação destes resultados não foi, no entanto, consensual. No debate, podem identificar-se quatro perspectivas. Uma, é a dos que rejeitam esta política por entenderem que os benefícios não justificam o seu elevado custo. Outra, dos que se identificam com a esquerda tradicional, define a opção como neoliberalismo “perfeito” e avalia esta política como um pequeno preço a pagar para o capitalismo ter paz social¹⁴⁰. O sector que se reclama de uma visão crítica reconhece os resultados positivos das medidas tomadas mas preocupa-se com as suas consequências políticas: “O clientelismo disfarçado do Bolsa Família [o principal programa da política redistributiva] ameaça e, provavelmente, inviabiliza a democracia no Brasil”; Lula e o seu partido “parasitaram os movimentos sociais, trataram de institucionalizá-los, de amansá-los e privá-los de criatividade social e política. Institucionalizaram a esperança como expectativa messiânica, como retorno milenarista à inauguração da história”¹⁴¹. Finalmente, os que apoiam a política aplicada consideram que a via possível, e profunda, da transformação da sociedade é pela política e o modo de a concretizar é, antes do mais, dar a toda a população a capacidade do exercício efectivo da cidadania. Argumentam ainda que a via redistributiva foi o modo mais eficaz de o conseguir a curto prazo, e que o “povo profundo” a validou nas eleições. Esta opção, notam os seus defensores, centra assim na dimensão política a progressiva transformação da sociedade.

Na situação actual, em que muitos milhões de camponeses têm grandes dificuldades no relacionamento com os mercados, este é um debate relevante, embora convenha salientar que o custo deste tipo de medidas as torna impraticáveis na grande maioria dos países. Por este motivo são, de resto, geralmente ignoradas nas propostas de desenvolvimento rural.

ALIMENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Nas duas últimas décadas, sucederam-se relatórios de grandes organizações internacionais reafirmando a existência, à escala do planeta, de uma capacidade agrícola que permite satisfazer as necessidades alimentares da população mundial¹⁴².

Apesar destas constatações, mais de mil milhões de pessoas vivem actualmente “com fome” e uma grande parte destas trabalha directamente a terra, muitas como camponeses. Neste universo de pessoas atingidas pela fome, há uma parte — que a FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) estimava em 850 milhões nos primeiros anos da década passada — que corresponde a uma situação estrutural que não decorre das variações de preços no mercado de produtos agrícolas. A outra parte, pelo contrário, sofreu directamente o impacto da subida dos preços da alimentação. Assim, por exemplo, numa estimativa do Banco Mundial, só entre Junho e Dezembro de 2010, 44 milhões de pessoas caíram na pobreza extrema devido à subida dos preços agrícolas.

As considerações anteriores permitem concluir que cerca de um sexto da população mundial vive em situação de grave carência e não tem meios para adquirir alimentos no mercado, mesmo que estes aí estejam disponíveis.

Convém, agora, situar esta constatação no panorama das previsões sobre população e alimentação. Actualmente, o planeta tem 7 mil milhões de pessoas e prevê-se que sejam 9 mil milhões em 2050. Além deste aumento no número, afirma-se ainda que possa aumentar o consumo de produtos agrícolas por habitante, devido à expansão dos biocombustíveis e à mudança de modelo alimentar nalgumas regiões do mundo. De facto, a “mudança de dietas vegetarianas para dietas mais carnívoras pode ter um efeito muito superior sobre o consumo de cereais do que o crescimento populacional. Quando um chinês ou um indiano médio mudam para uma dieta semelhante à de um americano médio, é como se existissem mais três pessoas na Terra” (Santos, 2010).

Considerando estes vários factores, prevê-se que até 2050 a produção agrícola deverá duplicar para satisfazer as necessidades da humanidade, ou seja, crescer a uma taxa média anual de cerca de 2%. Nas últimas décadas, o crescimento foi maior do que este valor, e o debate actual é sobre a possibilidade, ou não, de se manter uma taxa elevada de crescimento da produção agrícola.

O acréscimo anterior decorreu do alargamento da área cultivada e do aumento do consumo de água, com um custo de energia menor do que o actual, e tendo todos estes factores sido utilizados no âmbito da chamada modernização agrícola, ou seja, do modelo químico-mecânico de produção agrícola.

Actualmente, e previsivelmente no futuro, a energia tem um preço muito mais elevado. Não é possível que, à escala do planeta, a agricultura possa aumentar o seu consumo de água. Para a terra a utilizar na produção estima-se uma pequena margem de aumento. Além destes factores, tem diminuído a produtividade de alguns dos principais sistemas agrícolas.

Estas são tendências genéricas, com uma grande diversidade regional, e na sua avaliação nem sempre há unanimidade entre os diferentes autores, nomeadamente, no que se refere à disponibilidade de terras a cultivar. Também no que se refere à produtividade dos sistemas agrícolas há posições mais optimistas relativamente à possível “produção potencial” das principais culturas, excepto do arroz (Ferrerres, 2009).

Além destes factores — terra, água, energia e modelo técnico — que determinaram as últimas décadas de produção agrícola, há agora outros aspectos a considerar: o impacto do recurso às biotecnologias; as consequências das alterações climáticas.

Relativamente às biotecnologias, para além do debate ético sobre a sua utilização, o dado mais relevante a considerar é que não vão, seguramente, incrementar a produtividade potencial das culturas no curto prazo, dadas as dificuldades ainda não superadas de intervir na produtividade básica dos sistemas fotossintéticos e de melhorar a resposta das plantas ao *stress* ambiental. Só a longo prazo podem esperar-se aumentos de produtividade. O sucesso actual das biotecnologias baseia-se na redução de custos que têm permitido, devida às variedades resistentes a algumas pragas e aos herbicidas.

Os efeitos das alterações climáticas são de esperar a médio e longo prazo. Até meados do presente século, não se estima que venham a ter um efeito determinante. Para além desta constatação, as avaliações actuais

oscilam entre a indicação de um balanço global muito negativo (Brown, cit. por Santos, 2010) e a ênfase no processo adaptativo que a agricultura vai ter que enfrentar, como tem feito ao largo de toda a sua história (Ferrerres, 2009). De qualquer modo, com impactos ao nível da geografia das produções.

A estes factores há ainda que acrescentar o facto de uma parte da área agrícola ser agora afectada à produção de combustíveis, e não de alimentos. Esta tendência, já presente actualmente, além de diminuir a disponibilidade alimentar, pode encarecer o preço dos produtos agrícolas, em particular, como no caso do milho, quando um mesmo produto pode ter os dois destinos: energia ou alimentação humana.

O efeito de todos estes factores nos preços dos produtos agrícolas são dificilmente previsíveis a médio e longo prazo. A curto prazo, depois da subida de preços na segunda metade da década passada, as previsões disponíveis não indicam que venha a iniciar-se uma tendência de descida como a verificada desde os anos sessenta até 2005/08. Dados os elementos antes mencionados, deve, sobretudo, insistir-se em que a incerteza é muito elevada.

É neste cenário que cada país tem de equacionar o futuro da alimentação dos seus habitantes. As opções a tomar são estratégicas, com consequências que podem vir a ser dificilmente corrigíveis. É também neste ponto que o desenvolvimento rural encontra a questão alimentar.

Os países mais desenvolvidos confiaram a questão alimentar ao mercado, admitindo que as suas populações têm capacidade monetária para nele se abastecerem. Na produção agrícola, o desenvolvimento rural tem, sobretudo, de se orientar para melhorar a produtividade da agricultura e a sua competitividade no mercado.

Na maior parte dos países em desenvolvimento, a questão alimentar coloca-se com outros contornos, dada a manifesta incapacidade de uma grande parte da população, nomeadamente rural, para comprar no mercado. O desenvolvimento rural, nesta situação, sem deixar de apoiar a agricultura modernizada — familiar ou capitalista — orientada para o mercado, tem de privilegiar a produção — e o consumo — das famílias camponesas que arrancam o seu sustento do cultivo da terra e que, em geral, ainda levam ao mercado alguns produtos que resistem melhor à concorrência dos alimentos importados. Acresce ainda que as incertezas sobre a produção e o mercado dos produtos agrícolas — que antes se referiram — tornam o reforço das economias camponesas uma defesa face a eventuais perturbações do mercado internacional. Este reforço tem de apoiar a capacidade produtiva

dos camponeses, para que possam satisfazer a procura urbana com preços aceitáveis para os consumidores, quando comparados com o dos bens importados. Adequadas políticas de apoio ao consumo podem também contribuir para defender, neste confronto, a produção camponesa.

ESTADO E MERCADO

O desenvolvimento rural, nomeadamente o fortalecimento das pequenas economias de produção, decorre entre a acção do Estado e a relação com o mercado. Neste âmbito vão referir-se dois pontos: o mercado internacional e o fortalecimento das economias camponesas; o contexto de ajustamento demográfico em que decorreu a modernização da agricultura nos países desenvolvidos e a situação nos países em desenvolvimento.

O mercado internacional é, actualmente, numa formulação genérica e abreviada, um obstáculo para as economias agrícolas dos países em desenvolvimento. As diferenças de produtividade são enormes levando a que, com frequência, os bens agrícolas importados tenham um preço mais baixo do que os produzidos localmente.

As diferenças de produtividade nem sempre foram tão grandes mas acentuaram-se com o progressivo aperfeiçoamento e a crescente utilização de equipamentos motorizados, de adubos e pesticidas, e de plantas e animais melhorados geneticamente. Retomando o mencionado no primeiro capítulo, refere-se, a este propósito, em diferentes momentos, a relação entre a produtividade¹⁴³ dos “países desenvolvidos ocidentais” e a do “Terceiro Mundo com economia de mercado”: 1800-1.2; 1910-3.8; 1950-6.7; 1985-35.5 (Bairoch, 1989). Esta evolução é relativa à média dos universos considerados. Se se considerarem situações extremas, a diferença torna-se mais evidente. Actualmente, um agricultor trabalhando em boas condições, com os meios de produção disponíveis mais potentes, produz 2000 vezes mais do que um camponês que só utiliza trabalho manual e meios de produção tradicionais (Mazoyer e Roudart, 2002).

Com esta diferença, o jogo do livre mercado impede quaisquer possibilidades de sucesso às economias camponesas. De resto, os países desenvolvidos, como já antes se referiu, fortaleceram as suas economias em situações de protecção e só depois defenderam a diminuição das barreiras alfandegárias.

Os primeiros anos da Política Agrícola Comum (PAC) europeia são um

bom exemplo. Os seis países (Alemanha, Bélgica, França, Holanda, Itália e Luxemburgo), que no final dos anos cinquenta constituíram o Mercado Comum — o qual, com sucessivos alargamentos se veio a transformar na actual União Europeia — tinham saído da guerra de 1939-45 havia pouco mais de uma década e queriam fortalecer as suas estruturas de produção agrícola e alimentar as suas populações. Para o conseguirem, lançaram a PAC que, nesta sua primeira fase, favorecia o investimento agrícola em condições de crédito muito favoráveis e, sobretudo, garantia o escoamento da produção a um preço superior ao do mercado mundial. A PAC conduziu assim à consolidação de estruturas produtivas modernizadas e com grande capacidade produtiva que mais tarde — ainda que sempre com muita prudência — foram sendo expostas ao mercado mundial.

Ainda um segundo tema. O mercado não homogêneo, pelo contrário, diferencia e favorece as unidades produtivas que evidenciam maior capacidade competitiva, e penaliza as mais frágeis e incapazes. Muitas vezes esta diferenciação é estimulada por políticas públicas que querem tornar o sector mais competitivo.

Neste processo de diferenciação, as unidades mais débeis tiveram um de três destinos. Persistiram, com o trabalho de famílias que, não tendo outra alternativa, se ajustaram ao magro rendimento das parcelas que cultivavam; este rendimento, além de diminuto, está com frequência em constante declínio. O segundo destino tem sido o desaparecimento, procurando as famílias agricultoras outros modos de vida na cidade, noutros sectores ou na emigração. Finalmente, há as unidades que se mantêm, mas como complemento de rendimentos da previdência (reformas) ou de salários da indústria e serviços.

Em Espanha e Portugal, por exemplo, prevaleceram os dois últimos destinos e, nas últimas quatro décadas, houve uma grande diminuição do número de explorações agrícolas. Esta quebra foi ainda mais acentuada nas unidades cujas famílias vivem sobretudo da produção agrícola já que, em muitos casos, a persistência se deve a rendimentos não agrícolas. Em Portugal, actualmente, esta é a situação de cerca de dois terços das explorações.

Diversos factores favorecem este modelo de ajustamento da agricultura para a tendência de diminuição da população; a possibilidade de trabalhar nas cidades ou em indústrias e serviços das vilas e pequenas cidades rurais; os rendimentos provenientes do sistema de previdência, em particular para os mais idosos; a emigração, que foi muito intensa nos anos sessenta do século passado.

Sucedo, no entanto, que em muitos países em desenvolvimento este — ou outro — modelo de ajustamento da população agrícola não tem condições para se desenvolver. A permanência nos campos é a única possibilidade para muitas famílias, mesmo para aquelas que o mercado tende a marginalizar. As políticas públicas têm, assim, de procurar continuamente contrariar esta tendência, apoiando o fortalecimento endógeno das economias, tornando-as mais produtivas, mais capazes de sustentarem as famílias e minimizando os riscos das inevitáveis, e necessárias, relações com o mercado.

CONCLUSÃO

Nos pontos anteriores apresentaram-se algumas das perspectivas que enquadram o debate sobre o desenvolvimento rural nos países em desenvolvimento. Não se procurou traçar nenhum quadro de referência e, menos ainda, propor quaisquer soluções. Os temas analisados são parcelares e não convergem para um esquema conclusivo. Acrescente-se ainda que, na abordagem feita, se privilegiou a questão da pobreza e não se referiu a dimensão institucional. Esta, como é bem conhecido, é decisiva para dar às comunidades rurais capacidade para se articularem adequadamente com as iniciativas e apoios que lhes chegam do exterior. É também imprescindível do lado da execução das políticas para que seja possível delinear e executar, com competência e eficácia, as medidas definidas como necessárias.

Apesar de todas estas limitações, pode tentar-se um breve balanço. Começa-se pelo Estado e pelo mercado: na maior parte dos casos, o bom desempenho da economia não tem provocado, por arrastamento, a redução da pobreza; o Estado tem um papel incontornável e insubstituível no desenvolvimento rural; o modelo que pretende situar o desenvolvimento rural do “lado da oferta”, exposta esta ao mercado internacional, não permite concretizar as palavras de boas intenções que geralmente o acompanham.

Indicou-se ainda a vantagem de associar a alimentação ao desenvolvimento rural e, finalmente, apresentaram-se, em geral e a propósito das tecnologias, as alternativas a considerar no referencial das políticas de desenvolvimento rural: a modernização e a opção endógena. Por último, explicitou-se que a base da persistência e continuidade desta última via é a cidadania e a participação social e política das populações.

Notas

- 1 - Destes movimentos, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLM), no México, e o Movimento dos Sem Terra (MST), no Brasil, são dois dos exemplos mais relevantes da última década (cf. Holloway 2007 e 2011).
- 2 - Berger (2010).
- 3 - Womack (2008).
- 4 - Cf. Almeyra (2009).
- 5 - Cf. Harvey (2011).
- 6 - Shanin (1983a).
- 7 - Wolf (1976).
- 8 - Mendras (1995).
- 9 - Cf. Friedamm (1980) e Toledo (1993).
- 10 - Cf. Arguedas (1987).
- 11 - Vargas Llosa (1996).
- 12 - A senhora Lidia Eliana Quintulem, de 55 anos de idade (em 2009), vive e trabalha, com o marido, numa exploração agrícola em Freire (Auracania, Chile). Têm três filhos e todos fizeram estudos universitários. A sua unidade agrícola tem um sistema produtivo já bastante modernizado. A senhora Lidia declarou ter nascido camponesa mapuche, e ser hoje uma mapuche e uma agricultora, que ainda se sente camponesa (entrevista realizada em Março de 2009, com Ximena Quiñones e Eladio Arnalte). Sobre estes processos de mudança cf. Quiñones Diaz (2010) e Saavedra (2006).
- 13 - Cf. João Mosca (coord.), *Contributos para o debate da Agricultura e do Desenvolvimento Rural*, Maputo, 2012, pp. 225-244.
- 14 - As versões iniciais dos textos agora publicados foram apresentados nos seguintes seminários: “Comunismos: História, Poética, Política e Teoria”, realizado em 2007, no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE-IUL); “A economia moral de E.P. Thompson”, realizado, no Instituto de Ciências Sociais, em Outubro de 2008; “Agricultura no Mundo: perspectivas. Lições para Moçambique”, realizado em Maputo, em Junho de 2011.
- 15 - Projecto de Apoio ao Programa de Desenvolvimento Agrícola e Rural de Angola, financiado pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) e executado pelo Instituto do Desenvolvimento Agrário de Angola (IDA) e pelo Centro de Estudos Tropicais para o Desenvolvimento do Instituto Superior de Agronomia (CENTROP).
- 16 - A expressão “socialismo pela economia” utiliza-se neste texto para designar as experiências que, seguindo a teoria de Marx e Engels, se basearam no pressuposto de que o socialismo decorreria necessariamente do “desenvolvimento das forças produtivas” ou seja, do processo de industrialização.
- 17 - O populismo russo foi a “principal tradição autóctone revolucionária russa”

e defendia que a Rússia não deveria atravessar um estágio capitalista, semelhante ao europeu, no seu “caminho para uma sociedade mais justa”. Consideravam, ainda, “que a única medida segura de progresso social era a igualdade social e a melhoria do nível de vida da maioria” da população (cf. Shanin, 1983b).

- 18 - A carta de Marx a Vera Zassulitch teve ainda uma posterioridade esclarecedora. Duas décadas depois de a ter recebido, a própria destinatária já não se recordava de a ter lido e, em 1924, Ryazanov, que foi o primeiro Director do Instituto Marx-Engels de Moscovo e quem promoveu a primeira edição da carta, em conjunto com os quatro rascunhos que Marx tinha elaborado antes do seu envio, referia que o seu conteúdo revelava o declínio da capacidade de Marx (Shanin, 1983b).

Recorde-se que então reinava no marxismo prático dos bolcheviques russos a convicção firme de que: o socialismo decorria do crescimento das forças produtivas, devidamente controlado politicamente pelo Partido; havia um processo histórico linear, de que o socialismo seria a última etapa, a qual sucederia ao capitalismo; os *camponeses* não eram *sujeito* da construção do socialismo.

O próprio Marx, nas primeiras fases do seu labor intelectual, tinha, de resto, contribuído fortemente para sedimentar estas perspectivas ao referir que a “comuna russa”, que mais tarde reabilitaria na carta a Vera Zassulitch, era um lixo da história e ao defender, como sintetiza Hobsbawm (1971), o impacto do capitalismo ocidental sobre as estagnadas economias pré-capitalistas.

- 19 - Kulak, camponês rico que assalaria trabalhadores agrícolas e que também podia ser comerciante e prestamista.
- 20 - Os sovietes eram conselhos revolucionários de operários e de soldados que teriam o controlo da “democracia revolucionária” e que seriam, em cada local, os órgãos da revolução. A insurreição de Cronstadt, em 1921, marca o declínio dos sovietes (cf. Anweiler, 1972).
- 21 - Cf. Fitzgerald (2003).
- 22 - “As grandes propriedades e uma parte das terras dos antigos Kulaks passaram para as mãos dos camponeses. Ora, por volta de 1928 eles já não são apenas 16, mas 25 a 26 milhões de famílias” (Lewin, 1976).
- 23 - A informação relativa à evolução da colectivização, nestes países como na Polónia, foi recolhida em Marczewski (1973).
- 24 - Sobre a relação, no socialismo, entre o modo de vida e de trabalho, e a maneira como este podia ser vivido e interiorizado ver o romance de Volker Braun, *Les quatre outilleurs*, Paris, 1998.
- 25 - O rendimento líquido das famílias camponesas (incluindo o autoconsumo) aumentou, em média, de 4,1% por ano de 1981 até 2003 (em yuans constantes). De qualquer modo, no mesmo período, os rendimentos urbanos cresceram 6,7% por ano (Aubert, 2005).
- 26 - Cf. Zhou (1998).
- 27 - Cf. Rodrigo (1992).

- 28 - Mendras (1992), a primeira edição é de 1964.
- 29 - Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Reino Unido e Portugal.
- 30 - Cf. Mazoyer e Roudart (2002) e Bairoch (1989).
- 31 - Thompson (1984).
- 32 - Graziano da Silva (2001).
- 33 - Agcaoili e Rosegrant (1995), Alexandratos (1995) e Mitchell e Ingco (1993).
- 34 - Sobre “a grande humanidade” ver o poema de Nazim Hikmet com este mesmo título.
- 35 - Estes inquéritos realizaram-se no âmbito do “Projecto de Apoio ao Programa de Desenvolvimento Agrícola e Rural de Angola (2007-2010)”, financiado pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) e executado pelo Instituto do Desenvolvimento Agrário de Angola (IDA) e pelo Centro de Estudos Tropicais para o Desenvolvimento do Instituto Superior de Agronomia (CENTROP).
- 36 - Cf. Polanyi (1976), pp. 289-316.
- 37 - Ponte *et al.* (1973), p. 71.
- 38 - Dias (1964), p. 9.
- 39 - Milando (2007), p. 132. Cf., ainda, Coelho (2010) e Feliciano (1998).
- 40 - Polanyi, *Ob. cit.*, p. 293.
- 41 - No inquérito à economia das famílias 2009 ou apenas *inquérito 2009*, inquiriram-se 179 famílias em 22 aldeias. Na comuna do Cota: Mandele (25 inquéritos); Caxingue 1º (9); Manuel Kubindama (2); Massango (3) e N’Gola M’Bandi (11). Na comuna de Muquixi: Muquixi (18); Mutumbua (7); António Soares (6); Bento Sardinha (5); Manzembele (6); Morais da Costa (5) e N’Gulo (2). Na comuna de Soqueco: Deia (25); Cahala (6); Catenda do Céu (1); Caiombo (4); Holeca (3); Mufuma (2); Nzamba Sequeira (3); Quimbala (4) e Quirimba Dambe (2). Comuna de Quirimba: Mussumba-Pate (30).
- A informação relativa à economia das famílias recolhida neste inquérito refere-se ao ano de actividade que precede a data do inquérito.
- Os aspectos metodológicos (amostragem, questionários de inquérito) podem ver-se em: *Inquéritos económico-agrícolas a famílias agricultoras de Malange – Metodologias*, Doc. N° 138/05-11 do “Projecto de Apoio ao Programa de Desenvolvimento Agrícola e Rural de Angola (2007-2010)”, Lisboa, 2011.
- 42 - Tendo em consideração a cotação do Kwanza (Akz) em relação ao dólar (USD) nos meses em que decorreu o *inquérito 2009* utilizou-se a seguinte taxa de conversão: 1 Akz = 0,01324 USD.
- 43 - No inquérito sobre a utilização de tracção mecânica e/ou tracção animal 2009 ou apenas *inquérito tracção 2009*, inquiriram-se 201 unidades, das quais 17 utilizavam, ou já tinham utilizado tracção animal, 80 já tinham utilizado tracção mecânica e 104 correspondiam a famílias sem qualquer contacto com as tracções mecânica ou animal.

Os 17 inquéritos relativos à tracção animal foram realizados em três aldeias. Na comuna de Soqueco: Mufuma (1 inquérito). Na comuna do Cota: Caxingue 1º (6) e Mandele (10).

Os 104 inquéritos sem tracção foram efectuados em sete aldeias. Na comuna de Soqueco: Holeca (21); Mufuma (7) e Quimbala (10). Na comuna de Muquixi: Muquixi (24) e Mutumbua (12). Na comuna de Kalandula: Carianga (15) e Kalandula de Baixo (15).

Foram ainda realizados 80 inquéritos a unidades camponesas que já tinham utilizado tracção mecânica, considerando três situações diferenciadas pelo tipo de operador que executou o trabalho com o tractor. Trabalho executado pela Mekanagro (empresa pública), 35 inquéritos em duas aldeias. Comuna de Soqueco: Quirimba Dambe (10). Comuna do Cota: Mandele (25). Trabalho executado por operadores privados, 15 inquéritos em quatro aldeias. Comuna de Soqueco: Deia (10). Comuna de Kalandula: Carianga (2); Quiambata (2) e Mitongue (1).

Trabalho executado no âmbito de uma cooperativa (cooperativa de Marimba), 30 inquéritos em duas aldeias. Comuna de Caxinga: Kihinga (15) e Marimba (15).

Tal como para o *inquérito 2009*, os aspectos metodológicos (amostragem, questionários de inquérito) podem ver-se em: *Inquéritos económico-agrícolas a famílias agricultoras de Malange – Metodologias*, Doc. Nº 138/05-11 do “Projecto de Apoio ao Programa de Desenvolvimento Agrícola e Rural de Angola (2007-2010)”, Lisboa, 2011.

- 44 - A Zona Agrícola 13/14, definida nos anos sessenta pela Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola (MIAA) englobava os actuais municípios de Malange, Kakulama, Cacuso, Kalandula e Lucala (província do Kwanza-Norte), e parte dos municípios de Cagandala, Massango e Ambaca (província do Kwanza-Norte).
- 45 - Cf. MIAA, *Recenseamento Agrícola de Angola. Zona de Transição Centro-Leste (Zona Agrícola 18). Primeira parte – Agricultura tradicional, 1965-1966*, Luanda, 1970 e A. Castanheira Diniz, *Características mesológicas de Angola*, Lisboa, 2006, 2ª edição (1ª edição, 1973), pp. 195-209 e 257-269.
- 46 - A informação disponível sobre a população de Angola, a nível de município, é pouco fiável, além do que as diversas fontes apresentam, com frequência, números diferentes e, por vezes, totalmente díspares. Para fundamentar a conclusão apresentada no texto utilizaram-se os elementos do Instituto Nacional de Estatística de Angola (<http://www.inss.gv.ao/portal/> em 27 de Fevereiro de 2012), para a população, e a informação da enciclopédia *Wikipédia*, para a superfície dos municípios.
- 47 - Pacheco (1991), p. 20.
- 48 - *Relatório do Desenvolvimento Humano de 2011*, PNUD, 2011. Com base nesta fonte registam-se, a título comparativo, os valores da *idade mediana* para outros países: África do Sul, 24,9; China, 34,5; Índia, 25,1;

- Brasil, 29,1; EUA, 36,9; Japão, 44,7; Portugal, 41,0.
- 49 - *Relatório do Desenvolvimento Humano de 2011*, PNUD, 2011. Com base nesta fonte registam-se os valores da *taxa de dependência* para os países referidos na nota anterior: África do Sul, 53,0; China, 37,9; Índia, 54,4; Brasil, 47,3; EUA, 50,1; Japão, 57,9; Portugal, 49,6. A *taxa de dependência* é a proporção de população dos 0 aos 14 e a partir dos 65 relativamente à população dos 15 aos 64 anos, expressa no número de dependentes por 100 pessoas com idades dos 15 aos 64 anos.
- 50 - Cf. Pacheco, *Ob. cit.*, p. 21.
- 51 - No inquérito 2009, a dimensão média da família relativa a Soqueco + Muquixi + Cota é igual à média de todo o conjunto inquirido, ou seja, acrescentando Quirima.
A informação utilizada nesta comparação foi a seguinte: Neves (2010); MIAA, Recenseamento Agrícola de Angola. Planalto de Malange. Zona Agrícola 13/14. Segunda parte – Agricultura tradicional, 1963-1964, Luanda, 1967.
- 52 - As percentagens para os chefes de família são as seguintes: 55% nasceram na aldeia e 81% na comuna. Para os cônjuges são, respectivamente, de 40% e de 71%.
- 53 - Cf. Wheeler e Pélissier (2011).
- 54 - Sobre este tema ver o romance *Maiombe*, de Pepetela.
- 55 - Wheeler e Pélissier, *Ob. cit.*, p. 369.
- 56 - MINARS/Banco Mundial – IDA (2002), Organizações da estratégia de apoio à reinserção social, 1º volume, Projecto de Reabilitação Social Pós-Conflito (PRSPC), GEPROC – Gabinete de Estudos, Projectos e Consultoria Lda, Luanda, citado em *Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural (PEDR)*, 2004-2008, Luanda, IDA, 2004, p. 24.
- 57 - Neto (2011), p. 1.
- 58 - *Idem*, p.6.
- 59 - Citado em Morais, Coelho e Pereira (2004), p. 70.
- 60 - CIDAC (1980), p. 38.
- 61 - *Idem* p. 56.
- 62 - Neto (2001), p. 129.
- 63 - O produto, ou produto bruto, das actividades da família foi calculado somando duas componentes. A primeira, é o valor da venda, em dinheiro, de bens e serviços. A segunda, corresponde à conversão em unidades monetárias de toda a produção utilizada em natureza, seja para autoconsumo, troca, pagamentos ou doações. Para esta conversão utilizou-se o preço indicado como mais frequente, em cada comuna.
No cálculo do produto não se consideraram as quantidades armazenadas nem as guardadas para semente, dado que se admitiu que as quantidades que transitaram do ano anterior são idênticas às que passam para o próximo ano. Também não se contabilizaram as perdas. No caso dos gados não se considerou a variação do efectivo ao longo do ano e nas fruteiras apenas se registaram as vendas. Estes

O Destino Camponês

dois últimos procedimentos decorreram da dificuldade de se recolher informação fiável.

64 - Na designação fruteiras englobaram-se as seguintes espécies: mangueira; abacateiro; bananeira; ananás; mamoeiro; laranjeira; limoeiro; tangerineira; goiabeira; toranjeira; maracujá; café; palmeiras de óleo.

65 - Cf. Ponte *et al.*, *Ob. cit.*

66 - Cf. Ponte *et al.*, *Ob. cit.*; MIAA, *Recenseamento... 1963-1964; Estatísticas Agrícolas Correntes de Angola* (EACA) 1969/70 e 1970/71.

67 - Percentagem do número de explorações com gado ovino: 1963/64, 10,1%; 1970/71, 4,1% e *inquérito 2009*, 0,7%. *Idem* com gado suíno: 1963/64, 10,5%; 1970/71, 11,6%; *inquérito 2009*, 10,1%. Gado caprino: 1963/64, 54,9%; 1970/71, 53,3% e *inquérito 2009*, 48,3%.

A comparação refere-se aos inquéritos realizados nas comunas do Cota + Soqueco + Muquixi e à Zona Agrícola 13/14 da Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola (ver nota 44).

Além do *inquérito 2009*, utilizou-se informação retirada das EACA, 1970/71 e MIAA, *Recenseamento... 1963-1964, Ob. cit.*

68 - Cf. Pacheco, *Ob. cit* e Polanah (1972), pp. 7-16.

69 - Polanah, *Ob. cit*, p.13.

70 -

		Total (Nº de inquiridos = 179)	Cota (Nº de inquiridos = 50)	Muquixi (Nº de inquiridos = 49)	Soqueco (Nº de inquiridos = 50)	Quirima (Nº de inquiridos = 30)
MANDIOCA						
Número de inquiridos que produz (%)		100	100	100	100	100
Peso da mandioca	no produto (%)	74	88	68	68	42
	no autoconsumo (%)	87	93	89	79	77
	nas vendas (%)	59	83	29	53	11
OUTRAS CULTURAS E FRUTEIRAS						
Peso das outras culturas agrícolas e fruteiras	no produto (%)	12	8	14	20	13
	no autoconsumo (%)	9	3	9	20	10
	nas vendas (%)	17	15	21	23	15
GADO						
Número de inquiridos com gado (%)		50	50	45	58	43
Peso do gado	no produto (%)	2	3	1	1	..
	no autoconsumo (%)	2	4	1	..	1
	nas vendas (%)	1	
OUTRAS ACTIVIDADES						
Número de inquiridos que faz pelo menos uma outra actividade (%)		35	4	45	20	97
Peso das actividades	no produto (%)	12	1	18	11	45
	no autoconsumo (%)	2	..	1	1	12
	nas vendas (%)	24	2	50	23	74

- 71 - Cf. Carvalho (2003), pp. 153-190.
- 72 - Ponte *et al.*, *Ob. cit.*, p.94. Actualmente (*inquérito 2009*) para o conjunto dos inquéritos feitos em Cota + Soqueco + Muquixi esta percentagem é de 44%.
- 73 - *Idem*, p. 77. Actualmente (*inquérito 2009*), de acordo com os inquéritos realizados nas comunas do Cota, Muquixi e Soqueco, a percentagem dos activos que trabalham regularmente fora das actividades da família é de 3,5%.
- 74 - Polanah, *Ob. cit.*, p.12.
- 75 - Schultz (1965).
- 76 - Os termos bombó e mandioca bombó utilizam-se para designar o produto obtido com as raízes de mandioca após estas passarem dois a três dias em água, serem de seguida descascadas e cortadas em bocados pequenos, que depois são secos. Este conjunto de operações visa obter um produto comestível que se pode converter em farinha.
- 77 - Cf., por exemplo, Helena Pinto, Associação de camponeses de Deia – Experiência em torno da comercialização 2007/2008, em *Inquéritos económico-agrícolas a famílias agricultores de Malange... ob.cit.*
- 78 - Banco Mundial (2008).
- 79 - Cf. Neto (2011).
- 80 - Klein (2009).
- 81 - Cf. Human Rights Watch (2011).
- 82 - Cf. Graziano da Silva (1997) e Balsadi (2005).
- 83 - Oitenta e cinco inquiridos não compraram qualquer meio de produção; 50 compraram um meio de produção; 24, dois; 15, três; 5, quatro ou mais meios de produção.
- 84 - Nas aquisições englobam-se as compras e as trocas. Do total dos encargos com meios de produção, para o conjunto dos inquiridos 97,6% foram efectuados por compra e 2,4% por troca.

O Destino Camponês

85 - Meios de produção adquiridos (por compra e troca), pelos inquiridos⁽¹⁾

Tipo de meios de produção		Nº de inquiridos que adquiriu	Número médio de unidades adquiridas por inquirido ⁽²⁾	Preço médio por unidade adquirida (USD) ⁽²⁾	Valor total dos meios de produção adquiridos	
					USD	%
Pequenos equipamentos	Enxada	41	1,54	3,64	229,05	2,50
	Catana	20	1,25	2,41	60,37	0,66
	Machado	2	1,50	1,99	5,96	0,06
	Lima	7	1,43	1,09	10,92	0,12
	Pilão	3	1,00	15,45	46,34	0,50
	Peneira	4	1,00	4,88	19,53	0,21
	Galochas	1	1,00	6,62	6,62	0,07
Sementes	Amendoim	17	3,47	1,92	113,20	1,23
	Feijão-ervilha	20	2,80	1,35	75,47	0,82
	Batata rena	9	27,11	0,53	128,16	1,40
	Milho	3	6,33	0,33	6,29	0,07
	Hortícolas	1	2,00	6,62	13,24	0,14
Equipamentos de maior dimensão e gados	Charrua	1	1,00	66,20	66,20	0,72
	Carroça de mão	1	1,00	47,66	47,66	0,52
	Bicicleta	29	1,00	52,38	1518,96	16,55
	Bois de tracção	2	2,50	1271,04	6355,20	69,23
	Cabritos	1	12,00	39,72	476,64	5,19
Total		94			9179,82	100,00

(1) PEDR ou FOMENTO. Cota: PEDR (2007/08); Muquixi: PEDR (2007/08); Soqueco: PEDR (2008/09) e Quirima: Fomento (2008/09).

(2) Para as sementes expresso em Kg.

86 - Despesa (por compra e troca) com meios de produção

Classes de despesa anual, média por família (USD)	Número de inquiridos	
	Considerando o total da despesa	Não considerando as despesas com gados e bicicletas
0	85	96
> 0 a < 10	42	56
≥ 10 a < 30	19	23
≥ 30 a < 100	31	4
> 1000	2	0
Total	179	179

Nota: A despesa total com pequenos equipamentos e com sementes foi de 715,16 USD e foi realizada por 83 inquiridos, o que corresponde a uma média de 8,6 USD por família.

87 - Sementes distribuídas pelo Estado

Sementes ⁽¹⁾	% do número de inquiridos que receberam ⁽²⁾	Quantidade média, distribuída por indivíduo que recebeu (kg)	% do número de inquiridos que receberam e que avaliam a quantidade como insuficiente ⁽³⁾	% da quantidade (kg) de semente distribuída que foi semeada ⁽⁴⁾
Milho	85	7,4	50	31
Amendoim	59	1,2	93	78
Batata	21	1,3	88	94
Feijão-ervilha	77	2,3	82	72
Feijão-macunde	30	1,7	47	37
Feijão-catarino	23	2,1	60	52

(1) Houve ainda três inquiridos que receberam sementes de hortícolas e um de feijão-manteiga.

(2) Neste quadro as percentagens referem-se ao total (149) do número de inquéritos efectuados nas comunas abrangidas pelo PEDR (Cota, Soqueco e Muquixi) pois só nestas houve distribuição de sementes.

(3) No questionário de inquérito as outras respostas possíveis eram suficiente e em excesso. Esta última opção teve em todas as culturas um número de respostas nulo ou diminuto.

(4) No questionário de inquérito as outras opções possíveis eram: consumida, perdeu-se a possibilidade de ser utilizada, em armazém ou não estar em condições de ser utilizada.

Pequenos equipamentos distribuídos pelo Estado

Tipo de equipamento	% do número de inquiridos que recebeu	Nº médio de unidades recebidas, por inquirido que recebeu	% do número de inquiridos que só têm o equipamento distribuído pelo Estado ⁽¹⁾	Avaliação pelos inquiridos dos equipamentos recebidos (% do número de inquiridos)	
				Em quantidade suficiente	Tecnicamente adequados às necessidades
Enxadas	74	2,8	63	35	68
Catanas	68	2,4	63	43	60
Machados	47	1,1	47	55	78
Limas	34	1,1	32	20	33

(1) Corresponde aos inquiridos cujo número de unidades que possuem é igual ou inferior ao número de unidades que recebem do Estado.

88 - *Estatísticas Agrícolas Correntes de Angola 1970/71*. Informação referente à zona 13/14 do MIAA (ver nota 48).

89 - Nos últimos anos deste período, no âmbito da política de procurar conter a guerra favorecendo economicamente as populações, foi lançado um programa de apoio aos camponeses que previa a utilização de tracção mecânica na limpeza e preparação das terras. No então distrito de Malange, em 1971, terão sido apoiados 1990 camponeses (Ponte *et al.*, *Ob. cit.*, p. 82).

90 - Cf. Dias Domingos Zua, *Breve nota sobre a imobilização do tractor existente na aldeia Mucondo (município de Caculama)*, Malange, Projecto de Apoio ao Programa de Desenvolvimento Agrícola e Rural (PAPDAR), 2012, 3 p.

91 - Cf. Domingos José, *Breve nota sobre a imobilização do tractor existente na aldeia Kafundanga (município de Cacuso)*, Malange, Projecto PAPDAR, 2012, 2 p.

92 - Um exemplo recente, na região de Malange, mostra que a gestão colectiva pode ser eficaz quando é convenientemente estruturada, adaptada às estruturas locais de poder e devidamente acompanhada por técnicos. Em 2011 foram entregues moinhos motorizados para moer bombó em nove aldeias das comunas de Soqueco, Cota e Muquixi. Destinavam-se a evitar o penoso trabalho manual de converter, no pilão, o bombó em fuba. Este trabalho é tradicionalmente realizado pelas mulheres.

Em cada aldeia foi instalado um moinho, entregue a uma comissão de gestão consensualizada no seio de cada comunidade e composta por três a cinco pessoas. O trabalho no moinho é assegurado por um operador renumerado e cada família paga um montante proporcional à quantidade de bombó que leva para moer. Tanto o salário do operador como a quantia paga para moer são acordados na comissão de gestão. O montante pago proveniente da actividade do moinho serve para pagar os encargos (combustível, reparação) com o funcionamento, e o excedente, conforme o contratualizado no momento da entrega dos moinhos às comunidades, é dividido em duas partes iguais: uma para pagar o moinho que receberam; a outra, para ser gasta em proveito da comunidade onde está instalado o equipamento.

Este processo foi acompanhado pelos técnicos do projecto que financiou a instalação dos moinhos, o que certamente contribuiu para os resultados obtidos: passado um ano, oito dos nove moinhos, funcionavam de modo regular, tanto nas operações quotidianas de moagem, como na gestão dos dinheiros — três moinhos já tinham sido mesmo pagos. [cf. Helena Pinto e Pedro Rio, *Moinhos: processo de instalação e de implementação*, Malange, Projecto de Apoio ao Programa de Desenvolvimento Agrícola e Rural de Angola (PAPDAR), 2011, 40 p. + anexos].

93 - Sobre este inquérito ver a nota (43).

94 - As opções colocadas aos inquiridos foram as seguintes:

A - Pagar a um privado para ter terra trabalhada por um tractor

B - Pagar a um privado para ter terra trabalhada por tracção animal

C - Haver na aldeia bois (tracção animal) a que pudesse recorrer para lavrar as suas terras (eventualmente pagando também ao operador do gado e/ou à Associação)

D - Não pagar, nem aluguer do tractor, nem a tracção animal e fazer o trabalho manualmente com a família esperando, no entanto, poder

beneficiar, uma vez por outra, da tracção animal e/ou mecânica sem encargos para si

E - Ter crédito para comprar uma junta de bois com os quais pudesse trabalhar

F - Ter crédito para pagar os trabalhos feitos com o tractor

G - Outra

Inquiridos	Opção preferida (número de inquiridos)							Total
	A	B	C	D	E	F	G	
Que já tinham tido terras trabalhadas por tracção mecânica	27	0	3	13	7	28	2	80
Que já tinham tido terras trabalhadas por tracção animal	1	1	0	0	12	0	3	17
Que ainda não tinham tido terras trabalhadas por tracção mecânica ou animal	22	0	22	17	4	37	2	104
Total	50	1	25	30	23	65	7	201

No resumo apresentado no texto considerou-se como acesso à tracção mecânica a soma das possibilidades A e F. Como acesso à tracção animal somaram-se as respostas B, C e E. A situação actual corresponde à opção D.

95 - A informação sobre a iniciativa na aldeia de Mutumbua foi retirada de Helena Pinto e Pedro Rio, *Mecanização na aldeia de Mutumbua (município de Caculama)*, Malange, 2012, Projecto de Apoio ao Programa de Desenvolvimento Agrícola e Rural, 4 p.

96 - No *inquérito 2009*, para os inquiridos na comuna de Muquixi, os valores médios por família do produto das actividades da família e das vendas eram, respectivamente, de 1.503,1 USD e de 512,6 USD.

97 - A estimativa de produção de bombó por hectare apoia-se na informação recolhida no *inquérito 2009* e o valor referido (3.000 kg/ha/ano) corresponde a uma avaliação prudente. Para estabelecer este valor médio admitiu-se, como é frequente na região, que a mandioca está no terreno 2,5 anos e a colheita só se faz no último ano.

Para converter o peso da mandioca fresca em peso de bombó considerou-se que com 100 kg da primeira obtém-se 36 kg do segundo. Este coeficiente é indicado por Pascoal Muondo, *Itinerário técnico da cultura da mandioca*, 2010. Num documento relativo aos anos sessenta referia-se para o Planalto de Malange um valor de apenas 27,8% [cf. Missão dos Inquéritos Agrícolas de Angola, *Recenseamento Agrícola de Angola. Planalto de Malange (zona agrícola nº 13-14). Segunda parte.*

Agricultura tradicional. 1963-1964, Luanda, 1967].

O preço de venda considerado (0,5 USD/kg) foi o indicado pelo chefe da EDA de Kakulama, em que se integra a comuna de Muquixi, como sendo o preço médio de venda praticado pela maioria das famílias da comuna, em 2011/12.

- 98 - Em Cota foram inquiridas duas explorações com chefes mulheres, que são duas das quatro mulheres de um mesmo homem que, de facto, mantém o controle de toda a situação produtiva e patrimonial. A terra utilizada por aquelas duas explorações provém da herança do referido indivíduo o qual cedeu, às duas mulheres, uma parte para cultivo. Dada esta circunstância foi considerada a herança como a modalidade de acesso à terra.
- 99 - O que se designa por regime tradicional corresponde a terra que é propriedade comunitária e cuja utilização, por parte das famílias, era tradicionalmente feita por um período de tempo limitado.
- 100 - Um estudo realizado em três províncias de Angola, mostra que a situação da terra não é uniforme em todo o país: na Lunda Sul “é possível falar de propriedade comunitária no sentido comum que se lhe dá em África”; no Huambo “a terra está privatizada na totalidade”; no Uíge “o sistema encontrado pode ser considerado como estando em transição entre os dois anteriores, mas muito mais próximo do segundo”. A situação encontrada em Malange pode considerar-se similar à do Uíge, embora com uma débil presença da propriedade comunitária. Cf. *Sistemas de uso da terra agrícola em Angola; estudos de caso nas províncias do Huambo, Lunda Sul e Uíge*, ADRA, 2 vols. 48 p + 76 p.
- 101 - Cf. Pacheco, *Ob. cit.*; Polanah, *Ob. cit.* e Ponte *et al.*, *Ob. cit.*.
- 102 - Ponte *et al.*, *Ob. cit.*, p. 133.
- 103 - Polanah, *Ob. cit.*, p. 16.
- 104 - Ponte *et al.*, *Ob. cit.*, p. 133.
- 105 - Polanah, *Ob. cit.*, p. 16.
- 106 - Marcos Nhunga, *Visão estratégica do IDA e breves considerações sobre o programa de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza*, comunicação apresentada no Seminário “Angola. Desenvolvimento Rural”, realizado em Onga-Zanga, em Março de 2012, no âmbito do Projecto de Apoio ao Programa de Desenvolvimento Agrícola e Rural de Angola (PAPDAR).
- 107 - Além do trabalho referido na nota 105, cf. Pereira e Morais (1975).
- 108 - Os tipos de resposta apurados, para os diferentes indivíduos, no questionário de inquérito estão sintetizados no quadro, onde também se indicam os coeficientes utilizados em cada situação para estimar o tempo de trabalho de cada indivíduo, em cada sector de actividade da família. A estimativa teve como padrão o trabalho de uma pessoa, com actividade considerada normal, ao longo do ano.
- O significado das siglas utilizadas é o seguinte: ELF – indivíduo que trabalha exclusivamente nas lavras da família; PLF – indivíduo que trabalha principalmente nas lavras da família; VLF – indivíduo que trabalha por vezes nas lavras da família; OAF – indivíduo que trabalha nas outras actividades da família; FRE – indivíduo que trabalha regularmente fora das actividades da família; FPV – indivíduo que trabalha por vezes fora das actividades da família.

Actividades desenvolvidas por cada indivíduo (tipos de resposta apuradas no inquérito)	Coefficientes (para afectar o tempo de cada indivíduo a cada um dos sectores de actividade da família)
ELF	1
ELF+FPV	0,8 ELF e 0,2 FPV
ELF+OAF	0,8 ELF e 0,2 OAF
OAF	1
PLF	0,7
PLF+FPV	0,7 PLF e 0,3 FPV
PLF+FRE	0,5 PLF e 0,5 FRE
PLF+OAF	0,5 PLF e 0,5 OAF
PLF+OAF+FPV	0,4 PLF; 0,4 OAF e 0,2 FPV
PLF+OAF+FRE	0,33 PLF; 0,33 OAF e 0,33 FRE
VLF	0,5
VLF+FRE	0,3 VLF e 0,7 FRE
VLF+OAF	0,3 VLF e 0,7 OAF
VLF+OAF+FRE	0,2 VLF; 0,4 OAF e 0,4 FRE

- 109 - Cf., por exemplo, *Memento de l'Agronome* (2009).
- 110 - Há cinco inquiridos que praticam a entreajuda e que também recorrem a trabalho assalariado.
- 111 - Banco Mundial, *Ob. cit.*, p. 36.
- 112 - Um dos alfabetizadores é também adjunto de soba, pelo que também recebe um salário *de função*.
- 113 - Um dos militares é um pensionista militar que não foi indicado como trabalhador assalariado no ponto dedicado ao mercado de trabalho.
- 114 - O encarregado de obras num estaleiro da construção civil recebe também um salário *de função*, como soba.
- 115 - Cf., por exemplo, as apreciações feitas num estudo, de 1972, sobre uma aldeia situada entre Lombe e Cota (Polanah, *Ob. cit.*.)
- 116 - Cf. Banerjee e Duflo (2011), os comentários feitos no texto apoiam-se sobretudo nos capítulos 1, 2, 6 e nas conclusões.
- 117 - Chayanov (1974). Cf., ainda, Shanin (1983a).
- 118 - Há numerosos autores que, de há muito, vêm insistindo nesta hipótese. Cf., sobretudo, a apresentação do trabalho de investigadores russos, contemporâneos de Chayanov, em Cox (1986).
- 119 - 99% dos inquiridos utilizam lenha para cozinhar.
- 120 - 96% dos inquiridos utilizam o candeeiro para iluminação da casa.
- 121 - A mulher é, em 91% dos inquiridos, a principal responsável, na família, tanto pelo abastecimento de água, como pela recolha de lenha. Nestas duas variáveis não se verificou qualquer diferenciação por classes de rendimento.

- 122 - Ver nota 92.
- 123 - Ver nota 35.
- 124 - Cf. Florêncio (2005).
- 125 - Carvalho (2002).
- 126 - Cf. Clark e Haswell (1971), e Graziano da Silva, Gómez e Castañeda (2009).
- Para uma síntese sobre o tema da agricultura de subsistência em África ver os capítulos 4 e 6 de Oya e Santamaría (2007).
- 127 - Como se preconiza em Banco Mundial, *Ob. cit.*. Para uma apreciação crítica deste relatório, ver Arnalte (2009).
- 128 - Cf. Reinert (2007).
- 129 - Cf. Ploeg (2008). As citações são retiradas das páginas 37, 39, 62, 317 e 329.
- 130 - Desmarais (2008).
- 131 - Ploeg, *Ob. cit.*, p. 174. Ver ainda, sobre este tema Carvalho (2009).
- 132 - Cf. Bernstein (2010 e 2011).
- 133 - Cf. Reich (2008).
- 134 - FAO (1995) e Cernea, coord. (1995).
- 135 - Cf., por exemplo, FAO (2011).
- 136 - A nota relativa aos procedimentos seguidos para analisar a diferenciação das classes de rendimento foi adaptada de um trabalho anterior: Baptista e Santos (2005).
- 137 - Sobre esta dimensão ver as considerações já efectuadas no primeiro capítulo.
- 138 - Cf. Raventós (2001). A propósito do Brasil ver também Suplicy (2002).
- 139 - A pobreza rural diminuiu de 58%, em 1995, para 43%, em 2006. As transferências de rendimentos (segurança social, pensões e programa Bolsa Família) foram as responsáveis por mais de dois terços desta diminuição (Helfand e Del Grossi, 2009). Cf., também, Grossi (2010).
- 140 - Cf., por exemplo, Herrera (2010).
- 141 - Martins (2011).
- 142 - Neste ponto utilizou-se informação retirada das sínteses de Neveu (2008), Roudart (2010) e Santos (2010).
- 143 - Produção líquida de calorías directas por activo agrícola masculino.

BIBLIOGRAFIA

- Agcaouli, M. e M. Rosegrant (1995), Global and regional food supply, demand and trade prospects to 2010, em N. Islam, *Population and food in the early twenty-first century*, IFPRI, Washington.
- Alexandratos, N. (1995), *World agriculture: towards 2010*, FAO, Roma.
- Ameida, J. (1904), *Coisas d'África*, separata da Revista Agronómica.
- Almeyra, G. (2009), Los vaivenes de los movimientos sociales en México, em *Le Monde Diplomatique* (Chile), Março de 2009.
- Amin, S. (1986), *La déconnexion. Pour sortir du système mondial*, Paris.
- Anweiler, O. (1972), *Les soviets en Russie 1905-1921*, Paris.
- Arguedas, J. M. (1987), *Las comunidades de España y del Perú*, Madrid.
- Arnalte, E. (coord.) (2007), *Políticas agrarias y ajuste estructural en la agricultura española*, Madrid.
- Arnalte, E. (2009), Agricultura para el desarrollo : el debate en torno al Informe 2008 del Banco Mundial, *Revista Española de Estudios Agrosociales y Pesqueros*, nº 224, pp. 125 -1 49.
- Aubert, C. (2005), Le devenir de l'économie paysanne en Chine, *Revue Tiers-Monde*, nº 183, pp. 491 - 515.
- Bairoch, P. (1989), Les trois révolutions agricoles du monde développé : rendements et productivité de 1800 a 1985, *Annales ESC* nº 2, pp. 317 - 353.
- Balsadi, O. (2005), *O mercado de trabalho rural na agricultura brasileira*, São Paulo.
- Banco Mundial (2008), *Informe sobre el desarrollo mundial. Agricultura para el desarrollo*.
- Banerjee, A. V. e E. Duflo (2011), *Poor economics. A radical rethinking of the way to fight global poverty*.
- Baptista, F. (2001), *Agriculturas e territórios*, Oeiras.
- Baptista, F. e R. Terra Santos (2005), *Os proprietários florestais*, Oeiras.
- Berger, J. (2010), *Con la esperanza entre los dientes*, Madrid.
- Berman, M. (2001), *Aventuras no marxismo*, São Paulo.
- Bernstein, H. (2010), *Class dynamics of agrarian change*, Winnipeg.
- Bernstein, H. (2011), A dinâmica de classe do desenvolvimento agrário na era da globalização, *Sociologia*, Porto Alegre, vol. 13 nº 27, 2011, pp. 52 - 81.
- Braun, V. (1998), *Les quatre outilleurs*, Paris.
- Brus, W. (1968), *Problèmes généraux du fonctionnement de l'économie socialiste*, Paris.
- Cabana Iglesia, A. (2006), *Entre a resistência e a adaptación. A sociedade rural galega no franquismo*. Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela.
- Canfora, L. (2007), *A democracia. História de uma ideologia*, Lisboa.
- Carlson, W. L. e B. Thorne, (1997), *Applied statistical methods*.

- Carneiro, C. (1923), Relatório do chefe dos Serviços Pecuários do Distrito de Malange, *Boletim da Secretaria de Agricultura*, vol I, nº1, pp.49 - 61.
- Carré, J. M. (1999), *Charbons ardents – Construction d’une utopie*, Paris.
- Carvalho, H. Martins de (2004), A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada (*resposta a Zander Navarro*), em B. S. Santos (org.), *Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista*, Porto, pp. 197 - 219.
- Carvalho, H. Martins de (2009), *De produtor rural familiar a camponês. A catarse necessária*, Curitiba.
- Carvalho, R. D. (1999), *Vou lá visitar pastores*, Lisboa.
- Carvalho, R. D. (2002), *Os Kuvale na história, nas guerras e nas crises*, Luanda.
- Carvalho, R. D. (2003), *Actas da Maianga... dizer das guerras, em Angola...*, Lisboa.
- Castel-Branco (2008), *Os mega projectos em Moçambique: que contributos para a economia nacional?*, Maputo, Fórum da Sociedade Civil sobre Indústria Extractiva.
- Castells, M. (2003), *A era da informação: economia, sociedade e cultura*, Vol. II. *O fim do milénio*, Lisboa.
- Cernea, M. (coord.) (1995), *Primero la gente. Variables sociológicas en el desarrollo rural*, México.
- CIDAC (Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral) (1980), *Política agrícola e participação camponesa na República Popular de Angola. A região de Malange*, Lisboa.
- Chayanov, A. V. (1974), *La organización de la unidad económica campesina*, Buenos Aires. A primeira edição, em russo, é de 1925.
- Chayanov, A. V. (1976), *Voyage de mon frère Alexis au pays de l’utopie paysanne*, Lausanne, 138 p. (1ª edição, 1920 ; a edição original foi assinada com o pseudónimo de Ivan Kremnirov que também aparece como autor na capa da edição que agora se cita).
- Clark, Colin e M.R. Haswell (1971), *A economia da agricultura de subsistência*, Lisboa.
- Cochran, W. G. (1954), “Some methods for strengthening the common χ^2 tests”, *Biometrics*, 10, pp. 417 - 451.
- Coelho, V. (2010), *Os Túmúndòngò. Os “génios” da natureza e o Kílambá. Estudos sobre a sociedade e a cultura Kímbùndù*, Luanda.
- Cohen, S. (1979), *Nicolas Boukharine. La vie d’un bolchevik*, Paris.
- Cox, T. (1986), *Peasants class and capitalism. The rural research of L. N. Kritsman and his school*.
- Cunha, N. e I. Orton (2011), *Estender a cobertura da protecção social num contexto da alta informalidade da economia: necessário, desejável e possível?*, Maputo, IESE.
- Daniel, W. (1995), *Biostatistics: a foundation for analysis in the health sciences*, 6ª edição.
- Desmarais, A. A. (2008), *La Via Campesina: une réponse paysanne à la crise alimentaire*, Montréal.

- Dias, J. (1964), *Estruturas sócio-económicas em Angola*, separata de Angola – Curso de extensão universitária, Ano lectivo de 1963-1964, Lisboa.
- Diniz, A. Castanheira (2006), *Características mesológicas de Angola*, Lisboa, 2ª edição.
- Estatísticas Agrícolas Correntes de Angola* (EACA) 1969/70 e 1970/71.
- FAO (1995), *L'analyse sociologique dans la conception des projets d'investissement agricole*, Roma.
- FAO (2011) *Ahorrar para crecer, Guía para los responsables de las políticas de intensificación sostenible de la producción agrícola em pequeña escala*.
- Feliciano, J. (1998), *Antropologia económica dos Thonga do sul de Moçambique*, Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique.
- Ferreres, E. (2009), Trayectoria reciente de la agricultura y de la alimentación : retos del futuro, *Revista Española de Estudios Agrosociales y Pesqueros*, nº 224, pp. 111 - 124.
- Fitzgerald, D. (2003), *Every farm a factory. The industrial ideal in american agriculture*, New Haven.
- Florêncio, F. (2005), *À procura dos Mambos vaNdau. Estado e Autoridades Tradicionais em Moçambique*, Lisboa.
- Francisco A. e S. Muhorro (2011), *Pauperização rural em Moçambique na 1ª década do século XXI*, Maputo, IESE.
- Friedamn, H. (1980), Household productions and the national economy: concepts for the analysis of agrarian formations, *Journal of Peasant Studies*, vol, 7, pp. 158 - 183.
- Genro, T. (1999), *O futuro por armar*, Petrópolis.
- Graziano da Silva, J. (1997), *De bóias-frias a empregados rurais*, Maceió.
- Graziano da Silva, J. (2001), Ainda precisamos de reforma agrária no Brasil?, *Ciência Hoje*, vol. 29, 170, pp. 61 - 63.
- Graziano da Silva, J., S. Gómez e R. Castañeda (2008), Boom agrícola y persistência de la pobreza rural en América Latina, *Revista Española de Estudios Agrosociales y Pesqueros* nº 218, pp. 17 - 44.
- Graziano da Silva, J., Sérgio Gómez e R. Castañeda (2009), Reflexiones finales, em *Boom agrícola y persistencia de la pobreza rural. Estudio de ocho casos*, FAO.
- Grossi, M. (2010), A redução da pobreza: de 44 milhões para 29,6 milhões de pessoas, em J. Graziano da Silva et al., *Fome Zero. A experiência brasileira*, Brasília, pp. 301 - 315.
- Grossweiler, J. (1932), Reconhecimento agronómico no distrito de Malange, *Boletim dos Serviços de Agricultura e Comércio*, nºs 16 a 19, pp.19 - 52.
- Hardt, M. e A. Negri (2000), *Empire*, Paris.
- Hardt, M. e A. Negri (2004), *Multitude. Guerre et démocratie à l'âge de l'empire*, Paris.
- Harvey, D. (2011), *O enigma do capital e as crises do capitalismo*, Lisboa.
- Helfand, S. e M. Del Grossi (2009), El boom agrícola y la pobreza rural en Brasil, em J. Graziano da Silva, S. Gómez e R. Castañeda (eds.), *Boom agrícola y persistência de la pobreza rural. Estudio de ocho casos*, Roma, FAO, pp. 104 - - 125.

- Herrera, R. (2010), *Os avanços revolucionários na América Latina*, Lisboa.
- Hobsbawm, E. (1971), Introducción, em Karl Marx, *Formas que preceden a la producción capitalista*, Córdoba (Argentina), pp. 5 - 47.
- Hobsbawm, E. (1976), *Los campesinos y la política*, Barcelona.
- Holloway, J. (2007), *Changer le monde sans prendre le pouvoir. Le sens de la révolution aujourd'hui*, Paris.
- Holloway, J. (2011), *Agrietar el capitalismo. El hacer contra el trabajo*, Buenos Aires.
- Human Rights Watch (2011), South Africa. *Ripe with abuse. Human rights conditions in South Africa's fruit and wine industries*.
- Ilyés, G. (2002), *Gente de las puszias*, Barcelona (1ª edição, 1937).
- Inquéritos económico-agrícolas a famílias agricultoras de Malange – Metodologias* (2011), Doc. Nº 138/05-11 do Projecto de Apoio ao Programa de Desenvolvimento Agrícola e Rural de Angola (PAPDAR), Lisboa.
- Jones, G. S. (2005), Introducción, em *El manifiesto comunista de Marx y Engels*, Madrid, pp. 1 - 135.
- José, Domingos (2012), *Breve nota sobre a imobilização do tractor existente na aldeia Kafundanga (município de Cacuso)* Projecto de Apoio ao Programa de Desenvolvimento Agrícola e Rural de Angola (PAPDAR), Malange.
- Kautsky, Karl (1980), *La cuestión agraria*, México (1ª edição, 1898).
- Kearney, M. (1996), *Reconceptualizing the peasantry*, Oxford.
- Kerblay, B. (1985), *Du mir aux agrovilles*, Paris.
- Klein, E. (2009), Condicionantes laborales de la pobreza rural en América Latina, em J. Graziano da Silva, S. Gómez e R. Castañeda (eds.), *Boom agrícola y persistência de la pobreza rural. Estudio de ocho casos*, Roma, FAO, pp. 15 - 64.
- Latouche, S. (2004), *Survivre au développement*, Paris.
- Lavigne, J. C. (1977), Bilan de dix ans de révolution verte, *Économie et Humanisme*, 238, pp. 14 - 25.
- Lenine, V. (1954), *L'alliance de la classe ouvrière et de la paysannerie*, Moscovo.
- Lenine, V. (1968), *Oeuvres choisies*, Moscovo, 3 volumes.
- Lenine, V. (1969) *Le développement du capitalisme en Russie*, Moscovo, (1ª edição, 1899).
- Lewin, M. (1976), *La paysannerie et le pouvoir soviétique 1928-1930*, Paris.
- Lukacs, Georg (1960), *Histoire et conscience de classe*, Paris (1ª edição, 1923).
- Lukacs, Georg (1986), *Pensée vécue. Mémoires parlés*, Paris (1ª edição, 1980).
- Marczewski, J. (1973), *Crise de la planification socialiste ?*, Paris.
- Martins, J. Souza (2011), *A política do Brasil lúmpen e místico*, São Paulo.
- Marx e Engels (1970), *Oeuvres choisies*, Moscovo, 3 volumes.
- Marx e Engels (1974), *La Russie*, Paris.
- Maurel, M.C. ; M. Halamska e H. Lamarche (2003), *Le repli paysan. Trajectoires de l'après communisme en Pologne*, Paris.
- Mazoyer, M. e L. Roudart (2002), *Histoire des agricultures du monde*, Paris.
- Memento de l'Agronome* (2009), Paris.

- Mendras, H. (1992), *La fin des paysans*.
- Mendras, H. (1995), *Les sociétés paysannes*, Paris.
- Milando, J. (2003), *O desenvolvimento participativo em contextos institucionais "adversos": aspectos africanos*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Milando, J. (2007), *Desenvolvimento e resiliência social em África. Dinâmicas rurais em Cabinda*, Lisboa.
- MINARS/Banco Mundial – IDA (2002), Organizações da estratégia de apoio à reinserção social, 1º volume, Projecto de Reabilitação Social Pós-Conflito (PRSPC), GEPROC – Gabinete de Estudos, Projectos e Consultoria Lda, Luanda, citado em *Programa de Extensão e de Desenvolvimento Rural (PEDR)*, 2004-2008 (2004), Luanda.
- Minc, B. (1974), *L'économie politique du socialisme*, Paris.
- Miranda, S. (1996), *Quando os sinos tocarem a rebate*, Lisboa.
- MIAA (Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola) (1967), *Recenseamento Agrícola de Angola. Planalto de Malange (zona agrícola nº 13-14). Segunda parte. Agricultura tradicional. 1963-1964*, Luanda.
- MIAA (Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola) (1970), *Recenseamento Agrícola de Angola. Zona de Transição Centro Leste (Zona Agrícola nº 18). Primeira parte. Agricultura tradicional, 1965-1966*, Luanda, 1970.
- Mitchell, D. e M. Ingco (1993), *The world food outlook*, Banco Mundial, Washington.
- Moore, B. (1987), *Injustiça. As bases sociais da obediência e da revolta*, São Paulo.
- Morais, J., A. Coelho e M. Pereira (2004), *Manual para a Cooperativização Agrícola*, Luanda.
- Mosca, J. (2008), *Agricultura e desenvolvimento em África*, Lisboa.
- Mosca, J. (2010), *1 e 2 de Setembro de 2010: factos, análise e lições*, Maputo.
- Mosca, J. (2011), *Políticas agrárias de (em) Moçambique (1975-2009)*, Maputo.
- Mosca, J. (2012), *Contributos para o debate da Agricultura e do Desenvolvimento Rural*, Maputo.
- Navarro, Z. (2004), Mobilização sem emancipação. As lutas sociais no Brasil e o MST, e a canonização da acção colectiva (resposta a Horácio Martins de Carvalho), ambos em B.S. Santos (org.), *Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista*, Porto, pp. 161 - 195 e 223 - 238.
- Negrão, J. (2001), *Como induzir o desenvolvimento em África?*, Lisboa, Documento de trabalho nº 61, CESA.
- Negrão, J. (2006), *Cem anos de economia da família rural africana*, Maputo.
- Neto, J. (2001), *Os camponeses e o desenvolvimento agrícola e rural de Angola*, Lisboa.
- Neto, J. (2005), *Angola: agriculturas e alimentação*, Lisboa.
- Neto, J. (2011), *História Agrária de Angola depois da independência: cronologia das várias fases*, Uíge.
- Neves, A. (2010), *A agricultura tradicional em Angola nos anos 60 do século XX*, Lisboa, Instituto Superior de Agronomia.
- Neveu, A. (2008), Comment résoudre la future crise alimentaire mondiale?, *Comptes rendus de l'Académie d'Agriculture de France*, nº 94(1), pp. 113 - 119.

- Nhunga, M. (2012), *Visão estratégica do IDA e breves considerações sobre o programa de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza*, comunicação apresentada ao Seminário “Angola. Desenvolvimento Rural”, realizado em Onga-Zanga em Março de 2012, no âmbito do Projecto de Apoio ao Programa de Desenvolvimento Agrícola e Rural de Angola (PAPDAR).
- Oya, C. e A. Santamaría (2007), *Economía política del desarrollo en África*, Madrid.
- Pacheco, F. (1991), *Agricultura e sociedade rural na Angola dos anos 60. O caso de Malange: subsídios para a compreensão dos sistemas agrários em presença*.
- Pearse, A. (1980), *Seeds of plenty, seeds of want*, Oxford.
- Pereira, F. Sá e J. A. Morais (1975), *O problema das terras*, Luanda.
- Pérez-Vitoria, S. (2005), *Les paysans sont de retour*.
- Pinto, H. (2011), Associação de camponeses de Deia – Experiência em torno da comercialização 2007/2008, em *Inquéritos económico-agrícolas....*
- Pinto, H. e P. Rio (2011), *Moinhos: processo de instalação e de implementação*, Projecto de Apoio ao Programa de Desenvolvimento Agrícola e Rural de Angola (PAPDAR), Malange.
- Pinto, H. e P. Rio (2012), *Mecanização na aldeia de Mutumbua (município de Caculama)*, Malange, Projecto de Apoio ao Programa de Desenvolvimento Agrícola e Rural de Angola (PAPDAR), Malange.
- Piot, C. (1999), *Remotely global*, Chicago.
- Ploeg, J. D. Van Der (2008), *Camponeses e impérios alimentares. Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*, Porto Alegre.
- Polanah, L. (1972), Resistência e adesão à mudança, *Reordenamento*, Luanda, nº 25, Julho/Setembro.
- Polanyi, K. (1976), La economía como actividad institucionalizada, em K. Polanyi et al., *Comercio y mercado en los impérios antiguos*, Barcelona.
- Polanyi, K. (1989), *La gran transformación. Crítica del liberalismo económico*, Madrid. (A 1ª edição é de 1942).
- Ponte, A. et al. (1973), *Caracterização Genérica do Distrito de Malange*, Luanda.
- Quiñones Díaz, X. E. (2010), *Transformaciones de las economías campesinas mapuches y políticas de fomento económico en la Región de la Auracanía*, Valência, Universidad Politecnica de Valencia.
- Rahnema, M. (2003), *Quand la misère chasse la pauvreté*, Paris.
- Raventós, D. (2011), *La renta básica. Por una ciudadanía más libre, más igualitaria y mas fraterna*, Barcelona.
- Reich, R. (2004), *O futuro do sucesso. Viver e trabalhar na nova economia*, Lisboa.
- Reich, R. (2008), *Supercapitalisme*, Paris.
- Reinert, E. S. (2007), *La globalización de la pobreza. Cómo se enriquecieron los países ricos... y por qué los países pobres siguen siendo pobres*, Barcelona.
- Relatório do Desenvolvimento Humano de 2011*, PNUD.
- Ribeiro, F. (2010), *Entre martelos e lâminas. Dinâmicas globais, políticas de produção e fábricas de caju em Moçambique*, Porto.
- Rodrigo, I. (1992), *Da terra à profissão: decisão, identidade social e agriculturas familiares*, Lisboa, Instituto Superior de Agronomia.
- Rösener, W. (1994), *Les paysans dans l'histoire de l'Europe*, Paris.

- Rossanda, R. (1971), Sur le parti : 1. De Marx a Marx, em *Il Manifesto. Analyses et Thèses de la nouvelle extrême-gauche italienne*, pp. 281 - 297.
- Roudart, L. (2010), Terres cultivables non cultivées : des disponibilités suffisantes pour la sécurité alimentaire durable de l'humanité, *Analyse* n° 18.
- Ryazanov, D. (1983), The discovery of the drafts (publicado inicialmente em 1924), em T. Shanin (ed.), *Late Marx and the Russian road*, pp. 127 - 133.
- Saavedra, A. (2006), *Las transformaciones de la poblacion mapuche en el siglo XX*, Santiago do Chile.
- Santos, J. (2010), A crise do ambiente e o futuro da agricultura, em V. Soromenho-Marques (coord.), *O Ambiente na encruzilhada. Por um futuro sustentável*, Lisboa, pp. 95 - 113.
- Schultz, T. (1965), *A transformação da agricultura tradicional*, Rio de Janeiro.
- Scott, J. C. (1976), *The moral economy of the peasant. Rebellion and subsistence in Southeast Asia*, New Haven.
- Scott, J. C. (1985), *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*, New Haven.
- Sen, A. (2000), *Desenvolvimento como liberdade*, São Paulo.
- Sen, A. (2005), *La démocratie des autres. Pourquoi la liberté n'est pas une invention de l'Occident*, Paris.
- Sennett, R. (2003), *El respeto. Sobre la dignidad del hombre en un mundo de desigualdad*, Barcelona.
- Sennett, R. (2007), *A cultura do novo capitalismo*, Lisboa.
- Servolin, C. (1988), *Las políticas agrarias*, Madrid.
- Servolin, C. (1989), *L'agriculture moderne*, Paris.
- Shanin, T. (1983a), *La Clase incómoda. Sociología política del campesinado em una sociedad en desarrollo (Rusia 1910-1925)*, Madrid.
- Shanin, T. (1983b), Late Marx: gods and craftsmen, em T. Shanin (ed.), *Late Marx and the Russian road*, Londres, pp. 3 - 99.
- Siegel, S. e N. J. Castellan (1988), *Nonparametric statistics for the behavioral sciences*, 2ª edição.
- Sistemas de uso da terra agrícola em Angola; estudos de caso nas províncias do Huambo, Lunda Sul e Uíge*, ADRA, 2 vols.
- Sousa, A. (1925), Relatório de uma missão de reconhecimento agrícola no distrito de Malange, *Boletim da Secretaria de Agricultura*, vol. I, n° 5, pp.109 - 114.
- Suplicy, E. (2002), *Renda de cidadania. A saída é pela porta*, São Paulo.
- Sur les sociétés précapitalistes* (textos escolhidos de Marx, Engels e Lenine ; prefácio de M. Godelier) (1970), Paris.
- Thompson, E. P. (1984), *Tradición, revuelta y conciencia de clase. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*, Barcelona.
- Thompson, E. P. (1998), *Costumes em comum*, São Paulo.
- Toledo, V. (1993), La racionalidad ecológica de la producción campesina, em E. Sevilha Guzmán e M. González de Molina (eds.) *Ecología, Campesinato e História*, Madrid, pp. 197 - 218.
- Tracy, M. (1986), *L'Etat et l'agriculture en Europe occidentale*, Paris, Economica.

O Destino Camponês

- Valdés, A. e W. Foster (2007), Structural characteristics of agricultural households and policy options in Chile, em OECD, *Review of agricultural policies: Chile*.
- Vargas Llosa, M. (1996), *La utopia arcaica. José María Arguedas y las ficciones del indigenismo*, México.
- Venturi, F. (1981), *El populismo raso*, Madrid, 2 volumes (1ª edição, 1952).
- Vía Campesina (2002), *Une alternative paysanne à la mondialisation néolibérale*, Genève.
- Viola, L. (2004), Os camponeses, de 1917 aos nossos dias, em M. Dreyfus et al. (dir.), *O século dos comunismos*, Lisboa, pp. 194 - 204.
- Weber, E. (1983), *La fin des terroirs. La modernisation de la France rurale 1870-1914*, Paris.
- Wheeler, D. e R. Pélissier (2011), *História de Angola*, Lisboa.
- Wolf, E. (1974), *Les guerres paysannes du vingième siècle*.
- Wolf, E. (1976), *Sociedades camponesas*, Rio de Janeiro.
- Womack, J. (2008), *Emiliano Zapata et la révolution mexicaine*, Paris.
- Zhou, K. (1998), *El poder del pueblo*, Barcelona.
- Zua, Dias Domingos (2012), *Breve nota sobre a imobilização do tractor existente na aldeia Mucondo (município de Caculama)*, Projecto de Apoio ao Programa de Desenvolvimento Agrícola e Rural de Angola (PAPDAR), Malange.





Apoio:

No século passado, foram diversos os percursos dos camponeses. Nestes trajectos — que se referem neste livro — muitos deixaram mesmo de o ser, mas muitos outros continuam nas suas aldeias, em especial nos países do Sul.

O horizonte possível dos que permanecem nos seus territórios é resistir, como se evidencia a propósito das terras de mandioca de Malange (Angola), ao analisar as economias camponesas entre a inevitabilidade do mercado e a tutela do Estado.

Apresentam-se ainda os temas que actualmente marcam os projectos e os debates sobre as políticas de desenvolvimento rural, destinadas ao mundo camponês.



IMPRESSO EM PORTUGAL / PAPEL RECICLADO